



UNIDADE REGIONAL LESTE MINEIRO

Transcrição da 125ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2020

1 Em 14 de outubro de 2020 reuniu-se extraordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Leste Mineiro (URC Leste) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), às 14 horas, por meio de videoconferência.
4 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente
5 Suplente Elias Nascimento de Aquino, da Secretaria de Estado de Meio
6 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Representantes do
7 poder público: Ronaldo Hott de Paula, da Secretaria de Estado de
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Glaucia Machado
9 Ferreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE);
10 Aureliana Manhani Rodrigues, da Secretaria de Estado de Educação
11 (SEE); Hudson Oliveira Leal, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
12 Mobilidade (SEINFRA); Flávio Pereira, da Empresa de Pesquisa
13 Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); Fabiana Silva Souza, da
14 Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço
15 (ARMVA); 1º Tenente PM Lucas de Castro Teles, da Polícia Militar de
16 Minas Gerais (PMMG); Guilherme de Assis Gonçalves, do Conselho
17 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG);
18 Hosana Regina Andrade de Freitas, do Ministério Público do Estado de
19 Minas Gerais (MPMG); Rosângela Gonçalves Coelho Villas Boas, da
20 Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Representantes da
21 Sociedade Civil: Renata Medrado Malthik, da Federação das Indústrias do
22 Estado de Minas Gerais (FIEMG); Stefano Couri de Carvalho, da
23 Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais
24 (FEDERAMINAS); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de
25 Geração de Energia Limpa (ABRAGEL); Luan Viana dos Santos, do
26 Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri (MPRTSM); Isabella Salton
27 Marques de Souza, do Instituto Terra; Paula Miranda Lima, da Faculdade
28 de Direito do Vale do Rio Doce (FADIVALE); Renata Oliveira Castro
29 Faroni, Faculdade Pitágoras; Cristiano Lamas Pereira, da Ordem dos
30 Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB/MG). **ASSUNTOS EM**
31 **PAUTA. 1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente
32 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Senhores, nós temos quórum para
33 dar início à reunião. Questiono à Secretaria Executiva se nós temos
34 condições de dar início para a execução do hino nacional. Senhores, boa
35 tarde a todos. Nós temos condições de dar início à reunião. Nesse
36 momento eu convido a todos para acompanharmos a execução do hino
37 nacional brasileiro” **2. ABERTURA.** Presidente Suplente Elias Nascimento
38 de Aquino: “Senhores, eu procederei a leitura do memorando da

39 Secretaria Executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
40 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, 'Memorando 156/2020,
41 datado de 28 de setembro de 2020', é direcionado aos 'Senhores
42 Conselheiros da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro, do Conselho
43 Estadual de Política Ambiental – COPAM. Assunto: Presidência da 125ª
44 Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro –
45 URC/LM, do Conselho Estadual de Política Ambiental, a ser realizada no
46 dia 14 de outubro de 2020. Senhores Conselheiros, diante da
47 impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente,
48 representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos
49 Hídricos junto à Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro, conforme
50 composição estabelecida pela Deliberação COPAM 1.558, de 6 de abril de
51 2020, indico o senhor Elias Nascimento de Aquino Iasbik para presidir a
52 125ª reunião extraordinária da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro,
53 que será realizada no dia 14 de outubro de 2020, às 14h, inteiramente
54 digital, seguindo as deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, além
55 das demais normas relacionadas às ações de combate à pandemia gerada
56 pelo novo Coronavírus. Atenciosamente, Hildebrando Canabrava
57 Rodrigues Neto, Secretário Executivo do COPAM e Presidente titular da
58 URC Leste Mineiro'. Senhores Conselheiros, estamos aqui para realização
59 da 125ª reunião extraordinária da Unidade Regional Colegiada Leste
60 Mineiro, hoje é 14 de outubro de 2020, são 14:15 e, em nome do
61 secretário executivo do COPAM, eu declaro aberta a 125ª reunião
62 extraordinária da URC Leste Mineiro. **3. COMUNICADO DOS**
63 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Suplente Elias
64 Nascimento de Aquino: "Executado o Hino Nacional e aberta a reunião,
65 passo para o item 3 da pauta: Comunicado dos Conselheiros e Assuntos
66 Gerais. Os senhores Conselheiros e qualquer pessoa que tenha se inscrito
67 para esse item, têm um prazo de 30 minutos comum para se manifestar.
68 Eu questiono aos senhores Conselheiros se algum dos senhores deseja
69 se manifestar em relação ao item 3 da pauta. Senhores Conselheiros, eu
70 registro nesse momento que temos entre nós a Conselheira Hosana,
71 representante do Ministério Público, e como é a primeira participação da
72 Conselheira nessa reunião, nós temos à disposição nesse aplicativo,
73 Conselheira, a senhora pode levantar a mãozinha virtual, como qualquer
74 Conselheiro, para qualquer item de pauta, e a equipe de apoio da
75 Secretaria Executiva vai conseguir verificar que a senhora tem, ou
76 qualquer Conselheiro tem, a intenção de se manifestar." Conselheira
77 Hosana Freitas: "Boa tarde a todos e a todas. Onde que eu levanto a
78 mãozinha aqui?" Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: "Logo
79 embaixo tem..." Conselheira Hosana Freitas: "Tem chat, *share screen*. No
80 meu não tem a mãozinha." Presidente Suplente Elias Nascimento de
81 Aquino: "Quando a senhora clica em 'chat' ou 'participantes', vai abrir uma
82 janela à sua direita no seu monitor, que tem '*rise hand*', quando a senhora
83 clica lá, aparece uma mãozinha virtual levantada ao lado do nome da

84 senhora. Conseguiu localizar, Conselheira?” Conselheira Hosana Freitas:
85 “Eu vou no chat.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Isso.
86 A senhora clica no chat e logo abaixo, por derradeiro, na parte inferior
87 direita do seu monitor, vai aparecer ‘*rise hand*’” Conselheira Hosana
88 Freitas: “No meu não tem essa opção. Tem ‘*save chat*’ ‘*to everyone*’ e
89 ‘*escrever a mensagem*’” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
90 “A senhora está falando de computador ou de smartphone?” Conselheira
91 Hosana Freitas: “Do computador. Qualquer coisa eu posso escrever no
92 chat?” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Pode sim. Tenta
93 clicar em participantes, Conselheira, para ver se aparece a opção ‘*rise*
94 *hand*’” Conselheira Hosana Freitas: “Não.” Presidente Suplente Elias
95 Nascimento de Aquino: “Não?” Conselheira Hosana Freitas:
96 “Participantes? Ah, pode ser no Participantes.” Presidente Suplente Elias
97 Nascimento de Aquino: “Isso.” Conselheira Hosana Freitas: “Achei. Achei
98 aqui, muito obrigada.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
99 “Quando a senhora clica em ‘*rise hand*’, ao lado do nome da senhora vai
100 aparecer a mãozinha levantada igual está no meu lá.” Conselheira Hosana
101 Freitas: “Ok, muito obrigada.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
102 Aquino: “Após se manifestar, aí é só clicar no ‘*lower hand*’ para recolher a
103 mão.” Conselheira Hosana Freitas: “Ok, Elias. Muito obrigada pelos
104 esclarecimentos.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
105 “Disponha sempre. Não havendo interesse de nenhum Conselheiro se
106 manifestar em relação ao item 3, questiono à Secretaria Executiva se
107 dentre os inscritos do público externo existe alguma pessoa inscrita para
108 se manifestar nesse item.” Vitor Diniz, SUPRAM/LM: “Negativo,
109 Presidente.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
110 Vitor. Não havendo pessoas inscritas para se manifestar no item 3, eu
111 passo para o item 4 da pauta. **4. Exame da Ata da 124ª RE de**
112 **23/07/2020.** Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Exame da
113 ata da 124ª Reunião Extraordinária do dia 23 de julho de 2020. A ata foi
114 disponibilizada no site com antecedência regimental, eu questiono aos
115 Conselheiros se há algum destaque em relação ao texto que foi
116 disponibilizado pela Secretaria Executiva. Não havendo destaque entre os
117 Conselheiros, encontra na tela o painel de votação. Na ordem em que eu
118 chamar as entidades, os senhores Conselheiros devem informar o
119 respectivo nome e a entidade que representa, e o voto favorável – quer
120 dizer que o Conselheiro vota de acordo com o material disponibilizado, ou
121 seja, a ata transcrita disponibilizada pela Secretaria Executiva.” Vitor Diniz,
122 SUPRAM/LM: “Presidente?” Presidente Suplente Elias Nascimento de
123 Aquino: “Pois não, Vitor.” Vitor Diniz, SUPRAM/LM: “Temos um inscrito
124 nesse item.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Inscrito
125 dentre os Conselheiros, Vitor?” Vitor Diniz, SUPRAM/LM: “O inscrito aqui é
126 o Hugo Roberto.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
127 “Então, senhores Conselheiros, temos um inscrito em relação ao exame da
128 ata da reunião anterior. Vamos, ele se encontra na sala, Vitor?” Vitor Diniz,

129 SUPRAM/LM: “Nós estamos tentando fazer o contato com ele. Só 1
130 minuto.” Assessora Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Senhor Presidente.
131 É só para informar que não há inscritos no item de atas. Por gentileza,
132 pode prosseguir a reunião.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
133 Aquino: “Obrigado, Vânia. Então, senhores Conselheiros, voltando aqui às
134 instruções para votação, o voto contrário, o Conselheiro deve justificar o
135 voto na medida em que o assessoramento prestado pelos órgãos do
136 Sistema Estadual de Meio Ambiente já vem com a devida fundamentação.
137 A abstenção, de acordo com o entendimento da Advocacia Geral do
138 Estado, se dá nos casos em que o Conselheiro se encontra em situação
139 de impedimento ou suspeição e ausente, naturalmente, o Conselheiro que
140 não estiver presente na reunião. Eu coloco nesse momento em votação a
141 ata da 124ª Reunião Extraordinária, de 23 de julho de 2020, e questiono
142 como vota a SEAPA.” Conselheiro Ronald Hott: “Senhor Presidente, uma
143 dúvida, porque eu não participei dessa primeira reunião. A minha situação
144 seria de abstenção?” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
145 “Na verdade, Conselheiro, quando, na medida que são instituições
146 representadas no conselho, espera-se que o representante da SEAPA que
147 esteve na reunião anterior, tenha passado para o senhor alguma
148 observação. Então há manifestações da SEAPA na reunião anterior?
149 Havendo, essas manifestações foram registradas de acordo com a ata
150 disponibilizada? Então, nesse sentido, como são instituições
151 representadas, o ideal é que o Conselheiro que esteve presente na
152 reunião anterior, passe para o respectivo suplente.” Conselheiro Ronald
153 Hott: “Se encontrava de férias, mas, então a SEAPA vota favorável.”
154 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheiro.
155 SEDE.” Conselheira Glaucia Machado Ferreira: “Boa tarde. Embora eu não
156 tivesse assento no Conselho no momento da última reunião, de acordo
157 com o colega que representou na última reunião, estou favorável. Voto
158 favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
159 Conselheira. Como vota a Secretaria de Educação?” Conselheira
160 Aureliana Manhani Rodrigues: “Favorável.” Presidente Suplente Elias
161 Nascimento de Aquino: “Como vota a SEINFRA?” Conselheiro Hudson
162 Oliveira Leal: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
163 Aquino: “Como vota a EPAMIG? Como vota a Agência da Região
164 Metropolitana do Vale do Aço?” Conselheira Fabiana Silva Souza:
165 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Como vota
166 a representante da polícia militar?” Conselheiro 1º Ten PM Lucas de
167 Castro Teles: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
168 Aquino: “Como vota o representante do CREA Minas?” Conselheiro
169 Guilherme de Assis Gonçalves: “Favorável.” Presidente Suplente Elias
170 Nascimento de Aquino: “Como vota a representante do Ministério
171 Público?” Conselheira Hosana Freitas: “Presidente, eu vou agradecer.
172 Nós, do Ministério Público, a gente tem direito de voz e de assento, mas a
173 gente não tem o direito a voto. Não tenho nenhuma consideração com

174 relação à ata da reunião anterior. Muito obrigada, viu?” Presidente
175 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Então eu devo registrar abstenção,
176 Conselheira?” Conselheira Hosana Freitas: “Eu acho que sim. Sugiro que
177 seja registrada abstenção justificada pela ausência de direito de voto.
178 Obrigada.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Os
179 Conselheiros representantes do Ministério Público normalmente informam
180 ser uma orientação do Conselho Superior do Ministério Público, não é
181 isso?” Conselheira Hosana Freitas: “Exatamente, isso mesmo.” Presidente
182 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheira.”
183 Conselheira Hosana Regina Andrade de Freitas: “Às ordens.” Presidente
184 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Então, abstenção da Conselheira
185 representante do Ministério Público. Conselheiro representante da
186 prefeitura de Valadares?” Conselheira Rosana Gonçalves Coelho Villas
187 Boas: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
188 “Representante da FIEMG.” Conselheira Renata Medrado Malthik:
189 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “É Renata,
190 não é, Renata?” Conselheira Renata Medrado Malthik: “Isso. Quem esteve
191 na reunião foi a Denise, mas a gente está a favor.” Presidente Suplente
192 Elias Nascimento de Aquino: “Está certo. Obrigada. Conselheiro
193 representante da FAEMG. Conselheiro representante da FEDERAMINAS.
194 Conselheiro representante da Abragel.” Conselheiro Thiago Salles de
195 Carvalho: “Favorável. Só um esclarecimento, Presidente, eu vi que na hora
196 de contar os votos aí da FIEMG, houve uma troca de nome lá para Denise.
197 Na verdade, acho que é a Renata que está presente na reunião hoje, na
198 reunião de hoje aí, se não me engano.” Presidente Suplente Elias
199 Nascimento de Aquino: “Está certo, Conselheiro. Eu agradeço. A
200 Conselheira Renata está representando a FIEMG hoje, ela só informou
201 que foi a Denise que esteve na reunião passada, o senhor está certo.
202 Conselheiro representante da ADDAF. Conselheiro representante do
203 movimento MPRTSM.” Conselheiro Luan Viana dos Santos: “Boa tarde a
204 todos. Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
205 “Obrigado, Conselheiro. Conselheira representante do Instituto Terra.”
206 Conselheira Isabella Salton Marques de Souza: “Boa tarde a todos.
207 Também favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
208 “Obrigado, Conselheira Isabella. Conselheira representante da
209 FADIVALE.” Conselheira Paula Miranda Lima: “Oi, acho que eu consegui
210 retornar.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Pois não,
211 Paula. Como vota a FADIVALE?” Conselheira Paula Miranda Lima: “Vota
212 favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “O voto da
213 representante da Pitágoras.” Conselheira Renata Oliveira Castro Faroni:
214 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Como vota
215 o representante da OAB/MG?” Conselheiro Cristiano Lamas Pereira: “Boa
216 tarde, senhor Presidente, boa tarde a todos. Cristiano Lamas, OAB/MG,
217 vota favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
218 “Obrigado, Conselheiro. Nós temos, portanto, aprovada a ata da 124ª

219 reunião extraordinária, do dia 23 de julho de 2020, sendo 15 votos de
220 acordo, uma abstenção e três ausências nesse momento.” Assessora
221 Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Senhor Presidente. O senhor pulou a
222 representante da Educação”. Presidente Suplente Elias Nascimento de
223 Aquino: “Na verdade, eu chamei, Vânia. Talvez não tenha sido registrado.
224 A Conselheira da Secretaria de Educação está presente?” Conselheira
225 Aureliana Manhani Rodrigues: “Sim. O voto foi favorável.” Presidente
226 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheira. Então, na
227 verdade, são 16 votos de acordo com a ata disponibilizada, uma
228 abstenção e três ausências nesse momento. Portanto, aprovada a ata da
229 124ª Reunião Extraordinária do dia 23 de julho de 2020. Passamos agora
230 para o próximo item da pauta, o item 5. **5. PROGRAMA “DIÁLOGOS**
231 **COM O SISEMA” - DA CONCEPÇÃO À EXECUÇÃO: OS DESAFIOS**
232 **DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. APRESENTAÇÃO:**
233 **SEMAD E GSM MINERAÇÃO.** Presidente Suplente Elias Nascimento de
234 Aquino: “Apresentação do Programa Diálogos com o SISEMA – Da
235 concepção à execução: os deságios dos Programas de Educação
236 Ambiental. Apresentação é pela SEMAD e GSM Mineração. Senhores
237 Conselheiros, eu fui indicado para atuar como moderador dessa
238 apresentação e, para esse evento, esse evento tem como objetivo
239 promover o debate sobre temas relevantes ao meio ambiente e ampliar o
240 âmbito de discussão sobre a temática ambiental com setores da sociedade
241 civil. Logo, nesse diálogos com o SISEMA, iremos apresentar o histórico e
242 os principais desafios das normas que regulamentam os programas de
243 educação ambiental, PEA, integrantes dos processos de licenciamento
244 ambiental, especialmente no tocante à Deliberação Normativa 214/2017
245 do Conselho Estadual de Política Ambiental, incluindo estudo de caso da
246 aplicação dessa norma no PEA. Solicitamos a todos que mantenham os
247 microfones desligados e, nesse momento, para darmos início às
248 atividades, convidamos o diretor de educação ambiental e relações
249 institucionais da SEMAD, Rafael Alves de Araújo, para proceder a
250 abertura.” Rafael Alves de Araújo, SEMAD: “Boa tarde a todos. Queria
251 primeiro registrar os meus agradecimentos e as boas-vindas a todos
252 aqueles que estão nos assistindo pelo Youtube, mas também a todos os
253 Conselheiros e representantes das diversas casas que estão participando
254 dessa reunião e que nos congratulam com a sua presença no que tange à
255 realização do I Diálogos com o SISEMA de 2020, um programa dentro do
256 contexto da educação ambiental que traz temas relevantes dentro do
257 contexto do meio ambiente, da sua relação com a sociedade, e fico muito
258 feliz de a gente começar esse Diálogos com o SISEMA com o tema
259 Educação Ambiental, uma perspectiva crítica olhando aí suas concepções
260 e as relações com a sociedade, com as organizações e também com os
261 órgãos públicos correlatos ao meio ambiente. Então, gostaria aqui de
262 registrar os meus agradecimentos toda a equipe que esteve envolvida da
263 Diretoria de Educação Ambiental e relações institucionais na organização

264 desse evento; ao André Ruas, nosso palestrante, representando a
265 Diretoria de Educação Ambiental, a nossa convidada, Dayane, da GSM,
266 assim como também à SUPRAM Leste de Minas, nessa parceria para
267 realização do Diálogos com o SISEMA, assim como a Secretaria Executiva
268 e também a Secretaria dos Órgãos Colegiados, que viabilizaram a
269 realização desse Diálogos, e convidamos aí para nos acompanharem nos
270 demais diálogos que nós teremos aí no decorrer de outubro e novembro e
271 dezembro. Sem mais para o momento, queria agradecer novamente e
272 desejar um bom evento a todos. Volto aí a palavra ao nosso Presidente
273 Elias para conduzir a pauta. Obrigado.” Presidente Suplente Elias
274 Nascimento de Aquino: “Obrigado, Rafael. Nós agradecemos por vocês
275 estarem aqui conosco também, trazendo um tema tão importante para
276 levar conhecimento aos Conselheiros e também à população que nos
277 acompanha e que terá a oportunidade de participar do debate pelo
278 Youtube. Senhores Conselheiros, neste momento eu passo a palavra para
279 a superintendente regional de meio ambiente do Leste Mineiro, a senhora
280 Gesiane Lima e Silva.” Gesiane Lima e Silva, SUPRAM/LM: “Boa tarde a
281 todos.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Oh Gesiane, é
282 necessário desligar toda fonte de ruído da sala.” Gesiane Lima e Silva,
283 SUPRAM/LM: “Oi, melhorou agora? Não. Oi?” Presidente Suplente Elias
284 Nascimento de Aquino: “Eu acho que agora melhorou, Gesi.” Gesiane
285 Lima e Silva, SUPRAM/LM: “Boa tarde a todos.” Presidente Suplente Elias
286 Nascimento de Aquino: “Não.” Gesiane Lima e Silva, SUPRAM/LM: “Só 1
287 minutinho, gente. Oi? Elias?” Presidente Suplente Elias Nascimento de
288 Aquino: “Eu acho que agora deu certo, Gesi.” Gesiane Lima e Silva,
289 SUPRAM/LM: “Boa tarde a todos. Melhorou agora, Elias?” Presidente
290 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Perfeito.” Gesiane Lima e Silva,
291 SUPRAM/LM: “Boa tarde a todos. Desculpe aí pelas interferências aqui,
292 gente. São dois microfones ligados aqui para realização da reunião. Bom,
293 meu nome é Gesiane, eu estou como superintendente aqui na Supram
294 Leste. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a equipe de educação
295 ambiental da SEMAD, que nos, nesse primeiro, na volta do programa, da
296 apresentação do programa Diálogos, nos abraçou aí com a sugestão
297 desse tema, que é um tema muito importante, que é a educação ambiental
298 sob o aspecto da concepção à execução, elaboração à execução do
299 programa. Para isso, nos foi sugerido o convite de um empreendimento,
300 de algum representante de empresas privadas que fizessem esse trabalho
301 e que se destacasse, e aí a gente chegou a um consenso aqui entre
302 indicações da própria equipe de análise, da Dayane, que é representante
303 do grupo GSM, que eles vêm se destacando no desenvolvimento do
304 trabalho e da dinâmica da educação ambiental junto aos seus respectivos
305 empreendimentos. Nós escolhemos esse tema por conhecer da
306 importância dele e da prática da educação ambiental na região e de toda a
307 comunidade do entorno do empreendimento. Agradeço aí ao colega André
308 Ruas, por estar participando também, vai ser palestrante, ele que sempre

309 defendeu o tema, desde a criação da DN 214, e suas alterações, e o
310 Ricardo, o Rodrigo, que nos acompanhou durante toda elaboração e
311 possibilitou a reunião, o acontecimento dessa reunião. E deixar aqui o
312 quanto a gente entende, que é importante que os empreendimentos, as
313 empresas privadas, elas tenham essa convicção de que o programa de
314 educação ambiental e sua efetiva implantação é uma forma de exercer a
315 política pública, mesmo que pelo ente privado, a gente sabe que é um
316 dever do estado, mas que o empreendedor que desenvolve aquelas
317 atividades que tem potencial de modificação do meio ambiente, ela acaba
318 sendo responsável por praticar essa educação ambiental nas
319 comunidades. E aí até chamando atenção para uma apresentação que a
320 Dayane fez, o diagnóstico também é muito importante que se faça esse
321 diagnóstico antes da execução do programa. Então que não se apresente
322 ao órgão ambiental somente o que é obrigatório, dentro da lei, mas que
323 realmente se aplique os fundamentos do programa de educação
324 ambiental. A gente chama atenção também sobre um dos requisitos lá que
325 está no Termo de Referência da DN, que um dos objetivos do programa é
326 difundir as leis ambientais junto aos projetos que são executados nas
327 comunidades. E aí, o quê que isso significa? Quanto mais o empreendedor
328 se preocupa em apresentar para as comunidades quais são as realidades
329 do empreendimento, as legislações que regem as atividades ali
330 desenvolvidas, mais parcerias eles fazem com a comunidade, de forma a
331 ser uma comunidade amiga que acaba defendendo o empreendimento. A
332 gente tem casos, por exemplo, que a gente recebe denúncias de: 'Ah,
333 existe uma mineração de rocha ornamental em determinado lugar', a
334 comunidade quando está no entorno e não conhece daquela atividade, ela
335 faz uma denúncia de que está sendo desenvolvida uma atividade e vai ter
336 uma barragem, ou seja, a atividade barragem nem é inerente à atividade
337 rocha ornamental, por exemplo. Então, assim, é só um exemplo de como é
338 importante que o empreendedor faça e execute de forma eficiente os
339 programas de educação ambiental. E, por fim, eu acho que a SEMAD vem
340 nessa linha, sempre buscando aperfeiçoar e fazer essas apresentações da
341 DN 214, das alterações, da importância da execução do PEA, que a gente
342 tem visto e acompanhado aqui junto a SUPRAM alguns empreendedores
343 que não são obrigados mediante a lei de fazer essa apresentação do PEA
344 no processo de licenciamento, mas que estão buscando, que me ligam e
345 falam: 'Olha, não é obrigatório não, mas, a gente quer fazer, a gente quer
346 buscar apresentar e quer fazer esse programa junto à comunidade. A
347 gente pode fazer?', não só pode, como deve, não é, gente? Então fica aqui
348 o meu registro de agradecimento a todos os participantes que nos
349 ajudaram e compraram essa nossa ideia de fazer primeiro um retorno aí
350 do Diálogos, apresentação desse tema. E agradecer também a Dayane,
351 que vai nos dar aqui uma apresentação de um caso prático de execução
352 do programa de educação ambiental. Só isso. Agradeço a todos e
353 agradeço a todos os Conselheiros, desculpe, não cumprimentei os

354 senhores no início. Agradeço a participação aqui na nossa reunião.
355 Obrigada e tenham uma boa tarde.” Presidente Suplente Elias Nascimento
356 de Aquino: “Agradecemos a superintendente Gesiane pelas palavras, pela
357 percepção prática da relevância do PEA no âmbito do licenciamento
358 ambiental e passamos agora para a palavra da Superintendente de
359 Gestão Ambiental da SEMAD, a senhora Fernanda Carla Wasner
360 Vasconcelos.” Fernanda Carla Wasner Vasconcelos, SEMAD: “Boa tarde a
361 todos e a todas. Em nome da equipe da SEMAD, do Subsecretário
362 Rodrigo Franco, eu agradeço a oportunidade de começarmos pela
363 SUPRAM Leste (áudio ruim) da Geane, que apoiou a proposta de (áudio
364 ruim) mostrando na prática o que é uma educação ambiental. Quando nós
365 falamos de educação ambiental, nós estamos falando de práticas que
366 envolvam o conhecimento técnico, o conhecimento científico, respeito,
367 diversidade, opiniões e bons argumentos. A função do Diálogos é
368 capilarizar práticas de educação ambiental no Estado de Minas Gerais, e
369 essas intervenções que nós fazemos através deste evento chamado
370 ‘Diálogos com o SISEMA’ é justamente para propiciar que essas opiniões,
371 que essas informações sejam divulgadas no âmbito de poder ser
372 questionadas, argumentadas, afinal de contas, a proposta é de um
373 diálogo, e diálogo um fala, o outro ouve, todos ponderam, que é muito a
374 ideia da educação ambiental: escutar, agir, para que a gente possa
375 realmente ter boas práticas dentro do nosso meio ambiente, que anda tão
376 prejudicado. Não vou ser extensa na minha fala, gostaria de agradecer ao
377 Elias, que está presidindo a sessão para a condução dos trabalhos, à
378 equipe que se dispôs a disponibilizar conosco, compartilhar conosco o seu
379 conhecimento, o André Ruas, que tem prática na SEMAD, que é nosso
380 servidor da equipe DEARI; e a Dayane, que está representando Práticas
381 de Educação Ambiental na região. Eu agradeço muito, espero que seja
382 proveitoso, e qualquer uma das perguntas, vocês podem fazer, por favor,
383 via chat. A ideia do nosso programa hoje é falar sobre Educação
384 Ambiental. Educação Ambiental nada mais é do que transformar ciência
385 em prática para todos aqueles que têm uma necessidade de fazer um
386 mundo melhor. Muito obrigada, uma ótima tarde.” Presidente Suplente
387 Elias Nascimento de Aquino: “Agradecemos à Fernanda por suas palavras
388 e nós passaremos agora, de acordo com o cronograma do item,
389 apresentação institucional sobre o significado do Diálogos com o SISEMA.
390 Eu vou solicitar ao Bruno, que está prestando apoio na disponibilização do
391 material, para inserir a apresentação. E aí nós vamos dar início à
392 apresentação, vamos chamar o analista ambiental Ricardo Cottini, da
393 Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais da SEMAD,
394 para uma apresentação institucional sobre o programa Diálogos com o
395 SISEMA.” Ricardo Cottini, SEMAD: “Boa tarde a todos. Em nome aqui da
396 diretoria também queria dar as boas-vindas a todos aqui no nosso evento.
397 Estamos começando nessa tarde de hoje mais uma temporada de eventos
398 do Diálogos 2020, com esse tema relevante, que é justamente sobre o

399 papel da educação ambiental no licenciamento. Para a gente começar
400 aqui os nossos trabalhos, as apresentações, antes nós vamos fazer uma
401 breve apresentação para aqueles que ainda não conhecem do que
402 representa o Diálogos para o SISEMA, qual foi o objetivo da Secretaria em
403 criar esse tipo de evento que é uma forma de nós podermos dialogar com
404 os cidadãos, para debater temas relevantes em cada região do Estado de
405 Minas Gerais. O Diálogos com o SISEMA, ele foi criado em dezembro de
406 2017, nós estamos agora exatamente no dia de hoje, na reunião de
407 número 17. Nós começamos com trabalhos primeiro somente em Belo
408 Horizonte, depois nós colocamos regional a partir do ano de 2019, e tendo
409 como base cada SUPRAM representando as principais mesorregiões do
410 Estado de Minas Gerais. As reuniões são periódicas, abertas ao público,
411 com palestras e debates de temas ambientais de interesse comum. Esse
412 ano, devido ao problema que nós estamos vivendo aí, a questão da
413 pandemia do Covid-19, nós tivemos que adaptar, assim como várias
414 outras atividades forma adaptadas, e estamos fazendo o evento nessa
415 modalidade virtual. Porém, a forma de conduzir a questão de o cidadão
416 participar, é a mesma, nós vamos ter espaço para debates, as perguntas,
417 porque esse que é o objetivo principal do evento. Todas as informações,
418 como os temas e os eventos do ano de 2020, como também o histórico
419 dos demais eventos que já ocorreram em 2019, 2018, e o primeiro que foi
420 em 2017, estão disponíveis do site da SEMAD, aí vocês têm o link, mas,
421 se não quiser acessar esse link, é só entrar no site da SEMAD e procurar
422 'gestão ambiental', dentro da gestão ambiental vai ter um outro ícone,
423 chamado 'educação ambiental'. Quando você clicar em educação
424 ambiental, vão aparecer todos os nossos trabalhos e projetos de ações
425 que nós estamos desenvolvendo em 2020. O Diálogos com o SISEMA é
426 uma dessas ações. As finalidades e os princípios do programa são: abrir
427 um espaço para debater sobre os temas relevantes do meio ambiente;
428 ampliar a discussão sobre a temática ambiental com demais setores da
429 sociedade civil, público acadêmico, e organizações não governamentais;
430 garantir a democratização das informações ambientais; e incentivar a
431 participação da sociedade na preservação do equilíbrio do meio ambiente
432 e na defesa da qualidade ambiental com exercício da cidadania. Aqui o
433 nosso calendário para o ano de 2020, vocês podem ver aí. Então nós
434 temos aí hoje, dia 14 de outubro, nosso primeiro evento. Na semana que
435 vem nós vamos ter mais dois eventos logo em seguida, dia 21, Zona da
436 Mata, 22 de outubro Alto São Francisco. No mês de novembro, vamos ter
437 mais três eventos, Jequitinhonha, Triângulo e Alto Paranaíba, e o
438 Noroeste. E 1º de dezembro, 2 de dezembro e 8 de dezembro faremos em
439 sul de Minas, Central Metropolitana e norte de Minas encerrando. Norte de
440 Minas será o nosso último evento para encerrar essa temporada 2020.
441 Cada região escolheu um tema pertinente a uma problemática e a uma
442 necessidade que ela apresenta. Foi uma escolha pelas SUPRAMs,
443 observando as suas realidades e as suas peculiaridades locais. Nós

444 agrademos a atenção de vocês e todos aqueles que puderem estar
445 prestigiando e participando dos demais eventos, vai ser bem interessante,
446 e essa mesma tabela que foi apresentada aqui, ela está disponível, como
447 foi explicado, no site da SEMAD. Agradecemos desde já a participação de
448 todos vocês que estão on-line nos assistindo. Teremos uma sessão de
449 perguntas ao final das duas apresentações, e também estaremos
450 colocando no chat ao lado aí da página um endereço para que vocês
451 possam solicitar, aqueles que desejarem, o certificado desse evento, tá?
452 Nós vamos disponibilizar aí um link no qual vocês vão poder entrar e fazer
453 o preenchimento com todos os dados, nós vamos enviar um certificado
454 depois para os participantes. Agradeço a atenção de vocês. Elias, pode
455 dar prosseguimento.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
456 “Agradecemos ao Ricardo pelas exposições aí sobre o significado do
457 programa, para que os Conselheiros e também os cidadãos que nos
458 acompanham pelo Youtube tenham conhecimento sobre a relevância
459 desse programa. E antes de passar para o próximo ponto aqui deste item
460 de pauta, senhores, só fazer um comunicado aqui para quem nos
461 acompanha pelo Youtube, a Secretaria Executiva está tentando entrar em
462 contato com dois inscritos para o item 7.1 da pauta, o senhor Leandro
463 Nascimento Gonçalves, o número disponibilizado não está chegando, está
464 chegando para outra pessoa. E o senhor Oziel de Magalhães, não foi
465 informado o DDD. Então eu peço aos senhores, caso estejam
466 acompanhando, para entrar em contato através do número, o DDD é 33,
467 99945-6561. Então, 33, 99945-6561. Se não for possível entrar em
468 contato, a participação dos senhores neste item de pauta será
469 comprometida. Então, dando sequência aqui, senhores, para o próximo
470 desse item de pauta, nós teremos apresentação de duas palestras, com 1
471 hora no total de duração. Informamos que durante as apresentações
472 poderão ser encaminhadas perguntas, as quais iremos selecionar para
473 responder ao final. Poderão ser feitas diretamente no chat que se encontra
474 na lateral da página, para aqueles que estão nos assistindo pelo Youtube,
475 e os participantes da sala Zoom farão diretamente no chat da sala.
476 Também para aqueles que desejam certificados, solicitamos que copiem o
477 link que será inserido no chat e respondam com os dados solicitados.
478 Nesse momento eu vou chamar o primeiro palestrante, passamos a
479 palavra para a primeira palestrante, Dayane Pereira Rezende, para
480 discorrer sobre o tema: ‘Da concepção à execução: os desafios dos
481 programas de educação ambiental’. Dayane Pereira Rezende é formada
482 em Engenharia Ambiental, especialização em Licenciamento Ambiental e
483 Análise de Impacto Ambiental. Atua no setor minerário como gestora
484 ambiental responsável pelo desenvolvimento de atividades voltadas ao
485 atendimento de condicionantes, gestão documental e elaboração de
486 relatório técnico, é responsável pela gestão socioambiental e visa ao
487 desenvolvimento dos programas de educação ambiental e projetos sociais
488 na GSM Minerações. Eu peço ao Bruno para colocar a apresentação da

489 palestrante Dayane na tela, para acompanhamento dos senhores. E,
490 Dayane, você está com a palavra.” André Ruas, SEMAD: “Senhor
491 Presidente, desculpa interromper. Eu também, as apresentações serão
492 uma minha e da Dayane, e eu alinhei com a Dayane de fazer a minha
493 apresentação primeiro porque eu vou tocar em alguns pontos que ela vai
494 dar um exemplo de estudo de caso real, então eu queria pedir um favor, se
495 for possível, de talvez inverter as ordens das apresentações, eu fazer a
496 apresentação primeiro, porque aí a Dayane vai complementar com base
497 em algumas exposições que eu vou fazer. Se for possível.” Presidente
498 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Perfeito, Ruas. Então vou passar o
499 minicurrículo do Ruas, que procederá a primeira apresentação. André Luiz
500 Ruas é engenheiro civil pela UFMG, tem mestrado em Saneamento, Meio
501 Ambiente e Recursos Hídricos também pela UFMG, é Analista Ambiental,
502 atua na Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais da
503 SEMAD, atua com processo de formulação de políticas públicas para
504 educação ambiental e no processo de licenciamento ambiental. Então,
505 Ruas, você está com a palavra.” André Luiz Ruas, SEMAD: “Muito
506 obrigado, Presidente. Primeiro, boa tarde, Presidente, Conselheiros e
507 Conselheiras do COPAM, meus colegas de SISEMA, a todos que estão
508 aqui nos prestigiando assistindo essa apresentação do Diálogos com o
509 SISEMA. Eu vou ser bem breve, mas eu queria aproveitar a oportunidade
510 para agradecer a Gesiane, nossa superintendente da SUPRAM Leste,
511 pela fala dela. Queria falar, Gesiane, fiquei muito feliz com seu relato,
512 sabe? Porque a gente trabalhou, eu sou uma das pessoas que
513 trabalharam na normatização na DN 214 e na DN 238, que eu vou falar
514 daqui a pouco. É um grupo bem maior, bem multidisciplinar, tem outros
515 colegas nossos técnicos do licenciamento da SEMAD que participaram
516 desse grupo, também foi uma participação muito, foi uma gestão muito
517 participativa, porque a gente ouviu muito a questão da sociedade civil,
518 ouvimos empreendedores, consultores e outros interessados no tema, e
519 quando a gente ouve que, por exemplo, tem empreendedores que
520 desejam fazer educação ambiental mesmo sem serem obrigados, ou como
521 que ele ajuda as comunidades, é uma satisfação muito grande para a
522 gente. Esse tema eu vou abordar também no final da minha apresentação,
523 mas eu não podia deixar de agradecer por esse relato da Gesiane, que
524 para mim, assim, é muito importante para a gente que trabalha com esse
525 assunto. Então, sem mais delongas, eu vou pedir, Bruno, por favor, se
526 você puder projetar a minha apresentação. Muito bem. Senhoras e
527 senhores que estão nos assistindo, então, como já foi dito, essa é a
528 primeira edição do Diálogo com o SISEMA do ano de 2020, da SEMAD, e
529 o tema da apresentação de hoje será: ‘Da concepção à execução: os
530 desafios do programa de educação ambiental no licenciamento ambiental’.
531 Primeiro contextualizar sobre a questão da legislação. Onde que fala que a
532 educação ambiental deve ser abordada junto ao licenciamento ambiental?
533 Então, nós temos uma legislação bem extensa, mas eu queria dar um

534 destaque para um decreto federal, que é o decreto 4.281 de 2002. Esse
535 decreto, ele regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, e no
536 seu inciso, no artigo 6º, inciso II, eu coloquei em destaque em vermelho,
537 ele fala o seguinte, que: 'Deverão ser criados, mantidos e implementados,
538 sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental
539 integrados às atividades de licenciamento ambiental e revisão de
540 atividades efetiva ou potencialmente poluidoras', então vocês podem
541 perceber que desde 2002, desde o decreto que regulamenta a Política
542 Nacional de Educação Ambiental, nós já temos arcabouço legal que fala
543 da questão da exigência de se fazer educação ambiental no âmbito do
544 processo de licenciamento ambiental. Aqui em Minas Gerais, como que foi
545 feito a regulamentação dessa legislação federal? Toda a regulamentação
546 foi feita através de deliberações normativas do Conselho Estadual de
547 Política Ambiental, o COPAM. Eu vou fazer uma apresentação aqui sobre
548 todo esse histórico, como que foi criado desde anterior à primeira norma,
549 que foi a DN COPAM 110, até passando pela DN 214, e mais
550 recentemente, agora em 2020, foi aprovado em agosto passado, a DN
551 COPAM 238. Então essas três normas, elas são o histórico que nós temos
552 do tema Educação Ambiental no processo de licenciamento. Eu quero
553 fazer uma linha do tempo para mostrar para vocês quais foram as
554 dificuldades e os problemas enfrentados nesse tema, desde antes de ter
555 uma norma, até a situação que nós estamos vivendo atualmente. Então, a
556 DN COPAM 110, ela foi publicada no ano de 2007, e antes dela existia
557 alguns casos que alguns processos de licenciamento, o empreendedor
558 mesmo não tendo uma obrigação legal expressa, mesmo não tendo uma
559 orientação do órgão ambiental, ele também podia entregar um programa
560 de educação ambiental. Só que, qual era a maior dificuldade disso no
561 momento? Se você não tem nenhuma legislação ou nenhuma norma que
562 estabelece um norte para os empreendedores, ou até para as próprias
563 comunidades saberem o que deve ser feito de educação ambiental no
564 licenciamento, causava um grande problema, o seguinte: mesmo os
565 programas que já eram apresentados antes da DN COPAM 110, havia
566 uma baixa efetividade nesses programas, por quê? As vezes eram
567 programas que eram totalmente descasados com a realidade local, às
568 vezes eram programas que eram ações pontuais, para o próprio órgão
569 ambiental também não havia uma padronização, então, por exemplo, o
570 órgão ambiental não sabia nem o que cobrar do empreendedor. Então, se
571 o empreendedor não sabia o que fazer e o órgão ambiental não sabia o
572 que cobrar, para que direção nós vamos seguir com o programa de
573 educação ambiental? E isso resultava, como consequência, como eu falei,
574 programas ambientais tanto de baixa efetividade, como também falta de
575 isonomia, porque dependendo do programa que era apresentado, se era
576 apresentado por empresas diferentes, às vezes em regionais diferentes,
577 às vezes o nível de cobrança, o nível de exigência era diferente entre os
578 programas. Isso também não era justo nem com os próprios

579 empreendedores, porque isso causava uma falta de isonomia entre os
580 programas. Então, algumas perguntas que a gente ia fazer. A partir do
581 momento que o empreendedor deveria fazer um PEA, quais eram as
582 principais perguntas, os principais questionamentos que a gente tinha,
583 principalmente para o órgão ambiental? Então a pergunta é: quem deve
584 fazer o programa de educação ambiental no licenciamento ambiental? Não
585 era definido. Como fazer o programa? Quando fazer o programa? –
586 lembrando que o licenciamento ambiental é dividido em várias etapas,
587 desde a licença prévia, a licença de instalação e de operação e suas
588 renovações da licença de operação. E também outra dificuldade muito
589 grande que tinha era qual público que eu devo trabalhar e em qual região?
590 Essas perguntas geravam várias dificuldades na hora, tanto para o
591 empreendedor elaborar e executar, quanto para o órgão ambiental cobrar
592 do empreendedor o quê que ele deveria fazer junto ao programa de
593 educação ambiental. A partir daí, o COPAM, por meio de uma equipe, na
594 época, da FEAM, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, propôs ao
595 COPAM uma norma que virou a DN COPAM 110. A DN 110, ela tem 2
596 artigos, o primeiro artigo ela aprova um Termo de Referência que é anexo
597 à norma, que é o Termo de Referência para elaboração do programa, e o
598 artigo 2º era simplesmente ‘Essa norma entre em vigor na data da sua
599 publicação’, então vocês podem observar que a DN 100 era praticamente
600 somente para aprovar o Termo de Referência para elaboração e execução
601 do programa, do PEA na época. Na época foi um avanço gigantesco que a
602 gente teve, igual eu falei, não havia normatização nenhuma, e essa DN
603 110, ela respondeu a duas daquelas primeiras perguntas que eu fiz,
604 primeira pergunta é: quem deve fazer o programa de educação ambiental
605 no âmbito do licenciamento? Então ela fala o seguinte, que todos os
606 empreendimentos das classes 5 e 6, classe 5 e 6 são as classes definidas
607 à época pela Deliberação Normativa COPAM 74, que classifica os
608 empreendimentos de 1 a 6, sendo que classe 1 são os de menores porte,
609 empreendimentos de pequeno porte e/ou pequeno potencial poluidor
610 degradador, e o classe 5 e 6 são os empreendimentos de grande porte
611 e/ou grande potencial poluidor degradador. Então ele já define que são os
612 empreendimentos 5 e 6, mas não são todos os empreendimentos das
613 classes 5 e 6 que deveriam fazer o programa de educação ambiental. Nós
614 temos aí no slide uma apresentação de quais eram os empreendimentos
615 que eram exigidos, então, empreendimentos minerários, siderúrgicos,
616 usinas hidrelétricas, barragens para irrigação, loteamentos, silviculturas,
617 empreendimentos do setor sucroalcooleiro e biocombustíveis, e
618 empreendimentos da reforma agrária. Então a DN 110 define muito bem
619 quem deveria fazer o programa de educação ambiental no âmbito do
620 licenciamento, os empreendimentos classe 5 e 6 somente dessas
621 tipologias listadas no slide. E além de listar quem deveria fazer, a DN 110
622 também falava como deveria ser feito, para isso, nós temos um Termo de
623 Referência, que é o Termo de Referência que os consultores

624 empreendedores devem seguir para elaborar e executar o programa. O
625 Termo de Referência da DN 110, ele estabelecia alguns tópicos, que são
626 os listados nesse slide, então, nós tínhamos que ter: público alvo interno e
627 externo, tinha algumas diretrizes para elaboração do programa, qual que
628 era a estrutura que o programa deveria ter, então, uma apresentação,
629 objetivo, metodologia, metas, linhas de ação e equipe técnica responsável,
630 qual que era a duração desse programa, ou seja, qual que é o seu
631 cronograma, e o Termo de Referência também exigia que o programa
632 deveria apresentar indicadores e deveria ter avaliação e monitoramento do
633 programa, e também tinha uma listagem de alguns temas, que são os
634 eixos temáticos, que poderiam ser abordados no programa de educação
635 ambiental de acordo com a sua realidade, certo? Então vocês podem
636 observar que já foi um salto qualitativo muito grande, antes da DN COPAM
637 110 para a DN 110. Só que, independente disso, a gente ainda tem alguns
638 desafios. O quê que a gente percebeu durante 10 anos de vigência da DN
639 COPAM 110? Que eu vou falar mais à frente, a DN COPAM 110 foi
640 revogada em 2017. A gente percebeu nesses 10 anos que muitos
641 programas ainda apresentavam baixa qualidade, por exemplo, programas
642 baseados em ações pontuais, porque nós sabemos que a educação
643 ambiental, o conceito de educação ambiental é a de que é um processo
644 contínuo de ensino e aprendizagem, e alguns programas, eles previam
645 apenas realização de algumas ações pontuais, geralmente naquelas datas
646 comemorativas que nós temos todo ano, nós temos a Semana do Meio
647 Ambiente, no Dia da Árvore, no Dia das Águas, então muitas vezes o
648 programa só previa ações nessas datas e o resto do ano não trabalhava o
649 tema da educação ambiental. Os programas eram muito descasados com
650 a realidade local, às vezes eles levantavam problemas, abordavam
651 problemas dentro do programa, que não tinham afinidade com a
652 comunidade ou com os trabalhadores que são o público alvo do programa.
653 Então, por exemplo, não adianta nada você falar, vamos pegar um
654 exemplo hipotético, vamos salvar a Amazônia, a Amazônia é importante,
655 sim, a Amazônia é muito importante e todos deveriam lutar pela
656 preservação da Amazônia, só que aqui no Estado de Minas Gerais nós
657 não estamos no bioma da Amazônia. Outro bioma tão importante quanto é
658 a Mata Atlântica, por exemplo. Então por que não falar, não abordar temas
659 relacionados à preservação do bioma local, da fauna local, de às vezes
660 algum problema socioambiental que aquela comunidade vive, por
661 exemplo, a questão da falta de saneamento básico? Se às vezes a
662 comunidade não tinha nem coleta de lixo ou tratamento de esgoto e o
663 programa de educação ambiental estava tratando temas que não tinham
664 uma afinidade com aquilo que a comunidade vivia. Outro problema
665 também que a gente percebe eram programas que às vezes tinham baixa
666 mobilização na hora de fazer as ações, uma baixa adesão do público alvo
667 dela. No programa de educação ambiental, diferente de alguns outros
668 programas do meio físico e biótico do licenciamento ambiental, nós

669 estamos trabalhando com seres humanos. Então se a comunidade não
670 participa do programa de educação ambiental, então não tem eficácia,
671 porque você não está agindo diretamente sob o objeto do programa. Ele
672 precisa de ter um público alvo para poder atuar, e muitas vezes a gente
673 percebe que havia um baixo esforço por parte, seja da consultoria ou do
674 empreendedor, de mobilizar aquela comunidade para que ela participe das
675 ações e projetos de educação ambiental, que são parte do programa, e
676 mesmo após convidar a comunidade, às vezes a comunidade não aderiu
677 ao programa, principalmente por problemas como eu falei antes, por
678 exemplo, às vezes era um tema que não tinha interesse para aquela
679 comunidade, era um tema descasado com a realidade local. Então, para
680 quê que a comunidade vai participar? Outro problema que a gente percebe
681 é que após a DN COPAM 110, a maioria dos programas de educação
682 ambiental que chegavam, eles tinham foco muito forte na questão da
683 comunidade escolar, a gente via que as ações e os projetos do público
684 externo eram voltados, principalmente, para a comunidade escolar. Eu
685 coloquei até em negrito na minha apresentação, porque eu coloquei:
686 ‘focados estritamente’, queria deixar muito claro que a comunidade escolar
687 deve participar do programa de educação ambiental, sim. O ponto que eu
688 gostaria de observar é que não é somente a comunidade escolar, quem
689 deve participar é a comunidade escolar, mas também toda a comunidade
690 do entorno, que não necessariamente são alunos, professores, ou
691 funcionários das escolas. Às vezes tem o público alvo, principalmente o
692 público adulto, que não está inserido dentro da comunidade escolar, que
693 também precisa ser tratado junto com os programas de educação
694 ambiental. E outra dificuldade muito grande que a gente tinha, em algumas
695 regiões a gente tinha uma saturação muito grande de programas de
696 educação ambiental, por quê? Às vezes você tem empreendimentos
697 vizinhos em determinada região, dois ou mais empreendimentos, que, às
698 vezes, o público alvo deles era o mesmo público alvo, então, por exemplo,
699 tinha uma ação que era na escola, então em uma semana ia um
700 determinado empreendedor propor para aquela escola ou para aquela
701 comunidade de fazer o programa de educação ambiental, era feito, às
702 vezes na semana seguinte ou no mês seguinte chegava outro
703 empreendedor e também propunha fazer um programa de educação
704 ambiental com esse público. Isso causava uma saturação de programas e
705 causava também uma baixa adesão, que eu falei anteriormente, porque,
706 por exemplo, dentro de uma comunidade escolar não dá para fazer
707 educação ambiental todos os dias. Imagina se todo dia bate um
708 empreendedor diferente na porta da escola pedindo para fazer educação
709 ambiental. Então a gente percebe também que tinha muita sobreposição
710 de ações em determinadas regiões e municípios do estado. A partir dessa
711 vivência, dessa experiência que o órgão ambiental teve com a DN 110, ao
712 longo desses 10 anos, o próprio órgão ambiental, a SEMAD, percebeu que
713 havia uma necessidade de melhorar a DN COPAM 100, a partir de todos

714 esses desafios e problemas enfrentados. Então A Gente fez um trabalho
715 que iniciou-se em 2016. Como eu falei, foi um trabalho participativo, a
716 gente ouviu muito os técnicos que trabalham com licenciamento ambiental
717 dentro da Secretaria, a gente ouviu empreendedores, a gente ouviu
718 consultores, todas as pessoas que tinham disponibilidade para conversar
719 com a gente, e a partir do momento, a gente publicou, em abril de 2017, o
720 COPAM redigiu a DN COPAM 214, ela estabelece as diretrizes e
721 procedimentos para elaboração e execução do PEA nos processos de
722 licenciamento ambiental de empreendimentos causadores de significativo
723 impacto ambiental, e ou passíveis de apresentação do estudo de relatório
724 de impacto ambiental, o famoso EIA/RIMA. Uma observação importante é
725 que a 214, ela revoa inteiramente a DN COPAM 110. Quais foram as
726 principais inovações que a DN 214 trouxe para a gente? Como eu falei,
727 primeiro agora quem tem que apresentar o PEA são os empreendimentos
728 causadores de significativo impacto ambiental e ou que são passíveis de
729 EIA/RIMA. Lembrando que na DN 110 era só empreendimentos classe 5 e
730 6, de algumas tipologias, de algumas atividades, agora já aumentou o
731 leque para várias, qualquer tipo de atividade que seja passível de
732 EIA/RIMA e não somente os empreendimentos classe 5 e 6, porque a
733 gente tem também empreendimentos nas classes 3 e 4 que podem
734 apresentar EIA/RIMA. Então a primeira grande mudança da DN 214 foi
735 que ela aumentou o leque de empreendimentos que são passíveis de
736 apresentar o programa de educação ambiental para o órgão licenciador.
737 Ela também define alguns conceitos gerais, que a gente considera muito
738 importante, que na DN 110 não tinha, que são conceitos que podem
739 parecer, assim, óbvios, por exemplo, define o que é um programa de
740 educação ambiental, define o quê que é uma área de influência direta,
741 onde deveria ser feito o programa de educação ambiental e outros. Pode
742 parecer conceito simples, mas a gente percebeu que não havia também
743 um consenso nos programas que chegavam para análise da gente na
744 época da DN COPAM 110. Outra coisa também, ela padroniza alguns
745 critérios que mesmo para aqueles empreendedores cujo empreendimentos
746 são passíveis de EIA/RIMA, cabe um pedido de dispensa do PEA, então a
747 gente fala: 'Olha, para tais e tais atividades já está automaticamente
748 dispensado.', ou 'Se sua atividade tiver as seguintes especificidades, as
749 seguintes características.', o empreendedor também poderá solicitar a
750 dispensa do PEA no órgão licenciador, só que para solicitar essa
751 dispensa, tem que ter, tem que ser devidamente motivado. O que
752 significa? O empreendedor tem que solicitar a dispensa, mas apresentar
753 justificativas técnicas para a dispensa desse programa de educação
754 ambiental. Uma inovação que a DN 214 trouxe, que para mim é uma das
755 mais importantes de todas, é que ela estabelece obrigatoriedade do
756 empreendedor fazer um estudo que chama 'Diagnóstico Socioambiental
757 Participativo', o DSP, com o público alvo, por meio de técnicas
758 participativas. Por quê? A gente percebe que antigamente a DN, os

759 programas, os PEAS apresentados na época da DN 110, às vezes, eu
760 como empreendedor contratava uma consultoria para fazer o programa. A
761 consultoria elaborava o programa dentro do escritório, com a melhor das
762 técnicas, das intenções, só que a gente percebe aquele programa que eu
763 falei que a gente enfrentava na DN COPAM 110, às vezes eram
764 programas que apresentavam ações e projetos que estavam descasados
765 da realidade local, que aí por causa disso acabava tendo uma baixa
766 adesão da comunidade, do público alvo. Então hoje, para o empreendedor
767 fazer um programa de educação ambiental, o primeiro passo, ele tem que
768 procurar o público alvo dele, interno e externo, os trabalhadores das obras
769 e as comunidades do entorno, fazer um diagnóstico junto com essas
770 comunidades, e para isso nós já temos técnicas participativas que já são
771 consagradas na literatura acadêmica, e a partir dessas técnicas
772 participativas o empreendedor consegue recolher dados, informações, que
773 vão subsidiar ele na hora de ele fazer o programa de educação ambiental,
774 por isso o programa de educação ambiental agrega mais qualidade,
775 agrega valor, porque ele foi feito a várias mãos, ele foi feito junto com o
776 público alvo, e por esse mesmo motivo vai ter mais aderência do público
777 alvo, porque vai ter ações e projetos que foram levantados pelo próprio
778 público. Outras questões também que a gente abordou na DN 214 é que,
779 primeiro, o PEA tem que estar relacionado à realidade local do impacto do
780 empreendimento. Às vezes o empreendimento causava uma série de
781 impactos no público alvo, que, por exemplo, gerava efluente sanitário,
782 gerava efluente atmosférico, problemas e impactos ambientais, como
783 geração de ruídos, de poeira, sobre aquela comunidade, e na hora que ele
784 ia abordar esses problemas, na hora que ele ia levantar os projetos do
785 PEA, ele não abordava essas questões. Ou seja, um dos objetivos do
786 PEA, da educação ambiental como um todo, não somente com o PEA, é
787 você poder empoderar o cidadão para que o cidadão possa conquistar
788 habilidades, atitudes e vivências, de forma que ele seja empoderado para
789 que ele possa seguir o que a Constituição Federal prega, que é preservar
790 o meio ambiente para as gerações atuais e futuras. E a gente percebia
791 que o empreendedor falava de problemas que não tinham nada a ver com
792 aquela questão, falava, por exemplo, de problemas relacionados da fauna,
793 mas falava da fauna de uma forma que nem existia naquela região. 'Ah,
794 vamos falar de animais ameaçados de extinção', e às vezes tinham
795 animais ameaçados de extinção na própria região, que ele não tocava
796 naquele assunto. E outra coisa que a gente também inovou com a DN
797 COPAM 110, que a gente previu uma obrigatoriedade, toda vez que o
798 empreendimento sofria uma ampliação, uma modificação, então, por
799 exemplo, eu tenho um empreendimento minerário, ele vai ampliar, ele vai
800 construir uma nova estrutura, uma barragem, ou ele vai aumentar a área
801 da lavra dele, isso pode gerar novos impactos ambientais e, por esse
802 motivo, o programa, ele tem que ser revisado, de forma que esses novos
803 impactos ambientais sejam abordados nele. Outra questão também é a

804 questão da duração do programa. No licenciamento ambiental hoje, a
805 norma fala que uma licença de operação pode durar até 10 anos. Nós
806 sabemos que em 10 anos a realidade daquele empreendimento ou
807 daquela comunidade do entorno também pode mudar, por esse motivo a
808 gente previu também que a cada renovação da licença de operação, o
809 empreendedor tem que fazer uma revisão do programa, para ver se houve
810 alguma mudança ao longo desses 10 anos de operação, que justifique ou
811 talvez, por exemplo, a comunidade pode ter crescido nesses 10 anos no
812 entorno do empreendimento, pode ter surgido novos impactos, então a
813 gente pede que ele faça uma revisão periódica desse programa. Também
814 uma outra questão muito importante, que é bom para o empreendedor e
815 bom para o órgão licenciador. Antes da DN 214 não havia uma
816 padronização de como fazer o monitoramento e avaliação desses
817 programas. Então, por exemplo, em algum processo de licenciamento, o
818 empreendedor e o órgão licenciador poderia prever que o programa
819 deveria ter entrega de relatórios trimestrais. Às vezes em outro processo
820 de licenciamento era previsto a entrega de relatórios anuais. Uma coisa
821 que a gente fez para padronizar esse entendimento é que o seguinte: a
822 gente criou um modelo de formulário de acompanhamento, que tem que
823 ser entregue no primeiro semestre de cada ano, que é um formulário muito
824 simples que está no anexo 2º da DN 214, e ao final de cada ano ele
825 entrega um relatório anual de acompanhamento bem mais robusto. O
826 conteúdo desse relatório está no anexo 1 da DN 214, que também tem um
827 Termo de Referência para elaboração do programa de educação
828 ambiental, incluindo seus relatórios. Então, a gente padronizou, a regra
829 fica clara para o empreendedor, quando que ele deve entregar os
830 relatórios, e a regra fica clara também para o órgão ambiental, para que
831 ele não peça para cada processo de licenciamento ambiental um prazo
832 diferente para entrega dos relatórios. Uma coisa que a gente buscou
833 fomentar também na DN é para aquele desafio que a gente teve, que
834 existem regiões com muitas sobreposições de programas de educação
835 ambiental. A gente abre espaço na norma para que dois ou mais
836 empreendedores vizinhos, que tenham público alvo em comum, eles
837 possam fazer o programa de educação ambiental de forma conjunta, isso
838 é uma vantagem para o empreendedor, por quê? Ele pode ratear custos, é
839 uma vantagem para a comunidade ou para os trabalhadores, porque não
840 há uma saturação de programas de educação ambiental, e é uma
841 vantagem também para o órgão ambiental, porque ele vai analisar um
842 único grande problema ao invés de analisar vários pequenos programas
843 separados na mesma região. A gente entende que essa é uma das
844 grandes vantagens da DN 214. A DN também fala qual que é o conteúdo
845 mínimo que deve ser entregue em cada etapa de licenciamento, que é
846 uma das perguntas que eu fiz no início da apresentação, quando fazer. O
847 quê que eu tenho que entregar em cada etapa? Então, por exemplo, no
848 inciso XIV fala que na fase de licença prévia tem que entregar um escopo,

849 o escopo é super simplificado, não precisa nenhum capo para fazer o
850 escopo, só que antes, entre a LP e a LI, ele faz o diagnóstico
851 socioparticipativo, socioambiental participativo, na fase de LI ele entrega
852 um projeto executivo, nas fases seguintes um relatório de
853 acompanhamento e depois a revisão na fase de renovação da licença.
854 Então isso está, no Termo de Referência da DN 214 explica exatamente o
855 quê que o empreendedor tem que entregar em cada fase do
856 licenciamento. E, por fim, a DN 214, ela revisa todo Termo de Referência
857 que tinha na DN COPAM 110 para essas novas regras. Só que mesmo
858 nesses 3 anos, a DN 214, ela foi publicada em abril de 2017 e aí durante
859 esses três anos a gente teve oportunidade de fazer um acompanhamento,
860 uma avaliação do quê que a DN, quais foram os grandes avanços, mas
861 quais gargalos que a DN 214 ainda tem. Então a gente percebeu que
862 mesmo com todo esse salto qualitativo que houve entre a DN COPAM 110
863 e a 214, a gente percebeu o seguinte: nós temos uma dificuldade grande
864 que é a carência de profissionais capacitados no mercado de trabalho,
865 educação ambiental é um tema muito transdisciplinar, envolve várias áreas
866 de formação, certo? Tanto áreas com formação na área de meio ambiente,
867 quanto na área de educação. Uma dificuldade muito grande que a gente
868 percebeu, que os empreendedores estavam, a área de abrangência do
869 PEA, eles estavam delimitando como sendo todo o município afetado pelo
870 empreendimento, por quê? No EIA/RIMA a gente fala o seguinte: que a
871 área de abrangência do PEA era a área de influência direta, que é prevista
872 no EIA/RIMA, do meio socioeconômico. E do meio socioeconômico por
873 causa dos impactos positivos, era o município como um todo. Por quê? O
874 empreendimento geralmente gera impostos, aumenta arrecadação do
875 município e gera novos empregos naquele município, que é o impacto
876 ambiental positivo, e pega o município como um todo. Só que é muito
877 difícil você pegar um programa de educação ambiental que vai acatar toda
878 população daquele município. Então, outra questão que também a gente
879 sentiu muita dificuldade com a DN 214. Outra questão é que mesmo
880 estando previsto em norma que o empreendedor pode solicitar a dispensa,
881 muitas vezes o empreendedor, nos casos passíveis de dispensa, o
882 empreendedor não solicitava, e muitas vezes ele não solicitava porque ele
883 sabia como pedir a dispensa. E, por fim, a gente também tinha uma
884 questão também que era um agravante, que era o lapso temporal. Como
885 eu falei para vocês, hoje o PEA, ele tem que ser construído junto com o
886 público alvo, principalmente a comunidade, isso é feito antes da
887 formalização da licença de instalação. E a DN 214 fala que o PEA começa
888 a ser executado depois da licença de instalação, então a gente sabe que
889 antes da licença, antes da formalização da licença, e até a concessão da
890 licença, tem um lapso temporal muito grande que pode ser superior até a 1
891 ano, isso causava um problema grande, porque o empreendedor fazia um
892 esforço de mobilizar a comunidade para fazer o DSP, só que passados
893 meses, ou até mais de um ano, até que ele voltava lá com o programa

894 pronto, então isso acabava causando uma desmotivação, e assim uma
895 desmotivação junto ao público alvo. E, por fim, como eu falei, como a
896 licença de operação dura mais, pode chegar a durar até 10 anos, é muito
897 difícil você prever um programa de educação ambiental que tenha uma
898 duração de 10 anos, não é? Projetos e ações que durem esse tempo todo.
899 Também a gente percebeu que mesmo estando previsto na norma que os
900 empreendedores poderiam fazer os PEAs conjuntos, nós temos casos de
901 que isso foi feito, de alguns empreendedores se consorciaram para fazer o
902 PEA conjunto, mas a gente também recebeu muitos relatos de
903 empreendedores que não fizeram isso por causa da questão da obrigação
904 legal. Se duas pessoas são obrigadas a fazer o programa de educação
905 ambiental e uma dessas pessoas não faz a parte dela, como isso é uma
906 exigência legal, é aprovado pelo COPAM no momento que você dá uma
907 licença ambiental, se o programa não é executado, a responsabilidade é
908 solidária, então os dois respondem por esse problema caso uma das
909 partes não faça. Então também foi uma dificuldade que a gente teve, que a
910 gente percebeu pelo feedback que a gente teve dos próprios
911 empreendedores. E, por fim, na etapa do DCP, onde que é feito aquele
912 diagnóstico com o público alvo, a gente percebeu que muitas vezes era
913 feito o diagnóstico, mas às vezes a consultoria ou o empreendedor não
914 fazia devolutiva, que é uma das etapas do diagnóstico. E quando a gente
915 perguntava porquê que não era feito, algumas respondiam que é porque
916 não estava previsto na norma. Por fim, pessoal, baseado em todos esses
917 desafios, todos os problemas que a gente viu na elaboração e execução
918 do PEA pós DN COPAM 214, a SEMAD mais uma vez tomou iniciativa de
919 fazer uma revisão da DN, dessa vez nós não revogamos a DN 214, igual a
920 DN 214 revoga a DN 111. Nós simplesmente alteramos os pontos
921 principais da DN 214 que são os desafios que eu apresentei para vocês.
922 Então, com as principais inovações que a gente trouxe, super recente,
923 porque a DN 238 ela foi publicada no final de agosto desse ano, primeiro a
924 gente cria um conceito que a gente chama de Área de Abrangência de
925 Educação Ambiental, que é a área onde que os empreendedores deverão
926 fazer o programa de educação ambiental, não é mais o município como
927 um todo. Então a PEA, a gente definiu como sendo a área do meio
928 socioeconômico que sofre os impactos diretos e negativos do
929 empreendimento. Então é somente o entorno do empreendimento até
930 onde o público alvo sofre os impactos diretos e negativos do
931 empreendimento, então isso facilitou para o empreendedor. Também a
932 norma orienta, a gente prevê na DN 238, a SEMAD criou um formulário de
933 solicitação de dispensa do PEA, esse formulário, ele está pronto, ele está
934 no nosso site da SEMAD, www.meioambiente.mg.gov.br. Esse formulário,
935 ele tem critérios objetivos, ele é praticamente um *check-list* do quê que o
936 empreendedor deve apresentar para solicitar a dispensa, ele é muito
937 didático porque ele fala também a questão da dispensa, por exemplo, o
938 empreendedor pode solicitar uma dispensa total do PEA, ou às vezes ele

939 pode solicitar uma dispensa apenas parcial, parcial para um público ou
940 parcial para uma fase do licenciamento dele, de acordo com as
941 características do empreendimento. Então isso facilita demais para o
942 empreendedor, porque, igual eu falei, muitas vezes o empreendedor não
943 pedia dispensa, porque ele não sabia o que ele deveria apresentar para
944 pedir a dispensa. Então está no site para qualquer pessoa poder consultar.
945 A gente previu também alguns casos novos que não estavam na DN 214,
946 por exemplo, a questão de público flutuante, a gente define o conceito do
947 que é um público flutuante, que às vezes são trabalhadores temporários
948 do empreendimento, ou às vezes são trabalhadores do público alvo
949 externo, mas que são sazonais, por exemplo, alguns empreendimentos
950 têm potencial turístico, então atrai turistas só determinada época do ano,
951 só que esse público é muito rotativo, não são os sempre as mesmas
952 pessoas que vão visitar o empreendimento. Então ocorre um
953 empreendimento que tem potencial turístico, eu posso ir uma vez por ano
954 e não voltar mais, e na semana seguinte vai outra pessoa. Então a gente
955 prevê que não precisa fazer o Diagnóstico Socioambiental Participativo
956 para esse público, apesar de que o empreendedor ainda tem que fazer
957 ações e projetos voltados para esse público. Outra grande vantagem para
958 eliminar aquele problema que eu falei, do lapso temporal, de um lapso
959 temporal muito grande, desde que o empreendedor elaborava o programa
960 até que ele era autorizado a executar o programa pelo órgão ambiental.
961 Hoje a DN 238 fala o seguinte: que a partir do momento que o
962 empreendedor protocola o PEA no órgão ambiental, ele poderá iniciar sua
963 execução. Isso eu queria atentar que não tem problema de prejuízo
964 técnico, o órgão ambiental ainda vai analisar o programa e, se o programa
965 tiver com uma qualidade ruim, o órgão ambiental ainda vai poder solicitar
966 os ajustes, então é um risco que o empreendedor tem, assume, se ele
967 quiser iniciar o programa antes de ter uma manifestação do órgão
968 ambiental. E lembrando também que esse risco, essa opção é facultativa
969 ao empreendedor, ele poderá, ele não deverá. Então, se ele quiser ou não,
970 se ele quiser esperar uma manifestação do órgão ambiental antes de
971 iniciar o programa, ele pode. Contudo, se ele achar que o programa dele
972 às vezes já tinha sido aprovado em fases anteriores, ele só está revisando,
973 como eu falei, porque ele ampliou o empreendimento ou porque ele está
974 na fase de renovação de licença, ele pode iniciar essa execução, isso
975 elimina aquele lapso temporal enorme que a gente tinha. A DN também
976 prevê prazos menores para revisão dos programas. Os programas devem
977 ter, no máximo, cronograma de 5 anos, porque, como eu falei, um PEA
978 com cronograma de 10 anos é muito difícil você prever. Ele simplificou
979 aquela questão de você poder fazer um PEA conjunto de dois ou mais
980 empreendedores, por causa do que eu falei, os empreendedores não
981 estavam fazendo por causa do medo da responsabilidade solidária, se
982 uma das partes não fizesse, todos eram penalizados. Hoje não, eles
983 podem comutar apenas uma ação ou um projeto, não o PEA como um

984 todo, ou seja, cada um tem o seu programa, mas eles podem dividir uma
985 ação específica ou um projeto específico, e aí ficaria mais fácil de definir
986 as responsabilidades de cada um. E, por fim, também prevê a
987 obrigatoriedade devolutiva, que é uma etapa do DSP a gente sempre
988 entendeu que deveria ter devolutivas, mas, como isso não estava claro na
989 norma, a gente entendeu por bem que deveria colocar na norma para
990 ninguém ter dúvida. Por fim, para concluir a minha apresentação, com o
991 tema da nossa palestra, ela é sobre 'Da concepção à execução: os
992 desafios do programa de educação ambiental no licenciamento', eu queria
993 deixar uma reflexão final, que eu acho que ela abarca todos os problemas
994 que a gente vive hoje, qual seria? A questão da valorização da educação.
995 Isso quando eu falo da valorização não é somente entre os
996 empreendedores, isso é da nossa sociedade como um todo, sociedade
997 tanto poder público, sociedade civil, setor produtivo, a gente percebe
998 claramente que existe uma baixa valorização da educação de forma geral
999 e a educação ambiental é uma forma de educação. Então, em alguns
1000 casos a gente percebe uma resistência grande de alguns empreendedores
1001 de fazer o programa de educação ambiental, como se a educação
1002 ambiental fosse menos importante do que os outros programas que fazem
1003 no licenciamento. O licenciamento ambiental, como ele prevê como todo
1004 empreendimento gera impactos, e o licenciamento tem que prever
1005 medidas mitigadoras, compensatórias e programas ambientais para poder
1006 evitar, compensar ou mitigar esses impactos, a educação ambiental é um
1007 dos programas, existem vários outros. Só que o que a gente percebe é
1008 que a educação ambiental, por exemplo, se você tem um programa de
1009 resgate de fauna, programa de monitoramento de qualidade da água,
1010 programa de reassentamento em alguns empreendimentos, as pessoas
1011 fazem, mas quando é com educação ambiental, falam assim: 'mas é só
1012 educação ambiental. Eu preciso fazer mesmo? Será que não tem como eu
1013 condicionar esse programa? Se eu não fizer, não vai ter prejuízo, porque é
1014 só educação ambiental'. Então as pessoas, o que a gente precisa hoje da
1015 nossa sociedade é uma mudança de cultura, uma mudança de cultura que
1016 a gente tem que entender que a educação ambiental, a educação de
1017 forma geral, é a base de tudo para a gente solucionar todos os problemas
1018 que a gente vive. Se eu der educação ambiental para a sociedade, se eu
1019 empoderar a comunidade, empoderar o cidadão de forma dele entender
1020 que todas as problemáticas ambientais que a gente vive, como o
1021 desmatamento, como as queimadas, como a degradação de áreas,
1022 algumas áreas do solo, dos cursos d'água, a gente introjetar isso, que a
1023 educação ambiental é uma mudança de hábitos e atitudes e posturas, em
1024 que as pessoas adquirem conhecimento e habilidades, todos os outros
1025 problemas que gente vê depois, problemas ambientais, eles são, no
1026 mínimo, mitigados, se não evitados até. Só que a gente percebe que, às
1027 vezes, por uma questão econômica ou uma questão de às vezes o
1028 programa ter que fazer todas essas etapas para fazer educação ambiental,

1029 fazer diagnóstico, fazer reuniões, às vezes isso causa um atraso no
1030 processo de licenciamento, mas esse atraso é necessário, porque, para
1031 você fazer ele com qualidade ou bem feito, não adianta a gente voltar na
1032 época em que o programa de educação ambiental era feito antes da DN
1033 COPAM 110, que não havia diretriz nenhuma, eu costumo falar que o
1034 barato sai caro. Se o empreendedor contrata um programa mal feito, esse
1035 programa não vai ter resultado nenhum, então, no final, saiu caro para o
1036 próprio empreendedor. E algumas pessoas, além de ver a educação
1037 ambiental ou como obrigação legal, ou como um custo a mais para o
1038 empreendimento, alguns até fazem, mas fazem com a questão de ser um
1039 marketing verde para a empresa, porque hoje meio ambiente é uma
1040 questão importante, é uma questão que está sendo discutida no jornal, nas
1041 escolas, então aquela empresa que fala que tem responsabilidade
1042 socioambiental, isso entra como marketing verde para a própria empresa,
1043 então muitas vezes as empresas apropriam por causa disso. Mas eu
1044 queria fazer uma reflexão para todos nós, não só para os empreendedores
1045 que estão nos assistindo, consultores, como os meus colegas do poder
1046 público que aqui estão presentes também, da sociedade civil, vamos parar
1047 de tratar a educação ambiental como uma obrigação. Não pensem
1048 educação ambiental como um custo, pensem como um investimento.
1049 Investimento para um futuro melhor, investimento até trazendo economia
1050 para o próprio empreendimento, se você começar a fazer uso racional dos
1051 recursos naturais, por exemplo. E deixar como última fala que a educação
1052 ambiental não é mais importante que os outros programas do
1053 licenciamento, mas, também não é menos importante. Então a gente tem
1054 que tratar a educação como uma das etapas do licenciamento, tão
1055 importante como as demais. Eu extrapolei um pouco do tempo, peço
1056 desculpas, mas porque o tema é apaixonante, e tinha muita coisa para ser
1057 dita. Agradeço a todos e me coloco a disposição para as perguntas no final
1058 do nosso evento. Muito obrigado.” Presidente Suplente Elias Nascimento
1059 de Aquino: “Nós agradecemos, Ruas, pela apresentação da sua palestra.
1060 E agora nós daremos sequência a esse item de pauta com a apresentação
1061 da palestra da senhora Dayane Pereira Rezende. Eu já havia lido o mini
1062 currículo dela. Eu peço apoio ao Bruno para disponibilizar o material que
1063 vai ser apresentado pela Dayane, e a partir disso, Dayane, você está com
1064 a palavra.” Dayane Pereira Rezende, representante da GSM Minerações:
1065 “Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, em nome da GSM Mineração
1066 eu gostaria de agradecer o convite, em especial ao André, Ricardo e
1067 Gesiane pela indicação, toda equipe da SEMAD. Para a gente é uma
1068 grande honra participar de um evento tão importante como esse, se
1069 tratando de um tema que também julgamos muito importante e que
1070 gostamos muito de fazer. Então, vou tentar ser breve aqui por causa do
1071 tempo. Bom, primeiramente, rapidinho, só uma apresentação aqui sobre a
1072 empresa. A GSM Mineração, ela faz parte do Grupo Avante. Nós
1073 possuímos como foco das nossas atividades 4 pilares que são o que

1074 norteiam as nossas atividades hoje, então é meio ambiente, pessoas,
1075 segurança e comunidade. Eu vou adentrar bastante aqui no pilar
1076 comunidade, que é basicamente realizar as atividades com respeito,
1077 transparência, visando a busca pelo desenvolvimento das comunidades e
1078 potencialização dos projetos existentes, observando o desenvolvimento
1079 sustentável e social, compreendendo a particularidade de cada
1080 comunidade através do bom relacionamento. Especificamente a gente
1081 trouxe hoje como estudo de caso um dos nossos projetos que é o Projeto
1082 Mina Ferro Puro, que está localizado no município de Santa Bárbara. Nós
1083 vamos contar um pouquinho de como que é o programa de educação
1084 ambiental, como que a gente faz hoje, como que foi todo o processo de
1085 criação, até a execução, que é a parte que a gente está fazendo hoje.
1086 Bom, esse projeto, ele foi adquirido em 2019, pelo nosso grupo. Quando a
1087 gente adquiriu esse projeto, todos os estudos ambientais, eles já estavam
1088 elaborados, já haviam sido apresentados e já havia, inclusive, sido
1089 concluído o processo de licenciamento, já tinha a licença e o programa de
1090 educação ambiental já tinha sido aprovado na época. As ações
1091 socioambientais propostas junto às comunidades, quando a gente iniciou a
1092 execução desse programa, pelo fato de toda vez que a gente entra dentro
1093 de uma comunidade de um projeto, seja ele inicial ou em andamento, a
1094 gente já tem o hábito de conhecer a comunidade, fazer um diagnóstico,
1095 saber quais são os anseios da comunidade, ao conhecer essas
1096 comunidades da área de influência, a gente verificou que o programa de
1097 educação ambiental, ele precisava ser adaptado pelo fato de as ações que
1098 haviam sido propostas no processo não condizerem 100% da realidade
1099 daquelas comunidades. Então, por quê adaptar, por quê alterar um
1100 programa de educação ambiental? Isso é necessário para que a gente
1101 possa contribuir com o desenvolvimento, conhecimento, habilidade,
1102 consciência crítica nessas comunidades para que essas comunidades
1103 tenham alicerce para potencializar as atividades locais e substituição de
1104 ações efetivas, ou seja, ações que de fato vão agregar em alguma coisa
1105 para essas comunidades. Só para contextualizar também, todo esse
1106 processo de licenciamento desse projeto durou 10 anos, então ele passou
1107 por toda essa transição dita pelo Ricardo aí, da legislação. E agora
1108 recentemente, até antes mesmo da nova DN, que foi de agosto, no início
1109 do ano foi feita essa adaptação e proposta junto ao órgão ambiental.
1110 Então, o quê que é mais importante dentro dessa adaptação do programa
1111 de educação ambiental? O André falou muito bem aqui sobre a questão do
1112 diagnóstico socioparticipativo. A GSM Mineração está no mercado já há
1113 mais de 3 anos em operação, e mesmo antes dessas adaptações, como
1114 eu disse, é de praxe conhecer a comunidade, conversar com a
1115 comunidade e entender quais são esses anseios, e por isso a gente julga
1116 esse diagnóstico muito importante. Então a gente trouxe aqui algumas
1117 premissas que são de extrema importância para a execução do
1118 diagnóstico. Então, o primeiro ponto é tentar buscar o maior número de

1119 pessoas possíveis para realização desse diagnóstico. Como que é feito
1120 isso? A gente pode buscar através de assistência social, prefeituras,
1121 associações, quais são, qual que é o número de moradores, por exemplo,
1122 para a gente tentar mobilizar o maior número de pessoas possível, para
1123 que esse diagnóstico seja efetivo. O primeiro ponto. Segundo ponto:
1124 realizar entrevistas com equipe devidamente capacitada. O quê que é
1125 isso? Ao longo desse processo a gente percebeu que muitas vezes
1126 criavam-se um formulário, ia lá na comunidade para poder fazer um
1127 levantamento, mas a pessoa simplesmente abordava os moradores de
1128 qualquer jeito, vamos dizer assim. E esse corpo a corpo, ele precisa ser
1129 feito com muito carinho, porque é o primeiro contato com a comunidade.
1130 Então, se a gente cria uma resistência com a comunidade logo no
1131 diagnóstico, as chances que têm desse programa não ir adiante ou a
1132 gente ter alguns desafios que possam comprometer o programa, é muito
1133 grande. Então, treinar equipe, fazer com que essas entrevistas aconteçam
1134 de maneira leve, tranquila, com carinho, é muito importante, porque a
1135 gente está falando de pessoas. Então, inclusive esse é um dos pilares
1136 também, então tem que ter essa tratativa e tem que ter essa equipe
1137 devidamente capacitada. Outro ponto é em relação aos anseios da
1138 comunidade. A gente vê aí ao longo, não só no setor minerário, mas acho
1139 que em todos os setores que são hoje obrigatórios a realizar o programa
1140 de educação ambiental, a gente vê essa questão que foi dita também das
1141 ações pontuais. Será que essas ações pontuais de fato condizem com os
1142 anseios da comunidade? E mesmo quando não são ações pontuais, o que
1143 está sendo proposto está indo em conformidade com os anseios da
1144 comunidade? É muito importante a gente levar em consideração que não é
1145 o que o empreendedor quer fazer, é muito fácil a gente ir ali pegar o que
1146 está descrito na norma e simplesmente executar e aprovar e está tudo
1147 certo no órgão ambiental, sendo que a comunidade não está satisfeita.
1148 Então ouvir os anseios da comunidade é um ponto que deve ser levado
1149 em consideração. E, por último, e não menos importante, entender a
1150 realidade local, que está muito vinculado a questão dos anseios. A gente
1151 lidar aí com diversos tipos de comunidade, então a gente precisa entender
1152 que tipo de comunidade que você está lidando, qual que é a realidade
1153 local? É uma comunidade, ela é rural? Não é? Quais que são as
1154 atividades principais ali daquela comunidade? Existe alguma coisa já em
1155 andamento? O que de fato tem naquele local? A gente precisa entender o
1156 território que a gente está pisando. É aquele, vou até usar um jargão aqui
1157 que a gente costuma usar aqui na empresa, a gente está entrando na casa
1158 da pessoa, então a gente precisa pedir licença. E um dos pontos quando a
1159 gente vai pedir licença é entender mesmo a realidade local para que esse
1160 diagnóstico seja efetivo e a gente consiga desde o início da elaboração do
1161 programa de educação ambiental propor algo que seja efetivo, que seja
1162 palpável, que seja de fato importante para essas comunidades. Então,
1163 nesse projeto especificamente, como eu disse, foi realizado um novo

1164 diagnóstico e verificou-se a necessidade de adaptação das ações que já
1165 haviam sido propostas. Foi apresentado um novo programa alinhado com
1166 as expectativas da comunidade inseridas no entorno do empreendimento.
1167 Então, quando foi feito esse novo diagnóstico, já foi pensado também na
1168 questão até da nova DN, que trata sobre a área que realmente é
1169 impactada. Eu vou falar um pouquinho mais à frente sobre essa alteração,
1170 mas isso é um ponto que é de extrema importância ao se realizar um
1171 diagnóstico também. Então, o quê que alterou? Eu trouxe alguns dos
1172 principais pontos que foram alterados, de acordo com o que foi proposto
1173 anteriormente. Então o quê que tinha sido aprovado? O que estava sendo
1174 proposto para as comunidades da área de influência desse projeto?
1175 Estava sendo proposto palestras e oficinas de conscientização e
1176 participação ambiental; reuniões comunitárias; material de comunicação;
1177 oficina de turismo e artesanato; cartilha para orientação voltada para
1178 produtores rurais; oficinas de reciclagem e limpeza dos cursos d'água e
1179 nascentes. Então, como vocês podem observar, as ações que haviam sido
1180 propostas estavam muito vagas, não tinha como executar e ter um
1181 resultado daquela ação. Por exemplo, reuniões comunitárias, o quê que
1182 seria essas reuniões comunitárias? Em qual momento elas iam acontecer?
1183 Iria abordar quais temas? Então a gente percebeu, de acordo com esses
1184 pontos, que precisava explicar um pouco melhor o que iria propor e como
1185 iria propor e como iria executar também. Então a nova proposta, ligada
1186 nessa questão das atualizações da norma, ela trouxe a comunicação e
1187 cooperação entre os moradores, sitiantes, empresas e órgãos públicos;
1188 apoio para desenvolvimento de pontos de comercialização do produto
1189 local; apoio para implantação do projeto para o desenvolvimento turístico
1190 da região; melhoria de acesso e estradas da região; promoção de cursos
1191 de fortalecimento das capacidades, como gastronomia e artesanato.
1192 Então, assim, com a nova proposta o quê que a gente pode perceber? O
1193 primeiro ponto, que é extremamente importante para a execução não só
1194 de um programa de educação ambiental, mas qualquer programa que
1195 esteja vinculado a uma ou mais pessoas, que é a questão da comunicação
1196 e cooperação. A gente precisa trabalhar isso na comunidade. O
1197 empreendedor não pode chegar na comunidade e falar assim: 'Vou fazer
1198 um projeto de turismo', sendo que ele não trabalhou a parte de
1199 comunicação e cooperação. Como que a gente vai unir essas pessoas?
1200 Como que a gente vai fazer com que isso inicie, tenha uma vida e vá até o
1201 fim? Então esse é um ponto muito importante que foi levantado pela
1202 comunidade. Então a gente viu que precisava ser trabalhado. Apoio para
1203 desenvolvimento para pontos de comercialização de produto local, de
1204 maneira indireta ele já havia sido proposto no PEA anterior, que já havia
1205 sido apresentado (áudio ruim), porém de maneira mais rasa, então a gente
1206 adentrou um pouco mais no assunto. Dentro do programa, ele é levantado
1207 quais são os principais pontos de comercialização, como eles funcionam
1208 hoje, todo esse detalhe, ele é feito. O apoio para a implementação do

1209 projeto de turismo também é um ponto que, de maneira indireta, já havia
1210 sido levantado, mas também não tinha o como. Então, esse foi o ponto
1211 chave assim de poder adentrar um pouquinho mais no assunto. Gostaria
1212 de chamar atenção para um outro ponto, que é relacionado a melhorias de
1213 acesso de estradas na região. Quase todos os empreendimentos que hoje
1214 operam, é sempre levantado alguma ação que não está diretamente ligada
1215 com a atividade do empreendimento, ou com o programa, está ligado
1216 muitas vezes com ações do poder público. Mas, isso é um ponto que ele
1217 deve ser levado para o levantamento sim. Não é porque a comunidade
1218 entende que obras de infraestrutura, melhorias de acesso, essas ações
1219 que estão ligadas ao poder público, elas não possam ser apresentadas.
1220 Elas devem ser apresentadas. E não é que o empreendedor tem que ir lá
1221 e fazer. Todo mundo sabe que o empreendedor, como qualquer outra
1222 pessoa física e jurídica, ele paga os seus impostos e tem também direitos.
1223 Porém, eu quis trazer também esse ponto, porque muitas vezes os
1224 empreendedores não sabem como abordar isso com a comunidade, então
1225 eles têm receio de que a comunidade se revolte por não executar alguma
1226 coisa. Então, o que é importante disso? O importante disso é a gente
1227 trazer esses pontos, apresentar para a comunidade e mostrar para ela
1228 qual é o poder que ela tem sobre isso. A comunidade também tem direitos
1229 e deveres junto ao poder público, eles precisam entender e muitas vezes
1230 eles não entendem. Então esse item principalmente, de questões de
1231 melhorias de acesso, que foi o exemplo que eu trouxe, está muito ligado a
1232 ensinar à comunidade como e quando eles devem fazer uma solicitação,
1233 por exemplo, ao poder público, com apoio do empreendedor, claro. O
1234 empreendedor, provavelmente vai entrar ali com a parceria com a
1235 prefeitura, vai executar ação, mas é importante que ele saiba que quando
1236 o empreendedor ir embora, o que eles vão fazer para manter aquela via,
1237 por exemplo, em bom estado? Então é aquele velho ditado, não é você dar
1238 o peixe, é você ensinar a pescar. É basicamente isso que a gente trabalha
1239 quando a gente se depara com situações de que a gente vê que não é de
1240 responsabilidade nossa, do empreendedor, e sim de responsabilidade do
1241 poder público. Mas também não deixar com que a comunidade deixe isso
1242 de lado, porque se isso é um ponto a ser trabalhado que eles levantaram,
1243 a gente precisa trabalhar, mas da maneira correta, da maneira que
1244 realmente tem que ser. E, por último, eu disse, foi a questão da promoção
1245 de curso, fortalecimento das capacidades, como gastronomia e artesanato,
1246 que foi um potencial da região que a gente adentrou e que está muito
1247 vinculada a questão do desenvolvimento turístico, mas que ao fazer a
1248 devolutiva com a comunidade, eles entenderam, então eles entenderam
1249 que aqueles pontos eram, de fato, o que eles gostariam que acontecesse.
1250 Então foi feito também após esse diagnóstico, uma devolutiva, onde a
1251 gente linkou esses temas abordados. E hoje, embora o programa ainda
1252 esteja em análise, a gente iniciou essa execução, até mesmo porque a
1253 legislação, ela permite que a gente faça isso, podendo sim ser adaptado

1254 de acordo com o que for exigido pelo órgão ambiental. Então, eu trouxe
1255 aqui os quatro pontos, o que mudou com a reestruturação desse
1256 programa. Primeiro, a questão da área de abrangência. O André trouxe
1257 por último na apresentação dele a questão dessa, da nova legislação
1258 permitir com que o empreendedor execute o programa de educação
1259 ambiental na área do entorno do empreendimento, onde que sofre impacto
1260 direto, e esse foi um ponto que foi observado dentro desse projeto, porque
1261 a gente viu a necessidade de acrescentar novas comunidades, ao
1262 contrário de que às vezes muitos empreendedores gostariam de fazer, que
1263 é retirar a comunidade, diminuir o volume, vamos dizer assim. A gente
1264 acrescentou porque a gente percebeu que as comunidades que já
1265 possuíam o programa, elas precisavam ser continuadas, o programa, mas
1266 a gente também precisava incluir aquelas que não foram contempladas e
1267 que também sofriam impacto. Então, esse foi um ponto que a gente fez
1268 essa alteração. Metodologia. Ela foi alterada no sentido de ser proposta
1269 com base no diagnóstico e planejamento trimestral das atividades e
1270 aprovação. Então, o quê que é isso? O órgão ambiental hoje exige que a
1271 gente faça, entregue o formulário semestral e o relatório anual com as
1272 ações. Mas, será que o empreendedor precisa esperar 1 ano para
1273 apresentar um relatório para o órgão e esperar com que o órgão faça as
1274 ponderações dele, se o programa está sendo efetivo ou não? A gente não
1275 precisa disso. A gente pode internamente determinar um planejamento e
1276 fazer essas aprovações junto com a comunidade. Então se a gente define
1277 que a gente vai fazer esse planejamento trimestral junto com a
1278 comunidade, a chance que tem da continuidade do programa de maneira
1279 efetiva e da entrega de um relatório de qualidade no órgão ambiental é
1280 muito maior, porque você vai estar fazendo essa participação desde o
1281 diagnóstico o tempo inteiro, desde o diagnóstico, do início, até a questão
1282 das ações mesmo. Então essa questão do planejamento trimestral que
1283 nós fazemos, ele é junto com a comunidade. Um outro ponto também que
1284 é muito importante são as questões dos indicadores. Muitas vezes os
1285 empreendedores apresentam as ações: 'Ah, foi feito isso e isso', lista uma
1286 série de itens que foram realizados, mas, não tinha antes, até falando por
1287 mim mesma, já trabalhei onde que a gente não tinha muitas ferramentas
1288 para poder fazer a medição desses indicadores, e hoje até com as
1289 atualizações da norma, nos permite que a gente faça isso de maneira
1290 muito efetiva e eficiente. Então, o indicador, foi um item que foi
1291 apresentado agora, nessa nova proposta, que é onde a gente faz a
1292 definição de indicadores para medição da efetividade do programa e
1293 cumprimento das metas. Eu vou dar um exemplo aqui à frente para vocês
1294 entenderem como que a gente trabalha nesse sentido. E, por último, a
1295 questão do monitoramento, que é também muito importante, que é a
1296 avaliação de cada atividade realizada, avaliação na rede de comunicação
1297 e da equipe executora, que é o que eu falei, a gente trabalha sempre junto
1298 com a comunidade. Então a cada três meses a gente tem a reunião com a

1299 rede de comunicação, que é o grupo onde a gente se reúne e vê se
1300 realmente aquelas atividades estão sendo ou não efetivas e o quê que a
1301 gente pode alterar dentro da proposta. Então, como medir a eficiência do
1302 programa? A medição da eficiência da mobilização social dos encontros e
1303 reuniões para capacitação, eu trouxe dois exemplos aqui. Esse primeiro,
1304 como que a gente faz hoje a medição da eficiência e da mobilização para
1305 os encontros? Através de uma planilha de controle, onde a gente faz a
1306 indicação de forma assertiva através de contato, indicação dos
1307 envolvimento dos moradores e sítiantes. A gente fala 'moradores e
1308 sítiantes' porque nesse projeto específico a gente aborda tanto uma
1309 comunidade, algumas comunidades, quer dizer, quanto sítiantes que a
1310 gente definiu por região, que é ao longo do escoamento do nosso material.
1311 Então, tem também a questão da participação nas reuniões de rede de
1312 comunicação e cooperação vinculada ao programa de comunicação social,
1313 onde a gente faz a apresentação do planejamento, apresentação das
1314 ações que estão em andamento e avaliação das ações realizadas, que foi
1315 o que eu disse aqui. Não é o empreendedor que faz por si só avaliação, se
1316 está bom ou se não está, se precisa alterar alguma coisa. Não é só o
1317 empreendedor, é o empreendedor junto com a comunidade, e muitas
1318 vezes, quase que 95% dos nossos casos que outras regiões que a gente
1319 trabalha com programa de educação ambiental, é o poder público também
1320 da região faz parte também dessas parcerias, então é o empreendedor,
1321 comunidade e poder público, a gente sempre trabalha com essa
1322 triangulação de parceria. Então eu trouxe um exemplo aqui de uma das
1323 reuniões que nós fizemos, só para vocês verem como que a gente faz
1324 essa medição. Eu trouxe a questão dos indicadores, quer dizer. Eu trouxe
1325 aqui o exemplo, a área de influência desse projeto tem em média 438
1326 moradores. Esse número foi levantado junto a assistência social de cada
1327 comunidade. A gente está trabalhando para poder garantir que esse
1328 número seja real, verificar junto às prefeituras também se esse número de
1329 fato é real, então eu trouxe apenas um exemplo. E aí, dentro dessa
1330 reunião, a gente fez a mobilização de 25%, ou seja, 112 pessoas foram
1331 mobilizadas para a reunião. Ou seja, 25% da população total. Só que das
1332 112 pessoas, 79 participaram da reunião. Então, de todo mundo que foi
1333 mobilizado, 71% das pessoas convidadas participaram da reunião. Se
1334 você parar para pensar no número de pessoas participantes em relação à
1335 mobilização, foi um número muito bom, 71%. Mas, se a gente parar para
1336 analisar a porcentagem de pessoas mobilizadas em relação ao número da
1337 população, não foi um número tão bom. Então como a gente pode
1338 melhorar esse número? Primeiro, fazer esse levantamento que eu disse,
1339 que é verificar se realmente esse número bate com a realidade local,
1340 avaliar também o dia que você está fazendo a mobilização, o horário, se
1341 está condizendo com a população, porque muita gente trabalha, então
1342 será que fazer uma ação durante a semana no horário comercial é legal?
1343 Ou será que fazer final de semana a gente vai ter um público maior?

1344 Então, existem alguns métodos, eu estou falando aqui alguns, para a
1345 gente poder ter esse número sempre, em cada ação, ou em cada mês.
1346 Isso aí cada empreendedor, eu acho, consegue definir isso melhor. No
1347 nosso caso, a gente faz por ação e aí a gente vai medindo isso. Isso aqui
1348 foi um exemplo que eu trouxe de uma das primeiras mobilizações que nós
1349 fizemos e a gente vem trabalhando esse número, para ver como que a
1350 gente consegue aumentar e o quê que está sendo falho. Então isso é
1351 muito importante para a gente poder ir fazendo esse acompanhamento.
1352 Então, eu até conversei bastante com o André nesse sentido, de a gente
1353 tentar mostrar isso mais, essa questão de número mesmo, para você ver,
1354 para o empreendedor saber se está sendo efetivo, se está tendo algum
1355 retorno, se não está, e o quê que tem que melhorar. Então, aqui eu trouxe
1356 alguns exemplos também de como medir os resultados. No caso da
1357 efetividade das ações com o público de interesse. Então esse é um outro
1358 exemplo, como que a gente pode medir essa efetividade dessas ações?
1359 Uma metodologia muito legal de se fazer isso é através de um questionário
1360 que a gente pode aplicar na comunidade no sentido de verificar como que
1361 era a comunidade antes da implantação do empreendimento, como que a
1362 comunidade via ela antes da implantação do empreendimento, como ela
1363 está hoje. Isso eu estou falando no caso específico desse projeto, tá? E
1364 como ela se vê daqui a três anos, por exemplo. Com o levantamento
1365 desses itens, a gente consegue ver se o programa de educação ambiental
1366 está caminhando em direção aos anseios que a comunidade deseja. Eu
1367 estou falando de um exemplo de um projeto que ele já estava licenciado,
1368 mas isso pode ser levantado no início também, no processo de
1369 licenciamento, que é quando o empreendedor for fazer o diagnóstico, ele
1370 pode abordar esses itens para saber se as ações que vão ser propostas,
1371 elas vão caminhar de acordo com os anseios da comunidade, que é o que
1372 eu bato muito na tecla aqui em relação a esse tema. Então eu trouxe aqui
1373 os principais desafios que a gente entende. A gente levantou alguns aqui
1374 do ponto de vista do empreendedor. Então, primeiro ponto, realizar
1375 parceria com empresas sérias e comprometidas, porque hoje a legislação
1376 permite que se faça programas de educação ambiental conjunto. Só que é
1377 muito complicado para quem realiza um trabalho sério, que é o nosso
1378 caso, fazer parceria com outras empresas. A gente nunca sabe se as
1379 empresas vão ter o mesmo comprometimento, então a gente está falando,
1380 além da obrigação legal, a gente está falando também da obrigação moral
1381 do empreendedor dentro das comunidades. Não para esse projeto, mas
1382 para um outro projeto, a gente teve a sorte, que eu digo assim, de
1383 encontrar uma empresa séria, comprometida, onde a gente já está
1384 trabalhando esse novo modelo da DN, mas, nesse caso desse projeto, a
1385 gente ainda trabalha em carreira solo, vamos dizer assim. Mas, assim,
1386 buscamos sim as parcerias, mas é um desafio. O segundo desafio é
1387 equipe técnica capacitada para executar o programa, execução do
1388 programa. Então, muitas vezes, o quê que acontece? O empreendedor

1389 paga uma consultoria, elabora um programa de educação ambiental,
1390 coloca uma pessoa qualquer para poder executar o programa de
1391 educação ambiental. Isso não é legal. Por quê? Primeiro que a pessoa que
1392 está executando não sabe o que foi levantado desde o diagnóstico, e
1393 segundo que o programa de educação ambiental, como foi falado aqui
1394 nessa palestra, ele é tão importante quanto os outros programas, então
1395 precisa de equipe técnica capacitada para executar, para acompanhar,
1396 para elaborar os relatórios, isso é muito importante. Então esse é um
1397 desafio também. Aqui no empreendimento a gente optou por compor uma
1398 equipe técnica, uma equipe capacitada, robusta e trazer isso para dentro,
1399 por ser um pilar da empresa e por ser um tema que a gente dá muito valor,
1400 a gente preferiu trazer isso para dentro. Então tudo que é feito relacionado
1401 à programa de educação ambiental, é feito internamente, com apoio da
1402 nossa consultoria sim, que a gente tem uma consultoria, mas é sempre, a
1403 gente sempre tenta diligenciar isso por nós mesmos, por ser um tema
1404 muito sensível. Outro desafio é o tempo de aprovação do programa no
1405 órgão ambiental, então isso foi até dito pelo André também, que é o lapso
1406 temporal. Esse ponto eu acho que o empreendedor, a gente entende que
1407 o empreendedor precisa pegar isso como um ponto positivo e não
1408 negativo, falar assim 'Ah, o órgão ambiental está demorando para
1409 aprovação' e aí gera aquele anseio na comunidade. O quê que pode ser
1410 feito nesse tempo, nesse tempo, nesse prazo? Pode ser feito, além de
1411 poder já se iniciar o programa, às vezes o empreendedor não quer ter um
1412 custo ali para execução, o que para a gente não é um problema, o
1413 empreendedor precisa aproveitar desse tempo de aprovação para se
1414 aproximar da comunidade. Então ele pode nesse tempo explicar melhor o
1415 que é o projeto, explicar melhor o que é a empresa, explicar quais são os
1416 outros programas, porque nesse período é o momento que o
1417 empreendedor tem de se aproximar e conhecer a comunidade. Tem que
1418 ser um trabalho lado a lado, senão não vai dar certo, senão depois que
1419 tiver o programa aprovado e depois de 1 ano o empreendedor chegou e foi
1420 ali executar o programa de educação ambiental. Gera uma visão muito
1421 negativa pela comunidade. Então essa questão, apesar de ser um desafio,
1422 a gente entende que isso também pode ser levado como ponto positivo,
1423 porque a gente sabe também que o órgão ambiental tem um prazo dele
1424 para poder fazer a análise dos estudos, e que tem melhorado ao longo
1425 desse tempo nosso aí de atualizações. Por último, um desafio é fazer com
1426 que o programa de educação ambiental deixe de ser pontual e se torne
1427 algo sustentável para a comunidade, como foi dito, fazer ações pontuais
1428 não vai agregar quase nada em relação à comunidade. Não que não seja
1429 importante abordar temas como o Dia da Água, Dia do Meio Ambiente,
1430 enfim. Mas, o programa de educação ambiental, ele precisa sair desse
1431 viés pontual e voltar para o viés sustentável para a comunidade. E como
1432 que é feito isso? É o que eu disse, é desde o início, desde o diagnóstico
1433 até a avaliação junto com a comunidade, não é só o empreendedor ir lá e

1434 fazer o que ele acha, o que ele entende que é correto, é ouvir a
1435 comunidade e caminhar lado a lado. E esse é um desafio, porque isso é
1436 uma política. Uma política que os empreendedores já se acostumaram a
1437 fazer, e mesmo com a atualização das normas fazendo os
1438 direcionamentos novos, eu acredito que isso ainda vai levar um tempo,
1439 mas cabe a nós empreendedores entender que isso é importante e agir de
1440 imediato, começar a deixar essas ações pontuais, fazer as ações pontuais,
1441 mas não deixar com que elas sejam o principal objetivo dos programas.
1442 Então, trouxe também alguns pontos de atenção em relação a esse projeto
1443 específico. Primeiro, a localização do empreendimento. O
1444 empreendimento, ele está localizado hoje, eu disse, no município de Santa
1445 Bárbara e na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra do
1446 Gandarela. O artigo 12 da DN 214, ele traz uma premissa de que o
1447 empreendimento, se ele estiver localizado na zona de amortecimento de
1448 uma unidade de conservação pode elaborar o programa de educação
1449 ambiental, em conformidade com o plano de manejo da unidade de
1450 conservação. Por quê que eu trouxe isso como ponto de atenção do
1451 estudo? Embora o empreendimento seja localizado (áudio ruim) plano de
1452 manejo do Parque Nacional da Serra do Gandarela, ele ainda não foi
1453 criado. Então por quê que isso é um ponto de atenção. A gente precisa
1454 acompanhar a criação do plano de manejo e ver se de fato as nossas
1455 ações vão em conformidade com o plano e por quê não fazer uma
1456 adaptação se precisar? Então, esse olhar precisa ser dado sua devida
1457 importância, mesmo se a unidade não estiver com plano de manejo criado,
1458 instituído, esse é um ponto muito importante em relação à localização do
1459 empreendimento. (Áudio ruim) o que eu falei em relação a junto à
1460 comunidade, monitoramento e avaliação, eles são importantes para a
1461 gente garantir que as ações sejam continuadas de maneira eficiente.
1462 Então, esse é um ponto também de atenção. O outro é relacionado ao
1463 canal de comunicação aberto com a comunidade, de maneira transparente
1464 e clara. Hoje, nesse processo e em todos os outros que a gente atua, a
1465 gente trabalha com essa questão do canal de comunicação, que é não só
1466 as ações que estão propostas no PEA, mas a comunidade o tempo inteiro,
1467 ela tem uma acessibilidade muito clara e transparente com as pessoas
1468 responsáveis pelo programa de educação ambiental dentro da empresa, e
1469 também os gestores da unidade, que é aquele caminhar lado a lado que
1470 eu disse, isso é necessário, porque a comunidade sente uma confiança
1471 maior quando você dá essa abertura para ela. Então a gente trabalha
1472 muito forte com essa questão do canal de comunicação aberto e
1473 transparente. Então, por último aqui, para finalizar a apresentação, eu
1474 trouxe aqui também uma questão que a gente vem falando muito
1475 internamente aqui com a nossa equipe, e tem tentado levar para os
1476 nossos parceiros, que é: o programa de educação ambiental, oportunidade
1477 para desenvolvimento sustentável de grande potencial. Por que de grande
1478 potencial? A gente entende que o marketing verde, que foi até falado pelo

1479 André, ele não pode ser um objetivo do programa de educação ambiental.
1480 Ele pode ser uma consequência, mas não o objetivo. Se os
1481 empreendedores seguirem, continuarem com o pensamento de que
1482 precisa executar o programa de educação ambiental apenas para ter o
1483 marketing verde, a chance que tem de se tornar alguma coisa visivelmente
1484 legal é muito grande, mas a chance também que tem de ter uma
1485 comunidade insatisfeita, também é muito grande. Então isso é uma coisa
1486 que a gente precisa pensar, levar para consciência. E o principal: a gente
1487 está lidando com pessoas, fazer o trabalho com muito amor, muito carinho,
1488 porque trabalhar com o desenvolvimento de comunidades é muito
1489 importante. A gente está falando de uma área impactada que precisa
1490 dessa atenção, e se não for pelo empreendedor, vai ser por quem? Então,
1491 assim, a gente tem trazido muito isso para o nosso público, como eu disse,
1492 para os nossos colaboradores, para a nossa equipe. A gente entende que
1493 o programa de educação ambiental é um passo para o desenvolvimento
1494 humano social, para o desenvolvimento sustentável e para a proximidade
1495 limpa e transparente do público de interesse, que são as comunidades.
1496 Como eu disse também, é fazer o trabalho de maneira clara, como tem
1497 que ser feito, seguindo as legislações vigentes, mas não ficando só preso
1498 a isso. A gente tem alguns casos que a gente executa programas de
1499 educação ambiental onde não é exigido, onde a gente não tem EIA/RIMA,
1500 isso virou uma política, está no sangue das pessoas, já chegam sabendo
1501 que esse é um ponto muito importante e que a gente precisa dar a devida
1502 importância. Então, a gente já até ouviu de algumas pessoas que a gente
1503 já fez essa apresentação, de que a gente, 'Ah, vocês são referência', não,
1504 nós não somos referência, não é assim que a gente quer ser visto, muito
1505 pelo contrário, a gente está no caminho, a gente está buscando ser
1506 referência, a gente tem um caminho longo aí pela frente para aprender. A
1507 gente é muito aberto, todo mundo da equipe tem a mente e a cabeça
1508 muito aberta em relação a isso. Mas, é um tema que a gente entende que
1509 é super importante e precisa ter o seu peso, e precisa ser levado em
1510 consideração, como dito aqui, assim como todos os outros programas que
1511 são executados pelo empreendimento. Então, eu gostaria de agradecer
1512 mais uma vez pelo convite. Em especial eu queria agradecer à equipe que
1513 trabalha comigo também, que é uma equipe extremamente capacitada,
1514 que abraça a causa, uma equipe que está aí com a gente trabalhando
1515 para que a gente possa se tornar um dia sim referência. E deixo aqui, em
1516 nome da empresa também, o agradecimento, e me coloco à disposição
1517 para possíveis perguntas, está ok? Muito obrigada." Presidente Suplente
1518 Elias Nascimento de Aquino: "Nós agradecemos à Dayane pela
1519 apresentação. E antes de dar prosseguimento aqui na abordagem sobre o
1520 item, atendendo aí a uma solicitação da Diretoria de Educação Ambiental
1521 e Relações Institucionais, nós vamos pedir ao Bruno que coloque uma tela
1522 com os dados para o pessoal fazer avaliação sobre essas palestras e
1523 também com os dados para recebimento do certificado. Então, os

1524 certificados e avaliação do evento, nota atribuída de 0 a 10, deverão ser
1525 informados nome, telefone, e-mail e instituição, e enviado para o e-mail:
1526 deari.sisema@gmail.com. Caso algum dos senhores não tenha tido
1527 oportunidade de acessar pelo link disponibilizado no chat do Youtube.
1528 Então esses são os dados para avaliação do item de pauta e também
1529 solicitação do certificado, com informação desses dados solicitados aí na
1530 tela, nome, telefone, e-mail e instituição e enviar para
1531 deari.sisema@gmail.com. Obrigado, Bruno. Senhores Conselheiros e a
1532 todos cidadãos que nos acompanham pelo Youtube, nós tivemos aí duas
1533 palestras muito interessantes, o André Ruas trabalhou aí com a evolução
1534 normativa, partindo da inexistência anterior de um padrão e a
1535 apresentação de propostas de educação ambiental de maneira disforme,
1536 sem nenhuma norma de regência. Isso veio a ser enfrentado aí pela DN
1537 110 de 2007, e o que se percebeu com o passar do tempo é que ela não
1538 tinha o grau de eficiência que se pretendia com os programas de
1539 educação ambiental. E sobretudo por se destinar ao público escolar,
1540 pressupondo que a educação se restringe a esse meio. A DN 214 de 2017
1541 teria vindo aí, de acordo com as apresentações, trazendo novos conceitos,
1542 trabalhando com metodologias mais apropriadas com a padronização de
1543 procedimento, inovando quanto ao Diagnóstico Socioambiental
1544 Participativo, trabalhando com os dados da realidade local e também
1545 sobre a necessidade de revisões periódicas, tendo sido identificados
1546 desafios a serem enfrentados em razão daquela normatização trazida pela
1547 DN 214, que veio a ser objeto de uma revisão promovida pela DN COPAM
1548 238 de 2020, e aí a Dayane veio em seguida com o estudo de caso, não é,
1549 Dayane? Inclusive evidenciando isso, sobre a Mina Ferro Puro, e a
1550 percepção da necessidade de adequação do programa de educação
1551 ambiental proposto pelo empreendedor para adequar a realidade local,
1552 então após a obtenção da licença, o empreendedor percebe a
1553 necessidade. O que vai ao encontro daquilo trazido pelo André, de que o
1554 PEA, na verdade, é um instrumento dinâmico, você não tem aquele
1555 programa apresentado no processo de licenciamento efetivamente não vai
1556 ser aquele que vai ser executado durante toda a vida do empreendimento.
1557 E aí também ela trouxe alguns detalhes sobre a execução e
1558 acompanhamento do PEA, que leva as noções de gestão de projetos e
1559 também apresentou desafios que estão aí postos para os
1560 empreendimentos na execução dos programas de educação ambiental.
1561 Feitas essas considerações, senhores, eu passo para o item seguinte
1562 desse ponto de pauta, que consiste exatamente nos debates. Então nós
1563 agradecemos aí de já a participação do André e a palestra também da
1564 Dayane, e nós vamos aqui passar para as questões formuladas tanto pelo
1565 Youtube quanto no chat interno aqui do Zoom. Nós já temos selecionados
1566 aqui alguns questionamentos que foram organizados pela Sofia. O
1567 primeiro questionamento que foi apresentado no Youtube foi pela Meire
1568 Cunha, direcionado à Sofia ou ao Rafael. 'Gostaria de saber como estão

1569 sendo tratados os PEAS na pandemia, estão paralisados? Sou consultoria
1570 e gostaria muito de um direcionamento, o que e como devemos fazer?’,
1571 então essa aqui foi direcionada para a Sofia ou Rafael.” André Ruas,
1572 SEMAD: “Presidente, acho mais fácil passar para mim.” Presidente
1573 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Pois não, Ruas.” André Ruas,
1574 SEMAD: “Sobre a pergunta da Meire. Meire, é o seguinte, quando a gente
1575 fez a DN, a 214, foi antes da pandemia. Infelizmente a pandemia mudou a
1576 vida de todo mundo, infelizmente para pior, e o PEA foi um dos programas
1577 prejudicados pela pandemia, por quê? Uma vez que a gente não pode
1578 aglomerar pessoas, tem que manter o distanciamento social, você não
1579 pode fazer algumas ações, por exemplo, Diagnóstico Socioambiental
1580 Participativo, não poderia fazer. E também porque as próprias ações e
1581 projetos de educação ambiental envolvem as pessoas se reunirem. A
1582 norma, a gente não tem uma orientação dentro da norma, mas o quê que
1583 eu recomendo nesse caso? Independente do motivo, seja por causa da
1584 pandemia ou por outro motivo, qualquer motivo que leva a interrupção do
1585 programa de educação ambiental, ou não só o programa de educação
1586 ambiental, qualquer programa ambiental que você for executar e por
1587 algum motivo externo, alheio à sua vontade, você não conseguiu fazer,
1588 minha recomendação é: primeiro passo: comunique imediatamente para o
1589 órgão ambiental licenciador responsável. Então, no caso do seu
1590 empreendimento, você vai verificar qual que é a SUPRAM que é
1591 responsável pela análise, SUPRAM ou a SUPP, que é a Superintendência
1592 de Projetos Prioritários, e eu recomendo vocês formalizarem
1593 imediatamente para eles, falar o seguinte: ‘Olha, a gente tem aqui um
1594 programa, tinha um cronograma que estava previsto fazer tais ações
1595 presenciais, e aí a gente não vai poder fazer porque nós temos que
1596 obedecer as medidas das recomendações dos órgãos de vigilância da
1597 saúde, por causa da pandemia’, independe da vontade do empreendedor
1598 nesse caso. Então o quê que eu recomendo? Encaminhe um ofício para a
1599 SUPRAM, justifica exatamente qual ação ou qual projeto, porque às vezes
1600 alguma ação poderia ter continuidade mesmo na pandemia ou não, vai
1601 depender de caso a caso. E, se possível, apresente para a SUPRAM um
1602 novo cronograma de ações, por quê? Quando a gente aprova o PEA, o
1603 PEA tem um cronograma. Se você não vai conseguir executar, a gente
1604 espera que no momento em que a pandemia solucionar, a gente vai voltar
1605 à normalidade, e aí você já apresenta um novo cronograma previsto para o
1606 seu PEA. Se não for possível apresentar um novo cronograma agora, na
1607 hora que você for solicitar a suspensão do PEA, porque também a gente
1608 não sabe quando a pandemia vai acabar. Muitas ações, por exemplo, vão
1609 precisar que tenha a vacina pronta e a população esteja vacinada para
1610 que a gente realmente volte ao antigo normal, poder reunir
1611 presencialmente. Eu tenho ciência de alguns casos de algumas empresas
1612 que estão propondo fazer ações virtuais, da mesma forma que aconteceu
1613 o programa Diálogos com o SISEMA, a gente sempre fazia presencial,

1614 hoje a gente está fazendo ele de forma virtual por causa da pandemia. Só
1615 que não existe uma metodologia validada, falar qual que é a metodologia
1616 que eu devo utilizar para fazer um PEA virtual ou para fazer o DSP virtual?
1617 Não existe, até porque é uma novidade para todo mundo, tanto para o
1618 empreendedor quanto para o órgão ambiental. Mas eu sei que existe
1619 iniciativas de empresas que estão tentando achar essa solução, e que por
1620 causa disso elas estão tratando direto com o órgão licenciador. Vai variar,
1621 cada caso é um caso, não existe uma regra geral para falar assim: 'Esse
1622 caso pode fazer virtual, nesse caso não pode', porque depende da
1623 especificidade do empreendimento, do público alvo. Então o que eu
1624 recomendo é estando impossibilitado de executar a PEA durante a
1625 pandemia, ou o DSP, comunique imediatamente à SUPRAM justificando
1626 tecnicamente, se possível já proponha um novo cronograma, e a SUPRAM
1627 vai analisar e vai te dar o retorno, porque é igual eu falei, cada
1628 empreendimento tem uma especificidade, não dá para a gente fazer uma
1629 regra geral aqui, até para poder retomar as ações novamente. A gente
1630 deve fazer uma capacitação junto com as SUPRAMs ainda este ano em
1631 relação à nova DN COPAM 238, uma capacitação que o público alvo é o
1632 público da SEMAD, são os analistas responsáveis pelo licenciamento
1633 ambiental, eu tenho certeza que essa sua dúvida vai surgir também entre
1634 eles, e provavelmente a gente vai poder discutir internamente no órgão
1635 qual que é a melhor forma de dar tratativa nesses casos, tá? Mas,
1636 enquanto o órgão não dá uma tratativa geral, eu recomendo para o seu
1637 caso específico, e para todo mundo que está escutando a gente, faça esse
1638 procedimento que eu falei, formalize imediatamente para o órgão
1639 licenciador responsável, comunicando a suspensão e justificando, e aí o
1640 órgão vai analisar e te dar um retorno." Presidente Suplente Elias
1641 Nascimento de Aquino: "Obrigado, Ruas, pelos esclarecimentos. Nós
1642 tivemos, só para fins de registro, nós tivemos algumas pessoas que se
1643 inscreveram através do formulário, para inscrição para manifestação sobre
1644 os itens de pauta, e que acabaram desistindo da possibilidade de se
1645 manifestar em relação ao item 5, é a Carla Machado, Noris Albani Garcia
1646 de Piconi, Roberta Pereira de Assis (trecho incompreensível) foram as três
1647 pessoas que se inscreveram para se manifestar sobre esse item, mas nós
1648 temos outras perguntas formuladas aqui no chat do Youtube, a segunda
1649 pergunta foi formulada pela Juliana Teixeira: 'Como fica a penalização de
1650 PEAS realizados em conjunto com outras empresas na nova DN? Se uma
1651 empresa não cumpre com sua parte, todos são penalizados?' acho que
1652 essa vai para você também, não é, Ruas?" André Ruas, SEMAD: "Sim,
1653 sim. Oh Juliana, perfeita sua pergunta. A questão é a seguinte, a DN 214
1654 inovou no seu artigo 11. O artigo 11 falava que um PEA, dois
1655 empreendimentos vizinhos, dois ou mais empreendimentos vizinhos
1656 poderiam fazer um PEA único, e aí para, igual eu falei, vantagens, rateia
1657 os custos, diminui a saturação de PEAs em uma mesma região e tal. Só
1658 para ciência, eu não tenho conhecimento de nenhum empreendedor que

1659 teve Auto de Infração nesse caso, que seja, fez um PEA com alguém e foi
1660 autuado porque a outra parte não cumpriu uma parte, tá? Não cumpriu a
1661 parte que lhe era devida. Então, só para essa ciência, eu desconheço
1662 qualquer caso nesse sentido, acredito que não houve. O que há era um
1663 receio dos empreendedores dessa situação acontecer. Então, por
1664 exemplo, eu sou uma empresa, eu poderia até me associar com uma
1665 empresa vizinha, que tem o mesmo público alvo que eu, só que eu fico
1666 com receio de fazer isso por causa dessa responsabilidade. Só lembrando,
1667 o PEAs, assim como todos os outros programas, eles são uma obrigação.
1668 A partir do momento que o empreendedor apresenta um programa
1669 ambiental para o órgão ambiental, seja de qualquer tema, educação
1670 ambiental ou não, ele tem que cumprir o programa, aquilo ali é um acordo
1671 que fala: 'Olha, para o meu empreendimento ser viável ambientalmente,
1672 eu tenho que executar tais programas', se um empreendedor recebe a
1673 licença e não executa os programas, ele é sujeito a uma penalização, aí
1674 vai de acordo com o decreto que fala das penalidades cabíveis no
1675 licenciamento ambiental, e o PEA não é diferente dos outros programas, é
1676 igual eu falei, o tratamento que a gente dá para o PEA é o mesmo que a
1677 gente dá para os outros programas. Igual na pergunta anterior, se outro
1678 programa, por algum motivo, tiver que ser suspenso, o procedimento é o
1679 mesmo, é comunicar o órgão ambiental imediatamente para o órgão
1680 ambiental avaliar se pode ou não, se cabe ou não a suspensão. O que
1681 mudou? Eu recomendo você ver a DN 238, que incluiu 4 novos parágrafos
1682 no artigo 11 da DN 214, então o que mudou na prática? A DN 214 falava o
1683 seguinte: você vai fazer 1 programa para 2 ou mais empreendedores,
1684 certo? E aí você vai protocolar uma cópia de cada programa em cada
1685 processo de licenciamento, por isso que quando a gente falar, ah, se, por
1686 exemplo, vocês dividiram meio a meio com a outra empresa, a outra
1687 empresa não cumpriu a metade dela, para o órgão ambiental não faz
1688 diferença quem não cumpriu a parte dela, o que a gente quer é que o
1689 programa seja executado, e aí se isso é um compromisso que você
1690 colocou no órgão, a gente pode aplicar as penalidades cabíveis. O que
1691 mudou no entendimento da 238 é o seguinte, que, primeiro, vocês não
1692 precisam fazer um PEA só para os dois empreendimentos, vocês podem
1693 ter PEAs distintos, mas compartilhar ações ou projetos. Então, por
1694 exemplo, eu vou ter o meu programa, vamos supor que eu tenha três
1695 projetos, só que eu tenho um projeto muito bacana que a empresa vizinha
1696 quer colaborar com ele. Então ela pode colaborar, o que eu recomendo
1697 também é fazer o que a Dayane falou, quando você for fazer um projeto
1698 conjunto com outra empresa, você tem que ver a seriedade e o
1699 compromisso daquela empresa, é a mesma coisa de abrir uma sociedade.
1700 Vamos supor que eu vou abrir sociedade com uma pessoa para abrir um
1701 negócio novo, eu tenho que tomar muito cuidado com quem vai ser meu
1702 sócio, porque se meu sócio por algum motivo fazer algo errado, é o meu
1703 negócio como um todo que é prejudicado, é o mesmo raciocínio. Então a

1704 sugestão que eu dou, a recomendação que eu dou, o caso da Dayane é
1705 muito interessante por causa disso, eles tinham uma ação de educação
1706 ambiental e tinha uma empresa vizinha que, por sorte, eles tinham, eles
1707 sabiam da idoneidade da empresa, e por causa disso eles fizeram uma
1708 ação conjunta. Então o que eu falo é o seguinte, se vocês forem fazer
1709 esse tipo de associação, fazer alguma ação ou projeto conjunto, primeiro
1710 defina muito claro qual é a responsabilidade de cada um, defina mesmo no
1711 papel: ‘olha, eu vou fazer isso, você vai fazer aquilo’ e protocola no órgão
1712 ambiental, e também tenha muito esse cuidado, tenha muito compromisso
1713 na hora de você escolher com qual empresa você vai se consorciar, para
1714 que você não tenha problemas, porque, igual eu falei, para o órgão
1715 ambiental se você assumir o compromisso de fazer um programa e não foi
1716 feito ‘ah, mas não foi feito porque eu terceirizei essa parte para outro’, para
1717 a gente não interessa, você é a dona da licença ambiental, e a licença
1718 ambiental tem condicionantes e tem todos aqueles programas de medidas
1719 mitigadoras que ele tem que cumprir. Então, eu recomendo fazer, mas,
1720 tomando esses cuidados que eu falei, verificando exatamente com quem
1721 que você está se associando, às vezes colocando no papel exatamente
1722 quem vai ficar responsável por qual parte, porque aí você se resguarda
1723 junto ao órgão ambiental.” Dayane Pereira Rezende, representante da
1724 GSM Minerações: “André. Presidente, me permita só complementar o que
1725 o André falou, muito bem colocado. E outro ponto importante também para
1726 quem fez a pergunta é você sentar com esse empreendedor, porque,
1727 como eu disse, a gente teve uma sorte de encontrar um empreendedor
1728 que tem um programa conjunto de um projeto nosso, então a gente
1729 sentou, primeiro a gente conheceu a empresa, depois a gente conheceu o
1730 que eles estavam propondo, e a gente buscou entender que se caso a
1731 empresa não fizer, eu tenho condição de fazer? E é muito importante
1732 porque, como o André falou, a responsabilidade é de quem é o dono da
1733 licença, então independente se a atividade vai ser executada ou não, eu
1734 preciso fazer, então eu preciso me programar e me planejar para isso.
1735 Assim, se você conhece bem a empresa e sabe que é uma empresa
1736 idônea que executa o programa com seriedade, como você, possivelmente
1737 vai dar muito certo. Mas, se não fizer, se isso não caminhar dessa forma
1738 com quem se deseja fazer essa parceria é importante fazer esse
1739 planejamento para executar a ação, independente se o parceiro ou os
1740 parceiros forem seguir adiante com as ações propostas.” Presidente
1741 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Dayane, pela
1742 complementação. Dando prosseguimento aqui, senhores, eu vou alternar
1743 agora, tem uma Conselheira que levantou a mão, Conselheira Hosana,
1744 representante do Ministério Público. Conselheira, a senhora está com a
1745 palavra.” Conselheira Hosana Freitas: “Eu gostei muito das duas palestras,
1746 tanto do André quanto da Dayane. Eu queria fazer uma sugestão, a
1747 tentativa é de contribuição, tá bom, gente? Nós somos seres em formação
1748 permanentemente, e hoje em dia a gente já fala em uma qualificação de

1749 escutativa, de escuta qualificada, de escuta empática. Então, a meu ver, a
1750 Secretaria de Meio Ambiente pode levar para os empreendedores,
1751 considerando que já são empreendedores de um porte x, a necessidade
1752 de capacitação dessas pessoas para fazer esse diagnóstico, seja por meio
1753 de contratação de uma empresa externa, ou seja por meio da qualificação
1754 dos seus próprios funcionários. A meu ver, o que eu trago de contribuição
1755 aqui é que no diálogo do Ministério Público, seja com os movimentos
1756 sociais ou até mesmo com os atingidos pelo empreendimento, uma
1757 reclamação constante é a falta dessa escuta empática, não só no
1758 processo inicial, mas em todo processo daquele empreendimento, que é
1759 disso que vocês falaram. Há necessidade de se esperar um *feedback* da
1760 Secretaria, ou a empresa, o empreendedor, por si só, ele já pode fazer
1761 essa coleta de informações? Não só na fase do diagnóstico, mas na fase
1762 das devolutivas. E aí Dayane falou que, normalmente, no caso do
1763 empreendimento que ela participa, mas a gente pode ampliar esse rol de
1764 discussão, de a gente fazer escuta não só da comunidade local, não só do
1765 poder público, mas também de muitos desses movimentos sociais que
1766 representam os interesses daquela comunidade, então trazer esses
1767 movimentos sociais para essa escuta qualificada, para essa participação,
1768 para essa contribuição, então eu gostaria de fazer essas sugestões aí, tá
1769 bom? Muito obrigada.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
1770 “Obrigado, Conselheira. Ruas e Dayane, gostariam de fazer alguma
1771 consideração sobre os apontamentos feitos pela Conselheira?” André
1772 Ruas, SEMAD: “Sim, é só para falar que a gente concorda, porque isso é
1773 exatamente o que a gente observou quando a gente tinha a DN COPAM
1774 110. A DN era feita em escritório, talvez um ou outro caso o empreendedor
1775 tivesse feito Diagnóstico Socioambiental Participativo, mas, a maioria a
1776 gente via que era programas até bem escritos, a gente não está
1777 questionando se eram programas mal redigidos, mas eram programas que
1778 às vezes... Eu vou prever um programa de educação ambiental, um
1779 projeto, aí eu levava o projeto para a comunidade e, assim, a obrigação é
1780 do empreendedor fazer o programa, só que a comunidade não tem
1781 obrigação de participar, se ela não tiver o interesse e a disponibilidade.
1782 Então chegava para o empreendedor, o empreendedor apresentava um
1783 projeto e eles falavam: ‘Olha, não vou participar porque não tem interesse
1784 para a gente’ e aí o empreendedor chegava pro órgão ambiental e falava
1785 assim: ‘Ah, eu não fiz o programa de educação ambiental’, ‘Mas por quê?’,
1786 ‘Ah, porque a comunidade não quis’, não é porque a comunidade não quis.
1787 Talvez sim porque a comunidade não quis, mas, na verdade, é o seguinte,
1788 que o programa então não teve essa etapa de escuta ativa, não teve a
1789 importância. Só tem aderência se a comunidade participa da construção
1790 do programa, senão, se eu não tenho diagnóstico, como que eu vou
1791 prever, saber, se eu não tenho dados? Como vou escrever um programa
1792 para aquele grupo, para aquele grupo social que eu não vivo? Por
1793 exemplo, eu moro em Belo Horizonte, morei em Belo Horizonte a minha

1794 vida inteira, se alguém me contratar para fazer um programa de educação
1795 ambiental, por exemplo, em uma região rural, no Triângulo, no
1796 Jequitinhonha, no Norte, eu não tenho a vivência, eu não tenho
1797 experiência daquelas pessoas que moram lá, eu não sei quais são as
1798 dificuldades que elas enfrentam no mesmo dia, quais problemas
1799 ambientais que elas sofrem. Como que eu vou fazer isso? Então,
1800 justamente para, assim, na minha opinião, dentre as principais mudanças
1801 que a DN 214 trouxe foi o DSP a Secretaria sabe que o DSP envolve
1802 custos para o empreendedor, a gente tem ciência disso, principalmente no
1803 momento em que nós vivemos, assim, a economia do nosso país está
1804 passando por uma fase muito difícil, não somente por causa da pandemia,
1805 mas antes mesmo. Então a gente sabe que qualquer novo ônus que a
1806 gente entrega para o empreendedor, assim, a gente sabe que é um
1807 problema a mais para ele, no sentido, assim, às vezes ele já está sofrendo
1808 problemas financeiros e talvez a gente está exigindo a mais. Mas, talvez o
1809 que a gente mais queria, assim, sensibilizar as pessoas, até porque
1810 educação ambiental é sensibilização, é falar o seguinte: se você faz um
1811 programa de qualidade, um programa bem feito, você tem retorno daquele
1812 programa, é um investimento que você faz para ter um retorno depois. A
1813 gente tem retorno, assim, a gente tem devolutivas na própria Secretaria,
1814 alguns *feedbacks*, de situações de comunidade que não tinha
1815 relacionamento com a empresa. Eles eram vizinhos, só que não tinha
1816 relacionamento nenhum. A partir do programa de educação ambiental eles
1817 começaram a conhecer mais o quê que a empresa faz, é o exemplo, por
1818 exemplo, que a Gesiane deu antes da palestra. Se eu tinha uma indústria
1819 que era extração de alguma pedra artesanal, aí a comunidade vizinha não
1820 é obrigada, não tem obrigação nenhuma de saber de mineração, pode
1821 imaginar que talvez venha uma barragem ali perto. Então, assim, você é
1822 vizinho durante décadas, do empreendimento, com a comunidade, você
1823 não tem relacionamento, ou pior, às vezes você tem conflito, que ainda é
1824 pior ainda, porque a comunidade não quer falar, o empreendedor não quer
1825 comunicar com a comunidade. Foi o exemplo do caso da Dayane, que é o
1826 estudo de caso que ela falou, eles têm o foco grande em comunidade e
1827 um foco nas ações de comunicação, e a gente percebe que é um ganho
1828 para os dois lados. E eu concordo plenamente. Só que entra, doutora
1829 Hosana, aquela questão que eu falei, infelizmente a gente ainda tem e um
1830 dos desafios nossos são profissionais ainda, poucos profissionais
1831 capacitados, é um problema que a gente enfrenta. A gente percebeu isso
1832 depois da DN 214. A DN 214 deu um salto qualitativo, só que ainda estão
1833 chegando alguns PEAs, digamos assim, com uma qualidade aquém do
1834 esperado, porque às vezes no mercado de trabalho é difícil de achar esses
1835 profissionais que têm essa escutativa, essa escuta empática. Mas, a
1836 solução para isso, é igual eu falei, é um problema, a educação do nosso
1837 país, a educação de forma geral, não só a educação ambiental, é grande.
1838 Então a gente está passando por um momento de mudança de cultura.

1839 Quando a gente estava discutindo aqui o multidisciplinar, na hora que a
1840 gente estava escrevendo a DN 214, a gente começou a definir quais eram
1841 os profissionais necessários para ter uma equipe para participar de um
1842 programa de educação ambiental. A gente percebeu que tem muito
1843 desafio nesse sentido também, por exemplo, ah, vamos pedir que o
1844 profissional para fazer o programa tem que ter uma anotação de
1845 responsabilidade técnica. Ok, engenheiro ambiental pode fazer educação
1846 ambiental, mas ele tem RT, mas se você pega, por exemplo, um
1847 pedagogo, da área de educação, pedagogo não tem RT, então como que
1848 eu vou exigir RT deles? Ah, uma outra solução que a gente pediu, vamos
1849 pedir que a gente tem que ter curso superior, mas, a gente conhece muitos
1850 cursos de técnico e tecnólogo em meio ambiente que conseguem fazer e a
1851 gente não pode desconsiderar também o saber popular. Não é só aquela
1852 formação profissional que a gente tem nas faculdades, existe também o
1853 saber popular que a gente tem que valorizar. Ah, vamos pegar então, por
1854 exemplo, que o profissional, ele, a gente tinha colocado antes que tinha
1855 que ser da área de ciências humanas ou biológicas, mas aí, humanas ou
1856 sociais, a gente tinha previsto isso na primeira versão da DN 214, ciências
1857 humanas ou ciências sociais. Mas, chegaram, por exemplo, os biólogos e
1858 falaram: 'Não, nós somos biólogos, nós podemos fazer educação
1859 ambiental. E as ciências biológicas?'. Chegaram os engenheiros e as
1860 entidades de classe e falaram assim: 'Espera aí, engenheiro ambiental
1861 também tem disciplina que pode tratar desse assunto, então não é só
1862 ciências humanas e sociais'. Então a gente, o quê que a gente percebeu
1863 na prática? Por mais que a gente tente cercar o profissional que a gente
1864 quer que faça educação ambiental, por exemplo, a minha formação, eu
1865 sou engenheiro civil, eu posso construir um prédio se eu quiser. Eu acho
1866 muito difícil alguém que não seja da engenharia querer construir um
1867 prédio, certo? Pegar qualquer profissional, um pedagogo, um biólogo,
1868 alguma coisa, mas a gente percebe que na educação ambiental todo
1869 mundo acha que sabe fazer educação ambiental. Antes de eu entrar na
1870 área de educação ambiental dentro da Secretaria, eu também achava que
1871 eu sabia o que era educação ambiental. Educação ambiental para mim era
1872 plantar árvore no Dia da Árvore e acabou, somente isso, tá, pessoal? Não
1873 estou dizendo que isso não é educação ambiental, mas só ir lá plantar
1874 árvore e não explicar para as pessoas a importância daquela árvore para o
1875 meio ambiente, para a questão das mudanças climáticas, a importância da
1876 mata ciliar para proteger os nossos rios, a pessoa planta árvore sem saber
1877 o porquê ela está fazendo isso, então aí não é um processo educativo.
1878 Então, assim, eu contei essa história toda para falar o seguinte: a gente
1879 concorda, mas a gente enfrenta esse desafio de ter profissionais que
1880 tenham essa sensibilidade, ou até de ter essa capacitação para poder
1881 atuar com essa escuta ativa ou escuta empática. Mas, eu tenho esperança
1882 que, eu vejo a evolução ao longo dos anos, sabe? Então eu vejo que a
1883 gente está caminhando para um lugar ideal. O exemplo é que a gente fez

1884 o convite para a GSM porque a gente identificou iniciativas que estão
1885 fazendo de forma correta. E é só isso, Presidente. Eu acabei me
1886 empolgando mais uma vez com o tema.” Presidente Suplente Elias
1887 Nascimento de Aquino: “Você está empolgando mesmo, viu, Ruas? Eu
1888 agradeço, Ruas, pela manifestação. Eu vou fazer o seguinte, eu vou ler
1889 aqui o registro que foi feito no chat pelo Conselheiro Thiago, da
1890 ABRAGEL, para que fique gravado em áudio para quem eventualmente
1891 venha a assistir a reunião pelo Youtube, e foi o seguinte texto do
1892 Conselheiro: ‘Gostaria de parabenizar a iniciativa da SEMAD e ressaltar a
1893 importância do PEA para o setor elétrico, na medida em que os
1894 empreendimentos hidrelétricos são um bem de utilidade pública, objeto de
1895 autorização/concessão da união para um agente privado, em um período
1896 determinado, normalmente 35 anos. Estar alinhado com a comunidade
1897 durante o período de implantação e operação é fundamental para a
1898 convivência harmônica com a sociedade. O PEA é importantíssimo.
1899 Parabéns’. Então registro aqui a manifestação do Conselheiro Thiago, e
1900 antes de passar de novo a palavra para os palestrantes, eu vou fazer o
1901 seguinte, em razão do avançar do tempo, eu vou proceder a leitura de
1902 todas as questões formuladas no Youtube, Ruas e Dayane, e aí vocês
1903 façam um apanhado, por favor, na manifestação suas e, eventualmente,
1904 caso tenha mais algum Conselheiro para se manifestar, para a gente dar,
1905 finalizar esse item de pauta. E aí é o seguinte: Foram enviadas questões
1906 formuladas pela Ana Silva Gama Pereira Barbosa, a Juliana Teixeira
1907 novamente, que mandou outra questão, Camila Matos, Hernani Francisco
1908 Jesus, e Fernanda, do Triângulo Mineiro. Aí são as seguintes questões:
1909 ‘Favor informar os critérios de definição da área de abrangência da
1910 educação ambiental, ABEA. Como saber a área que sofre os impactos?’,
1911 essa é a primeira questão. Outra questão: ‘Como ficam os prazos de
1912 revisão do PEA após alterações da nova DN? Se a licença já está em
1913 revalidação, essa revisão do PEA deve ser aplicada desde já? De que
1914 forma será considerada a revisão do PEA conforme novos ditamos da DN
1915 238 de 2020 caso o PEA já esteja em revisão (após solicitação do técnico,
1916 é necessário já adequar à nova legislação?)? Nos cronogramas de
1917 atividade do PEA vigente, que critérios a SUPRAM usará na validação dos
1918 relatórios de atividades desse ano? Sobre o DSP, há alguma
1919 orientação/regra para que se defina se a participação pública foi
1920 suficiente? Por exemplo, se é necessário envolver uma porcentagem x da
1921 ABEA ou outro critério como esse?’. Então, Ruas e Dayane foram, no
1922 geral, as questões remanescentes daquelas formuladas pelo público que
1923 nos acompanham pelo Youtube. Eu gostaria que vocês fizessem um
1924 apanhado geral sobre essas questões aí.” André Ruas, SEMAD: “Eu vou
1925 começar então, vou fazer um desafio aqui, tentar responder tudo bem
1926 sucinto. Primeiro em relação à pergunta da Ana. Ana pergunta dos
1927 critérios da definição da área de abrangência da educação ambiental. Ela
1928 quer saber como saber essa área. Ana, existe ferramentas de avaliação de

1929 impacto ambiental. Para cada empreendimento e para cada tipo de
1930 impacto, quem é responsável por definir essa área é o empreendedor ou a
1931 consultoria por ele contratada. Então, o que acontece? O consultor
1932 contratado pelo empreendedor, ou o próprio empreendedor é quem faz
1933 essa definição utilizando essas técnicas de avaliação de impacto
1934 ambiental, e já existem na literatura, no mercado, há muito tempo. Até
1935 aproveitando, eu vou citar um exemplo, para ficar mais claro, queria
1936 cumprimentar o Conselheiro Thiago Sales, porque eu comecei minha
1937 carreira no SISEMA analisando empreendimentos do setor elétrico, então
1938 passei muitos anos analisando hidrelétricas em geral, linha de
1939 transmissão, termelétrica, mas, principalmente, hidrelétrica. Vou citar um
1940 exemplo, algumas hidrelétricas, PCHs, por exemplo, Pequenas Centrais
1941 Hidrelétricas, quando você vai construir você cria um trecho no rio
1942 chamado 'trecho vazão reduzida', então você tem um barramento e a casa
1943 de força está lá à jusante do rio. Entre um barramento e a casa de força, é
1944 desviada a água para gerar energia. Então, por exemplo, nesse trecho do
1945 curso d'água, a vazão do rio diminui. Então vamos supor, Ana, que você
1946 seja uma pessoa que mora ali, você tem uma propriedade rural, você
1947 utilizava aquela água para poder abastecer a sua propriedade ou fazer
1948 alguma atividade econômica. A partir do momento que o empreendedor
1949 reduziu a vazão daquele rio e você não pode usar mais ele para fazer os
1950 seus usos da água, os usos múltiplos da água, você sofreu um impacto
1951 pelo empreendimento. Então, o empreendedor consegue ir lá e avaliar
1952 para cada impacto ambiental que ele causa. Os impactos causados sobre
1953 os meios físicos, bióticos e socioeconômico. Mas, por exemplo, sobre o
1954 meio socioeconômico, você foi impactada pelo empreendimento, você
1955 captava água daquele curso d'água e a vazão diminuiu, então a
1956 consultoria consegue definir exatamente essa área de abrangência ou
1957 raio, até onde os impactos do empreendimento chegam. Então a partir
1958 dessa definição, desse raio dos impactos ambientais do empreendimento,
1959 é o que a gente hoje está chamando de Área de Abrangência de
1960 Educação Ambiental. Então existem já técnicas no mercado, quem faz
1961 estudo ambiental sabe fazer avaliação de impacto ambiental, e são eles
1962 que têm que definir aonde chegam esses impactos diretos negativos do
1963 empreendimento. A próxima pergunta, Juliana Teixeira, ela falou como que
1964 ficam os prazos de revisão do PEA após alterações da nova DN, e
1965 perguntou no caso de a licença estar em revalidação, se essa revisão do
1966 PEA deve ser aplicada desde já. Juliana, a DN 238, as mudanças que ela
1967 fez em relação à DN 214, a maioria delas foi no sentido de simplificar para
1968 o empreendedor. É igual eu falei, a gente identificou nesses três anos
1969 quais eram os maiores problemas que a gente tinha para a DN 214 poder
1970 ser efetivamente realizada, e a gente tentou auxiliar o empreendedor. No
1971 seu caso, você já está em fase de revalidação. A única coisa que eu
1972 consigo imaginar que a DN 238 trouxe e mudou para o seu caso é a
1973 questão da definição da área onde que o PEA vai ser executado.

1974 Provavelmente você enquadra em alguns daqueles casos que previu a
1975 área de influência direta do empreendimento como um todo, e se você
1976 caiu nessa situação, então eu entendo que você tem que rever, calcular a
1977 nova Área de Abrangência de Educação Ambiental, certo? Eu acho que os
1978 outros critérios da DN, a maioria são para simplificar, por exemplo, previu a
1979 existência do formulário de dispensa, previu que o empreendedor pode
1980 executar o PEA antes do órgão ambiental aprovar ele, então isso não vai
1981 mudar no seu PEA, o que poderia mudar é só realmente essa questão de
1982 área de abrangência e talvez a questão de fazer a devolutiva (trecho
1983 incompreensível) DSP, mas, se você já está na revalidação, você deve
1984 fazer um novo DSP. Então eu imagino que você tenha que fazer a
1985 devolutiva caso você não tenha feito. Então esses são os dois pontos que
1986 agora meu recorde de cabeça que talvez você precisa tentar. Então, aí vai
1987 depender de caso é um caso, pessoal. Se quem já fazia devolutiva antes,
1988 não vai precisar fazer isso aqui agora. E quem tinha uma área de
1989 abrangência que era o município como um todo, vai ter que definir uma
1990 nova área. Esses são os dois pontos. Esses dois pontos são para te
1991 ajudar. Por exemplo, se sua área é o município como um todo, para você é
1992 vantagem fazer essa revisão, porque aí você vai diminuir. Igual eu falei, a
1993 DN 238, para as empresas, geralmente vem no sentido de facilitar a vida,
1994 não que a gente está sendo menos exigente, é que a gente está
1995 melhorando procedimentos. Então, respondendo, sim, você deveria fazer
1996 se você já está em fase de revisão do PEA, caso não tenha. A próxima
1997 pergunta, a Camila Matos. A Camila Matos é parecida com a pergunta da
1998 Juliana, de que forma será considerada a revisão do PEA conforme novos
1999 ditamos da DN 238, caso o PEA já esteja em revisão após solicitação do
2000 técnico, é necessário adequar? A resposta é sim, Camila. É a mesma
2001 resposta que eu dei para a Juliana. Provavelmente o que você vai ter que
2002 adequar é, se você não fazer a devolutiva, você vai ter que começar a
2003 fazer; se sua área do PEA era o município como um todo, provavelmente
2004 você vai ter que diminuir. Mas, geralmente, se restringe a esses dois, salvo
2005 engano. O Hernani perguntou que critérios a SUPRAM usará na validação
2006 dos relatórios das atividades desse ano. Eu entendo, Hernani, me corrija
2007 se eu estiver errado, que você fez essa perguntar por causa da pandemia,
2008 não é? Aí vem naquela orientação que eu dei mais cedo. Eu recomendo a
2009 todo empreendedor que suspendeu o PEA por motivos de força maior,
2010 comunicar imediatamente à SUPRAM. No caso, a gente ainda não definiu
2011 esses critérios gerais, ou o que todas as SUPRAMs vão fazer. Mas, esse
2012 ano, provavelmente, a gente deve fazer ainda uma capacitação com os
2013 técnicos das SUPRAMs para apresentar para elas a nova DN 238, e com
2014 certeza essas dúvidas vão surgir. A partir das dúvidas das SUPRAMs, a
2015 gente vai fazer um processo com elas próprias para a gente construir de
2016 forma conjunta essas respostas. Então, só para te informar que esses
2017 critérios, eles ainda não existem, até porque a DN 238, ela tem só dois
2018 meses, nem dois meses, ela foi do final de agosto, e a questão da

2019 pandemia também é uma novidade para a gente. Então a gente vai ter
2020 esse momento de discussão interna, que vai ser durante essa
2021 capacitação, e aí a partir desse momento a gente vai orientar como que as
2022 SUPRAMs devem fazer, para todo mundo fazer de forma igualitária, não
2023 que cada um faça de um jeito diferente. Por fim, a Fernanda, do Triângulo
2024 Mineiro, perguntou sobre o DSP, se tem alguma orientação, regra, que
2025 define se a participação pública foi suficiente ou não, aí ela pergunta: 'Por
2026 exemplo, se é necessário envolver uma porcentagem X da PEA ou outro
2027 critério como esse.' Fernanda, a norma não prevê um percentual mínimo
2028 que tem que fazer, porque depende de cada caso. Tem empreendimentos,
2029 por exemplo, que tem 10 pessoas na comunidade do entorno, tem
2030 empreendimentos que às vezes vai ter 500. Eu recomendo é que você
2031 tenha uma amostra significativa do ponto de vista estatístico para isso,
2032 certo? E que tenha representatividade. Por exemplo, vamos supor que eu
2033 tenho três comunidades vizinhas ao meu empreendimento, cada uma
2034 tenha, a primeira tenha 50 pessoas, a segunda tenha 40 e a terceira tenha
2035 10, aí vamos supor que foram, somando tudo, vai dar 100 pessoas, não
2036 adianta falar também que 90 pessoas participaram do DSP, por exemplo,
2037 se todas as 90 eram sempre da mesma comunidade. Não basta só ter
2038 percentual, você também tem que ter representatividade, então, por
2039 exemplo, você tem que ter pessoas de todas as comunidades, pessoas de
2040 todos os perfis, pessoas que representam, por exemplo, a comunidade
2041 escolar, pessoa que representa uma associação comunitária. Porque, por
2042 exemplo, se eu pegar três comunidades, peguei 100% de uma
2043 comunidade e as outras eu não peguei nenhum, você não teve
2044 representatividade. Você pode ter tido quantitativo, mas às vezes não é
2045 qualitativo o suficiente. Um exemplo que temos é o caso, o estudo de caso
2046 que a Dayane apresentou para a gente, ela tem um número, que ela
2047 convidou 128 pessoas, você me corrija, Dayane, e se eu estiver errado, e
2048 que ela conseguiu 71% de resposta. Isso para mim a gente também tem
2049 que ir pelo bom senso, para mim isso foi, 100% a gente nunca vai
2050 conseguir, eu acho quase impossível. Mas, 71% já dá para ver que é uma
2051 participação efetiva do público daquela comunidade. 128 foram 90, salvo
2052 engano. Então, assim, não existe isso definido em norma, mas o que eu
2053 recomendo é não ficar só pensando em termos de percentual, pense
2054 também em termos de representatividade. E use técnicas estatísticas,
2055 gente, porque se você tem uma população, você consegue calcular qual é
2056 a amostra ideal de uma população usando técnicas estatísticas, então
2057 também é uma sugestão que eu deixo para vocês. Desculpem ter falado
2058 muito rápido, mas é porque o tempo realmente é curto, mas, agradeço por
2059 todas as perguntas. Vou passar a palavra para a Dayane também. E
2060 desde já agradeço, queria agradecer também todo mundo que
2061 parabenizou eu e a Dayane pelo Youtube, foram muitas pessoas, então
2062 não vou citar os nomes, com medo de esquecer ninguém. Mas, agradeço
2063 a todo mundo e fico feliz que vocês tenham gostado do nosso evento. E aí,

2064 Dayane, por favor.” Dayane Pereira Rezende, representante da GSM
2065 Minerações: “Na verdade, eu queria só complementar a fala dizendo que
2066 faço minhas palavras as suas, colocando tudo que você dispôs aí. E só
2067 uma coisa, que eu acho que como empreendedor, que a gente deve
2068 pensar também é que não vamos deixar com que a pandemia afaste o
2069 empreendedor das comunidades. Vamos tentar determinar fórmulas, que
2070 existem hoje fórmulas, acho que a pandemia nos mostrou isso, trabalhar
2071 de maneiras diferentes. Então, eu vou dar até um exemplo nosso aqui,
2072 bem rapidamente, que cada comunidade a gente tem uma característica
2073 distinta, por exemplo, tem uma comunidade que não tem acesso à
2074 internet, tem outra que já tem mais acesso, então a gente foi adaptando de
2075 acordo com cada comunidade, mas não deixou de estar presente, porque
2076 isso também é muito importante, pegar esse exemplo aí da pandemia e
2077 não deixar só, ir lá e falar com o órgão ambiental: ‘Vou suspender o
2078 programa e está tudo certo’, não deixe com que isso aconteça não, porque
2079 se afastar da comunidade não é uma coisa legal. Muito ao contrário.
2080 Então, só queria complementar nesse sentido, vamos tentar adaptar as
2081 ferramentas que a gente já tem disponível aí, e não deixar com o que o
2082 programa morra, que ele caminhe devagar, mas que ele caminhe, para
2083 não perder esse vínculo com a comunidade. É só isso mesmo.” Presidente
2084 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Senhores Conselheiros, Dayane, e
2085 o cidadão que nos acompanha pelo Youtube, nós agradecemos a todos,
2086 ao pessoal que veio trazer essa palestra para nós, ao cidadão que se
2087 manifestou no Youtube. Foi gratificante ver as reações das pessoas, as
2088 mensagens de elogio, e a gente se sente orgulhoso de fazer parte disso
2089 tudo. Nós agradecemos ao André e a Dayane e toda equipe da SED que
2090 propiciou isso, a Gesiane, por ter tido a iniciativa de indicar e de convidar e
2091 de propor esse tema tão importante, e que a gente percebe que despertou
2092 tanto a atenção do cidadão. Nós começamos a apresentação e pude
2093 observar que tinha cerca de 99 pessoas acompanhando pelo Youtube.
2094 Isso para uma reunião onde a forma presencial não tinha mais do que os
2095 Conselheiros e os servidores da própria SEMAD, nós temos aqui hoje
2096 ainda agora, nesse momento, 69 pessoas assistindo, é muito gratificante,
2097 e a gente agradece ao André, a Dayane, e a toda equipe que propiciou
2098 esse debate aqui para nós. E nesse sentido eu vou encerrar esse item da
2099 pauta, encerrando o Diálogos com o SISEMA. Agradecemos a presença
2100 de todos, e aí a gente reforça a necessidade de avaliarem o evento no
2101 endereço disponibilizado aí pelo Bruno, enviando as informações também
2102 para emissão do certificado de participação. Feito isso, nós vamos dar
2103 sequência para os próximos itens da pauta. Senhores Conselheiros, nós
2104 vamos passar agora para a parte, pois tem mais uma apresentação, item
2105 **6.” 6. AS UNIDADES REGIONAIS COLEGIADAS (URCS) E A POLÍTICA**
2106 **PÚBLICA AMBIENTAL REGIONALIZADA. APRESENTAÇÃO: SEMAD.**
2107 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “As Unidades Regionais
2108 Colegiadas (URCs) e a Política Pública Ambiental Regionalizada.

2109 Apresentação é da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
2110 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.” Guilherme Passos Friche,
2111 ASGER/SEMAD: “Boa tarde, Presidente Elias. Boa tarde, Conselheiros,
2112 boa tarde, Conselheiras. Meu nome é Guilherme, eu trabalho na
2113 Assessoria de Gestão Regional da SEMAD, hoje coordenada pelo Breno
2114 Lasmar, o assessor chefe. Eu vou fazer uma apresentação aqui, ela vai
2115 ser bem breve, vai ser bem objetiva, até pelo caminhar do horário. É
2116 importante informar que a gente vai disponibilizar um questionário para os
2117 senhores Conselheiros, para as senhoras Conselheiras, identificarem as
2118 prioridades ambientais regionais. Então, essa apresentação, ela busca
2119 apresentar alguns elementos que fornecem informações sobre a atuação
2120 do SISEMA, sobre a estrutura do SISEMA para que os senhores
2121 compreendam um pouco melhor como se dá a estrutura de planejamento
2122 do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e aí em
2123 seguida que os senhores acessem o questionário e respondam às
2124 questões que estão colocadas lá no sentido de identificar as prioridades
2125 ambientais, tanto no sentido de questões de problemas ambientais, como
2126 também no sentido de identificar oportunidades ambientais regionais.
2127 Então eu vou apresentar, vou colocar a apresentação aqui agora para os
2128 senhores, e vou falar um pouquinho do SISEMA. O questionário, ele está
2129 disponibilizado via Google Forms, então a gente vai passar o link para os
2130 senhores ao final da apresentação, para os senhores responderem. Então,
2131 antes de mais nada, a gente trouxe aqui duas menções que foram feitas
2132 ainda em 2007 em um bate papo do SISEMA que ocorria à época, em que
2133 fala da importância da gestão participativa, da importância inclusive da
2134 educação, como foi muito bem colocado pelas demais participantes da
2135 reunião de hoje. Então, o sociólogo Rudá Ricci mencionou como é
2136 importante a gestão participativa para reconstrução das políticas públicas
2137 e como é importante promover a educação para se ter um
2138 acompanhamento adequado da política pública ambiental, da política
2139 pública como um todo. A Telma Menicucci, que é da Fundação João
2140 Pinheiro, também destacou a importância da gestão participativa para a
2141 gente tratar das questões do dia a dia que podem promover melhorias na
2142 realidade regional, e são as pessoas que estão na região, que vivem na
2143 região, que conhecem, que têm as informações mais fidedignas e que
2144 podem fornecer subsídio para o poder público atuar e para o poder público
2145 promover as políticas públicas necessárias. Então, só um destaque da
2146 importância dos senhores e das senhoras enquanto Conselheiros da
2147 Unidade Regional Colegiada nessa gestão participativa, que é algo que
2148 desde quando eu estou trabalhando no SISEMA, iniciei as minhas
2149 atividades em 2006, desde essa época já se fala em gestão participativa, é
2150 algo que tem ganhado força, tem promovido ações no sentido de melhorar
2151 a qualidade dessa gestão participativa. Então é uma menção só para
2152 lembrar a importância de todos os senhores. Bom, no decreto, nas regras
2153 que estabelecem as competências, as atribuições das unidades regionais

2154 colegiadas, já é bem claro que há itens, que há menções específicas sobre
2155 essa promoção da política pública, quando fala em estabelecer normas,
2156 quando fala em deliberar assuntos sobre a política ambiental ou na CNR
2157 ou no plenário, questões de diagnósticos, questões de monitoramento da
2158 qualidade ambiental, enfim, em todos os incisos que definem as
2159 competências, as atribuições da URC, é possível identificar a essas
2160 definições, é possível identificar esse papel dos Conselheiros enquanto
2161 formuladores, propositores de política pública ambiental. E aí, de uma
2162 forma mais prática, como que isso pode acontecer, nós temos aqui três
2163 exemplos de formas que essa política pública pode acontecer,
2164 estabelecimento de normas, normas secundárias, normas
2165 complementares, que atendam à realidade regional. Então, a regional às
2166 vezes, ela carece de um detalhamento, ela carece de um complemento
2167 normativo devido às questões, às especificidades dessa região. Então,
2168 podemos pensar enquanto URC, podemos pensar em normas que possam
2169 contribuir para o melhor controle ambiental da região. Uma segunda forma
2170 são os arranjos institucionais, podemos pensar em promover melhorias
2171 nos arranjos institucionais que compõem as unidades regionais. Então, no
2172 caso do Leste de Minas, podemos identificar os principais atores, atuação
2173 desses atores ao longo do tempo, e tentar fortalecer esses arranjos, tentar
2174 identificar oportunidades de convergência, de sinergia de esforços para um
2175 resultado comum, um resultado que busque a melhoria ambiental. Temos
2176 também a oportunidade de pensar em avaliar e gerar diagnósticos
2177 ambientais, com cenários ambientais regionais de acordo com as
2178 necessidades regionais, de acordo com as fragilidades, de acordo com as
2179 potencialidades regionais, nós podemos pensar em promover avaliações,
2180 promover diagnósticos que auxiliem o poder público no planejamento das
2181 políticas públicas. Então aqui são só alguns exemplos de formas de
2182 trabalhar, direcionamentos que podemos dar para o papel dos senhores
2183 Conselheiros enquanto formuladores de política pública. E agora eu vou
2184 falar um pouquinho da estrutura de planejamento do governo, a estrutura
2185 de planejamento governamental. É muito importante que os senhores,
2186 senhoras Conselheiros, Conselheiras, conheçam, façam a leitura,
2187 busquem o conhecimento a respeito do PMDI, que é o nosso Plano
2188 Mineiro de Desenvolvimento Integrado, um planejamento a longo prazo do
2189 governo de Minas Gerais. Desse PMDI nós desdobramos no PPAG, no
2190 Plano Plurianual de Ação Governamental. Esse PPAG, ele estabelece
2191 programas, estabelece as ações com respectivas metas físicas, metas
2192 financeiras. Então as principais políticas públicas ambientais, estão
2193 colocadas e estão inseridas no PPAG, e tem um período de vigência de 4
2194 anos, a gente considera como um período de vigência de médio prazo. E
2195 temos também as leis que são as Leis de Diretrizes Orçamentárias e a Lei
2196 Orçamentária Anual, a LDO e a LOA, que são instrumentos de
2197 planejamento a curto prazo, estabelecem critérios e diretrizes para
2198 execução do PPAG em um determinado exercício, em 01 ano de

2199 execução. E de forma complementar a esse planejamento governamental,
2200 nós temos também no âmbito do SISEMA o Planejamento Estratégico do
2201 SISEMA, que encontra-se em revisão nesse ano de 2020, e temos
2202 também a Cadeia de Valor do SISEMA, que é uma estrutura que eu vou
2203 mostrar aqui para os senhores nos próximos slides. É importante
2204 mencionar também que junto com essa apresentação que vai ser
2205 encaminhada para os senhores, vai ser encaminhado também um
2206 documento complementar em que as informações a respeito de todos
2207 esses documentos que eu estou mencionando aqui e quais os caminhos
2208 para os senhores conseguirem acessar esses documentos, conseguirem
2209 fazer uma leitura, uma análise crítica para que a gente pense em conjunto
2210 no âmbito do colegiado, a gente pense nas prioridades ambientais que
2211 podem ser discutidas, que podem ser levadas para uma discussão não só
2212 aqui na URC, mas também junto ao SISEMA e aos outros atores da
2213 gestão ambiental estadual. Então, aqui é só ilustrativo, são até letras muito
2214 pequenas, mas, esse é um mapa estratégico do caminho, ele está sendo
2215 revisado, mas aqui para os senhores já é um excelente instrumento para
2216 vocês compreenderem um pouco melhor quais são os principais objetivos
2217 estratégicos do SISEMA, então nós temos, a base do aprendizado e
2218 conhecimentos, processos internos, o público alvo, responsabilidade
2219 financeira. E no topo do mapa nós temos os objetivos maiores do SISEMA,
2220 que é voltado para a qualidade ambiental, que é voltado para
2221 sustentabilidade. Então, a identificação, a leitura crítica desse mapa do
2222 caminho auxilia aos senhores a compreender a amplitude da atuação do
2223 SISEMA enquanto órgão ambiental do Estado de Minas Gerais. Além do
2224 mapa do caminho, como eu mencionei, nós temos também a Cadeia de
2225 Valor do SISEMA. A Cadeia de Valor do SISEMA, ela é composta por três
2226 macroprocessos finalísticos. Nós temos um macroprocesso, que é
2227 estratégias e políticas ambientais. Nesse macroprocesso estão
2228 estabelecidos os processos relacionados aos programas, aos planos, aos
2229 projetos e ações do SISEMA. Nesse macroprocesso também é composto
2230 pela estrutura normativa do SISEMA, a parte de educação ambiental que
2231 muito foi falado aqui durante a reunião de hoje, ela também compõe as
2232 estratégias e políticas ambientais do SISEMA. Então, no documento
2233 complementar que vai ser encaminhado aos senhores, vocês vão
2234 conseguir fazer a identificação de cada um dos processos que compõem
2235 esses elementos que estão sendo apresentados aqui. O segundo
2236 macroprocesso finalístico é o: conservação, preservação e recuperação
2237 dos recursos naturais. Dentro desse macroprocesso, vocês vão poder ver
2238 quando receberem a documentação complementar, que existem vários
2239 processos voltados para recuperação de matas ciliares, gestão da fauna,
2240 licenciamento ambiental é considerado um processo, a fiscalização
2241 ambiental é um outro processo, enfim. Então, esse segundo
2242 macroprocesso consegue identificar quais são as principais atuações do
2243 SISEMA, quais são as principais frentes de atuação que o SISEMA

2244 executa. E no terceiro macroprocesso a gente tem a pesquisa de
2245 desenvolvimento e inovação, então é a busca por boas práticas, é a
2246 aproximação com a academia, com a comunidade científica. Podemos,
2247 nesse sentido é importante mencionar aqui a Revista Mineira de Recursos
2248 Hídricos, que foi elaborada pelo IGAM, que tem a periodicidade semestral
2249 de publicação, uma revista científica com diversos artigos voltados para a
2250 gestão ambiental em Minas Gerais. A gente pode pensar também aqui na
2251 questão da inovação que houve no licenciamento ambiental a partir do
2252 critério locacional, foi algo inovador no âmbito do licenciamento ambiental.
2253 Então, essas são as três frentes de macroprocessos finalísticos que o
2254 SISEMA hoje adota. Além desses três macroprocessos finalísticos, a gente
2255 tem também os macroprocessos de suporte, que estão voltados mais para
2256 a parte administrativa, operacional, financeira do SISEMA, que é composta
2257 por esses processos que estão sendo apresentados nesse slide. Então
2258 esses são dois instrumentos, o mapa do caminho, a Cadeia de Valor do
2259 SISEMA, são instrumentos de planejamento estratégico que orientam a
2260 atuação do SISEMA, orientam o planejamento das ações, orienta a
2261 definição dos programas prioritários, dos projetos prioritários do SISEMA
2262 ao longo dos anos. Além dessas questões desse planejamento
2263 estratégico, é importante mencionar aos senhores também outras
2264 ferramentas de apoio à gestão ambiental. A gente tem a infraestrutura de
2265 dados especiais, a IDE SISEMA. Existem os relatórios anuais de controle e
2266 fiscalização ambiental, inclusive é mencionado em um dos incisos que
2267 estabelecem as competências das URCs dos Conselheiros, é mencionado
2268 esses relatórios de fiscalização. Nós temos as avaliações ambientais
2269 integradas, avaliações ambientais estratégicas, zoneamento ambiental
2270 produtivo, zoneamento ecológico econômico. Então, enfim, existe um
2271 arcabouço instrumental que auxilia os senhores na compreensão da
2272 situação do Estado de Minas Gerais sob a ótica de gestão ambiental, e é
2273 importante os senhores conhecerem, fazerem a leitura, buscarem
2274 conhecimento a respeito desses instrumentos para que os senhores
2275 também vejam o que é mais prioritário para a região de vocês. Às vezes
2276 determinado estudo, às vezes uma determinada avaliação ambiental
2277 integrada que foi feita não contempla a região leste de Minas, mas ela
2278 serve como modelo, como exemplo, para ser replicado na região Leste de
2279 Minas. Então é importante ter esse olhar crítico dos senhores
2280 Conselheiros, das senhoras Conselheiras, para que a gente consiga
2281 avançar, para que a gente consiga definir prioridades em termos de
2282 formulação de instrumentos de apoio à gestão ambiental sob a ótica da
2283 Unidade Regional colegiada Leste de Minas. Tem também o Sistema de
2284 Licenciamento Ambiental que os senhores têm acesso, não sei se todos já
2285 estão com acesso ao sistema, mas isso vai ser disponibilizado para todos
2286 caso ainda algum Conselheiro não tenha acesso. Então, no Sistema de
2287 Licenciamento Ambiental tem uma série de informações sobre os
2288 empreendimentos que estão sendo regularizados no âmbito do SISEMA,

2289 enfim, então existe um conjunto de instrumentos, um conjunto de
2290 informações que são de grande relevância para que os senhores pensem
2291 a política pública regionalizada, para que os senhores pensem nas
2292 políticas prioritárias para a unidade regional que vocês, que os senhores
2293 representam. Além desse arcabouço instrumental, é importante mencionar
2294 também os projetos e as ações do SISEMA. Hoje nós temos um setor
2295 específico, com a última reestruturação do SISEMA foi definido um
2296 departamento específico, uma diretoria específica que está fazendo a
2297 consolidação do banco de projetos do SISEMA, então a ideia é centralizar
2298 nesse setor um banco de projetos em que tenha condições de fazer
2299 avaliações e identificações dos projetos prioritários, das ações que são
2300 mais relevantes, e aí é importante o papel dos senhores Conselheiros para
2301 que fortaleçam a identificação desses projetos, vocês busquem conhecer
2302 esses projetos, busquem avaliar e opinar sobre esses projetos no sentido
2303 de identificar o que é mais prioritário para a região dos senhores. Esse
2304 banco de projetos, assim que concluído, vai ser disponibilizado para que
2305 os senhores possam ter conhecimento, para que os senhores possam
2306 participar também. Formas que os senhores podem nos ajudar com
2307 relação aos projetos: auxiliar na captação de recursos, auxiliar na
2308 formação de parcerias, de aproximar atores envolvidos, de divulgar os
2309 projetos nas suas respectivas regiões microrregiões. Então, assim, existem
2310 várias frentes de atuação que podem ser compartilhadas com os senhores
2311 Conselheiros. Então é muito importante que tenham conhecimento. Hoje
2312 no SISEMA nós temos três projetos estratégicos, três projetos prioritários,
2313 que são acompanhados pelo governador. Então é importante que os
2314 senhores conheçam esses projetos também. E como eu mencionei
2315 anteriormente, na documentação complementar que vai ser encaminhada
2316 em conjunto com essa apresentação, tem todos os caminhos, tem todas
2317 as informações necessárias para vocês terem acesso, para vocês
2318 conhecerem um pouco mais dos projetos e as ações que estão em
2319 desenvolvimento no SISEMA. E aí agora eu vou falar um pouquinho do
2320 papel da Assessoria de Gestão Regional, é estabelecido no decreto de
2321 competências do SISEMA algumas competências para assessorias que
2322 estão voltadas para a promoção da política pública ambiental, para a
2323 política pública regionalizada, nos incisos V e VI estão lá elencados
2324 atribuições muito voltadas nesse sentido de promover política pública
2325 regionalizada. E isso justifica, inclusive, essa apresentação de agora aí o
2326 questionário que vai ser disponibilizado para os senhores, para
2327 identificação das prioridades, para que a assessoria realize um trabalho
2328 conjunto com os senhores para a gente formar uma agenda das temáticas,
2329 com as pautas prioritárias para serem acompanhadas em conjunto com os
2330 senhores. Vou mencionar aqui alguns exemplos, de forma bem breve, de
2331 ações que estão em desenvolvimento pela Assessoria de Gestão
2332 Regional, que podem contribuir para a discussão de política pública
2333 regionalizada. O primeiro exemplo que nós trouxemos aqui é o Índice de

2334 Regularização Ambiental do Licenciamento Ambiental. Esse índice, ele
2335 basicamente busca identificar quais empreendimentos que foram autuados
2336 por operar sem licença e que, depois de terem sido autuados, buscaram a
2337 regularização ambiental. Então a partir desse trabalho, a partir da
2338 apuração desse índice, nós conseguimos identificar quais são os principais
2339 setores que não buscam a regularização ambiental na região, quais são os
2340 principais setores que depois de autuados, os empreendimentos autuados,
2341 buscaram a regularização. A gente consegue fazer uma análise de
2342 comportamento e definir às vezes formas de apoiar aqueles setores que
2343 têm mais dificuldade. É muito importante frisar que o papel da Assessoria
2344 de Gestão Regional é no sentido colaborativo, é no sentido de buscar
2345 parcerias, no sentido de buscar uma aproximação dos setores produtivo,
2346 dos atores que estão envolvidos na gestão ambiental. Não é no sentido de
2347 fomentar fiscalização. Então, esses estudos de comportamentos que são
2348 possíveis de serem feitos a partir da apuração desse índice, são estudos
2349 no sentido de como podemos melhorar, como podemos buscar o apoio, a
2350 sensibilização desses setores produtivos na busca pela regularização
2351 ambiental. Quais são os principais problemas que esse setor está
2352 enfrentando? Os senhores Conselheiros, como nós, representantes do
2353 SISEMA, podemos atuar para melhorar o ambiente e favorecer a busca
2354 pela regularização ambiental? Então é esse tipo de avaliação que a gente
2355 pretende, que a gente busca fazer para que a gente promova política
2356 pública regionalizada. Um segundo exemplo, desse mesmo, aqui é
2357 ilustrativo, só para os senhores compreenderem um pouco melhor do que
2358 se trata esse primeiro item, que é o Índice de Regularização Ambiental,
2359 nós temos o histórico aqui de 2016/17 até 2019, e nesse estudo que nós
2360 fizemos, a representatividade daqueles empreendimentos que foram
2361 autuados por operar sem licença, e que não buscaram a regularização
2362 ambiental, ele é alto. Vou pegar só o último ano aqui de 2019, mas nós
2363 identificamos que 75% dos empreendimentos que foram fiscalizados e
2364 autuados por operar sem licença no ano de 2019, eles não buscaram a
2365 regularização ambiental até então, até a época de apuração do índice. E
2366 aí, como eu falei, a ideia não é um caráter punitivo, a ideia é entender por
2367 quê esses empreendimentos não estão buscando a regularização
2368 ambiental, o que o poder público, o que o SISEMA, o que nós podemos
2369 fazer em conjunto para atrai-los para a regularização ambiental? Que tipo
2370 de apoio nós podemos promover para buscar essa regularização
2371 ambiental? Aqui no final do slide a gente cita as principais recorrências de
2372 irregularidades na Regional Leste de Minas. Então foi: lavra a céu aberto,
2373 extração de areia e cascalho, extração de água mineral, estação de
2374 tratamento de esgoto sanitário. Então, essas quatro atividades foram as
2375 com maior recorrência de irregularidade, então a partir daqui já dá para
2376 desenvolver uma discussão, dá para a gente definir um grupo de trabalho
2377 e pensar um pouco melhor sobre as questões que envolvem esses setores
2378 produtivos. Aqui a espacialização desses empreendimentos, então a gente

2379 consegue também identificar dentro da região do Leste de Minas quais são
2380 os pontos com maior recorrência de irregularidade, quais são os
2381 municípios que talvez mereçam uma atenção maior em um primeiro
2382 momento. Então, aqui dá para definir as prioridades de atuação de acordo
2383 com a realidade regional. Um segundo exemplo que nós trouxemos aqui é
2384 o mesmo Índice de Regularização Ambiental, só que ao invés de avaliar os
2385 empreendimentos, a gente avalia a questão do uso da água, do uso de
2386 recursos hídricos, e aí é no mesmo sentido. A gente consegue a partir da
2387 apuração desse índice, nós conseguimos identificar quais são as maiores
2388 incidências de irregularidades na região, quais são os principais desvios
2389 de comportamentos com relação ao uso da água. Então a partir dessa
2390 identificação, nós podemos pensar em melhorias, podemos pensar em
2391 apoio, orientação, educação ambiental que precisa ser fortalecida, é uma
2392 campanha de promoção à regularização ambiental, é uma revisão
2393 normativa, às vezes determinada regra não se aplica da mesma forma
2394 como se aplica aos demais, às demais regiões do Estado de Minas Gerais.
2395 Como que a gente pode especificar essa regra para a realidade do leste
2396 de Minas? Então é nesse sentido que a Assessoria de Gestão Regional
2397 tem desenvolvido esses trabalhos. Um terceiro exemplo aqui é o projeto da
2398 política de avaliação da efetividade da política autodeclaratória. Nós temos
2399 uma representatividade muito grande das licenças autodeclaratórias, que
2400 hoje é basicamente a Licença Ambiental Simplificada feita por meio de
2401 cadastro, então, esse projeto busca identificar as principais
2402 inconformidades dessa modalidade de licenciamento ambiental por
2403 regional. Então, na regional Leste de Minas, com a execução desse
2404 projeto a gente vai conseguir identificar quais são as principais
2405 inconformidades, e a partir disso a gente pode pensar em formas de apoio,
2406 a gente pode pensar em promoção da regularização ambiental desses
2407 empreendimentos de forma adequada. Então essa é mais uma forma que
2408 a gente consegue, a partir de análises, a partir de estudos de
2409 comportamento, direcionar esforços do SISEMA, e aí contando com a
2410 participação, a contribuição dos senhores, direcionar os esforços para
2411 aquilo que é mais prioritário, para as questões que são mais problemáticas
2412 ou tem uma relevância maior para a região. Esse quadro aqui apresenta,
2413 só para os senhores terem uma ideia, dos processos concluídos no ano de
2414 2018/2019, aproximadamente 60%, 66, 63% são de LAS Cadastro. Então
2415 é uma modalidade em que o empreendedor faz uma autodeclaração e
2416 recebe a concessão da licença. Essa autodeclaração, ela está sendo
2417 fidedigna? Existe algum tipo de fragmentação de empreendimento na
2418 região, algum determinado setor produtivo chama mais atenção por
2419 desvios de comportamento? Então é nessa linha, é com essas
2420 proposições que a gente desenvolve esses trabalhos no âmbito da
2421 Assessoria de Gestão Regional. Aqui é mais um quarto exemplo, é um
2422 projeto que foi apresentado ao Fundo Estadual de Direitos Difusos, esse
2423 projeto busca, foi uma proposta de projeto apresentada ao Conselho

2424 Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, esse projeto foi habilitado, mas,
2425 por limitações orçamentárias, não foi disponibilizado ainda, não foi previsto
2426 recurso para execução, mas foi uma proposta de projeto desenvolvida pela
2427 Assessoria de Gestão Regional e busca avaliar aderência das diretrizes
2428 estabelecidas nos instrumentos de gestão ambiental, e a execução dos
2429 processos de responsabilidade do SISEMA. Qual que é a aderência entre
2430 o que está estabelecido como diretrizes e o parecer emitido pelo técnico
2431 da SUPRAM quando o licenciamento ambiental de determinado
2432 empreendimento? Existe uma padronização, existe um respeito às
2433 diretrizes que estão sendo colocadas nos instrumentos de gestão
2434 ambiental? E que são vários os instrumentos, nós temos uma gama de
2435 instrumentos de gestão ambiental. Então esse foi um projeto que foi
2436 desenvolvido no âmbito da assessoria e que está aguardando a liberação
2437 de recurso, mas é importante lembrar também que nós temos várias fontes
2438 de recursos para execução de projetos. Tem fontes de recursos que são
2439 do próprio governo estadual, como é o caso do CEDIF, o Conselho
2440 Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, como também do governo
2441 federal, existem linhas de recursos que são disponibilizadas para a
2442 temática ambiental que nós, em conjunto, podemos pensar em utilizá-las.
2443 A URC Leste de Minas, em conjunto com a Assessoria podemos pensar
2444 em desenvolver projetos que são prioritários para a região e pleitear
2445 recursos desses organismos que financiam ou que disponibilizam recursos
2446 orçamentários para esses projetos. Por fim, aqui é um último item que nós
2447 trouxemos, que é o painel de monitoramento da Assessoria de Gestão
2448 Regional, em que vocês, os senhores Conselheiros conseguem acessar
2449 as informações e os trabalhos que são desempenhados pela Assessoria
2450 de Gestão Regional. O caminho para se chegar nesse painel estará no
2451 documento complementar que vai ser encaminhado aos senhores, e aí
2452 vão poder conhecer um pouco melhor de como está sendo a atuação a
2453 Assessoria de Gestão Regional, tem as informações a respeito de relatório
2454 gerencial que envolve as Superintendências Regionais de Meio Ambiente,
2455 o Índice de Regularização Ambiental que foi mencionado para vocês agora
2456 há pouco, tem informações sobre Ouvidoria Ambiental, sobre Advocacia
2457 Geral do Estado, que são processos, são demandas acompanhadas pela
2458 assessoria, tem informações sobre o atendimento ao cidadão. Então tem
2459 conjunto de informações de elementos aqui que podem contribuir na
2460 compreensão de como está sendo feita, como está sendo a atuação da
2461 Assessoria de Gestão Regional sob a ótica de promoção de política
2462 pública regionalizada. E, por fim, então, é o questionário que eu mencionei
2463 no início da apresentação. Esse é o link para acessar via Google Forms, a
2464 gente vai encaminhar por e-mail esse material, no corpo do e-mail nós
2465 vamos disponibilizar o link também e nós gostaríamos de contar com o
2466 apoio dos senhores para que acessem o questionário e preencham o
2467 questionário com as prioridades ambientais. Esse questionário é
2468 basicamente para levantar o que é prioridade ambiental em termos de

2469 problemas ambientais e o que são oportunidades ambientais que nós
2470 podemos trabalhar em conjunto a partir desses questionários que vão ser
2471 respondidos pelos senhores. A Assessoria de Gestão Regional fará uma
2472 avaliação, fará uma classificação, categorização, das demandas que vão
2473 ser apresentadas, e a pretensão é dar continuidade a esse trabalho nas
2474 próximas unidades da Unidade Regional Leste de Minas. Então, gostaria
2475 de pedir a colaboração, pedir o apoio dos senhores Conselheiros para
2476 preencher esse questionário e para que a gente tenha condições de dar
2477 continuidade a esse levantamento e formular uma agenda de prioridades
2478 ambientais que serão acompanhadas em conjunto com os senhores nas
2479 próximas reuniões do colegiado. Essas são as informações que eu
2480 gostaria de passar nesse momento, passei de uma forma breve, de uma
2481 forma sucinta, objetiva, mas fico à disposição para apresentar, fornecer
2482 informações complementares, e o material que será encaminhado para os
2483 senhores tem uma série de informações também, tem uma série de
2484 caminhos, de links para que consigam ter acesso a tudo que foi
2485 mencionado nessa apresentação, e agradeço a participação e deixo aí,
2486 volto a palavra para o Presidente e fico à disposição para quaisquer
2487 esclarecimentos. Muito obrigado e boa tarde a todos.” Presidente Suplente
2488 Elias Nascimento de Aquino: “Agradeço, Guilherme, pela apresentação.
2489 em um primeiro momento eu vou passar aqui a palavra para a Conselheira
2490 Paula, da FADIVALE, que manifestou interesse. Conselheira, a senhora
2491 está com a palavra.” Conselheira Paula Miranda Lima: “Boa tarde,
2492 Presidente. A minha dúvida é a seguinte: eu tenho um compromisso
2493 profissional e eu gostaria de saber se eu me ausentasse vai ocasionar
2494 algum prejuízo.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
2495 “Conselheira, não há prejuízo. A necessidade do quórum é para
2496 instalação. A partir da instalação, a reunião prossegue independentemente
2497 da quantidade de Conselheiros. A gente agradece por esse longo período
2498 que a senhora permaneceu conosco contribuindo para a reunião.”
2499 Conselheira Paula Miranda Lima: “Eu agradeço. Ainda tenho um tempinho,
2500 aí eu vou ficar até quando possível e aí quando encerrar o meu tempo, eu
2501 já peço licença. Uma boa tarde a todos.” Presidente Suplente Elias
2502 Nascimento de Aquino: “Uma boa tarde, Paula. Boa tarde. Senhores
2503 Conselheiros, Guilherme, nós tínhamos aqui inscritos para esse item de
2504 pauta, nós tínhamos os cidadãos Roberta Pereira de Assis Finotti e (trecho
2505 incompreensível), e aparentemente não há outros Conselheiros com
2506 dúvidas, mas, a gente tem muito a agradecer pela apresentação que você
2507 trouxe para nós para situar, a Unidade Regional Colegiada dentro do
2508 universo do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para
2509 viabilizar inclusive a colaboração dos Conselheiros na formulação de
2510 políticas regionais, que é uma das atribuições da URC, e também trazendo
2511 aí as informações da Assessoria de Gestão Regional. São muito
2512 importantes esses trabalhos promovidos pela ASGER das informações
2513 sobre os resultados produzidos pela instituição e os reflexos disso na

2514 sociedade. A gente tem certeza de que todo o progresso que a Secretaria
 2515 de Meio Ambiente e as instituições vinculadas vêm experimentando nos
 2516 últimos anos é o resultado da gestão dessas informações. E a ASGER tem
 2517 um papel muito relevante nisso. Nós agradecemos por todas as
 2518 informações que você trouxe e pela apresentação feita para nós.”
 2519 Guilherme Passos Friche, ASGER/SEMAD: “Obrigado, Presidente.
 2520 Agradeço também a participação na reunião, fico à disposição dos
 2521 Conselheiros e a partir do e-mail que vai ser encaminhado aos
 2522 Conselheiros com os nossos contatos e com o material, a gente
 2523 permanece aí em articulação e comunicação para esclarecer eventuais
 2524 dúvidas.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Está certo.
 2525 Obrigado, Guilherme. Senhores Conselheiros, nós vamos dar sequência
 2526 aqui na nossa pauta. Nós vamos entrar agora na parte deliberativa.” **7.**
 2527 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO**
 2528 **PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE**
 2529 **COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**
 2530 **SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE**
 2531 **REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADOS EM**
 2532 **ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA**
 2533 **BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO**
 2534 **AMBIENTAL.** Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “De
 2535 acordo com o regimento interno, eu vou proceder a leitura de todos os
 2536 itens e, no momento que eu fizer a leitura, caso algum dos senhores tenha
 2537 interesse de se manifestar, deverão levantar a mão virtual ou para indicar
 2538 destaque ou para pedir vista. E também peço aos senhores para
 2539 verificarem se não incorrem nas hipóteses de impedimento e suspeição
 2540 dentre aqueles previstos na DN COPAM 177/2012, bem como na lei
 2541 estadual 14184/2002. Então os Conselheiros que se encontrarem na
 2542 condição de suspeito ou impedido em relação a um desses
 2543 empreendimentos que têm interesse nos processos pautados, os senhores
 2544 deverão se abster justificar abstenção em relação ao voto. O item 7,
 2545 processo administrativo para exame de requerimento para intervenção
 2546 ambiental e aprovação de compensação decorrente da supressão de
 2547 vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do
 2548 bioma Mata Atlântica localizado em áreas prioritárias para a conservação
 2549 da biodiversidade, não vinculados ao licenciamento ambiental, item **7.1**:
 2550 VALE S.A. - Contenção de rejeitos de beneficiamento de minério de ferro;
 2551 Barragem do Torto - Mina de Brucutu - Barão de Cocais/MG - PA/No
 2552 09020000988/19 - Tipo de Intervenção: Supressão de vegetação nativa
 2553 com e sem destoca e intervenção com e sem supressão de cobertura
 2554 vegetal nativa em Área de Preservação Permanente - Área Requerida:
 2555 31,5700 ha - Área Passível de Aprovação: 16,3800 ha. APP: 2,2600 ha -
 2556 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária -
 2557 Estágio de Regeneração: Médio/inicial. Apresentação: URFBio Centro Sul.
 2558 Verificando aqui na lista dos Conselheiros presentes, nós temos um

2559 destaque da Conselheira Hosana, representante do Ministério Público, e
2560 nós temos também alguns inscritos para esse item de pauta, então nós
2561 vamos retornar para a discussão sobre esse item.” **8. PROCESSO**
2562 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO ARQUIVAMENTO**
2563 **DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL:** Presidente Suplente Elias Nascimento
2564 de Aquino: “Item 8, Processo Administrativo para exame de Recurso ao
2565 Arquivamento de Intervenção Ambiental: 8.1 Padaria Ferreira Ltda. -
2566 Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de
2567 preservação permanente - APP – Ipanema/MG - PA/No 04010001003/16 -
2568 Apresentação: URFBio Rio Doce. Verifico aqui para esse item que tem
2569 destaque dos Conselheiros Hosana Freitas, representante do Ministério
2570 Público, e também da Conselheira Renata, representante da FIEMG.”
2571 **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO:** Presidente Suplente Elias Nascimento
2572 de Aquino: “Então nós vamos, pela ordem da pauta, discutir, entrar em
2573 discussão no item 7.1. Primeiro a Conselheira Hosana, por gentileza, a
2574 senhora está com a palavra por até 10 minutos, Conselheira.” Conselheira
2575 Hosana Freitas: “Boa tarde, Elias. Eu fiquei com uma dúvida, mas talvez
2576 seja esclarecida ao longo da apresentação. Eu fiquei com uma dúvida na
2577 leitura do relatório aqui do parecer único, então talvez seja esclarecido. Se
2578 tiver algum problema, eu formulo o questionamento de imediato. Se não,
2579 eu deixo para o final da apresentação.” Presidente Suplente Elias
2580 Nascimento de Aquino: “Na verdade, Conselheira, essa lógica de
2581 apresentação, ela não existe a princípio.” Conselheira Hosana Freitas: “Ah,
2582 tá. Ok.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Porque o
2583 parecer foi disponibilizado, e aí se a senhora tem dúvidas, a senhora pode
2584 formular e a equipe de assessoramento vai prestar os esclarecimentos,
2585 está certo?” Conselheira Hosana Freitas: “Tudo bem, Elias. Posso formular
2586 então?” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Pode, fique à
2587 vontade.” Conselheira Hosana Freitas: “Tá. No item 5.4 tem um X, ‘o
2588 imóvel se localiza em zona de amortecimento ou área de entorno de
2589 unidade de conservação’ aí eu gostaria de saber de qual unidade de
2590 conservação e se teve anuência do representante. Só isso.” Presidente
2591 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Está certo, Conselheira. Eu
2592 agradeço a manifestação. Eu vou chamar aqui a princípio, aliás, eu vou
2593 fazer da seguinte forma: eu vou ouvir os inscritos e após nós vamos
2594 passar para a equipe prestar os esclarecimentos. O primeiro inscrito nesse
2595 item, item 7.1, é o senhor Leandro Nascimento Gonçalves. Ele se encontra
2596 na sala de reuniões? Eu peço apoio à Secretaria Executiva para verificar
2597 se o inscrito Leandro Nascimento Gonçalves está na sala de reunião.”
2598 Assessora Vânia Sarmento, ASSOC/SEMAD: “Senhor Presidente, o
2599 inscrito está na sala.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
2600 “Obrigado, Vânia. Senhor Leandro, o senhor tem até 5 minutos para se
2601 manifestar. O senhor está com a palavra.” Assessora Vânia Sarmento,
2602 ASSOC/SEMAD: “Senhor Presidente. Fineza informar ao inscrito que ele
2603 está sem microfone, ele vai ter que ativar o microfone.” Presidente

2604 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Vânia. Senhor Leandro,
2605 o senhor, por favor, por gentileza, ative o microfone para que o senhor
2606 consiga se manifestar. Senhor Leandro, acredito que o seu microfone
2607 esteja com algum problema, nós não estamos conseguindo te ouvir.
2608 Vamos passar para o segundo inscrito, e se o Leandro até o final da
2609 manifestação dos demais inscritos tiver condição de manifestar, a gente o
2610 escuta. O próximo inscrito é o Humberto Fregni. Humberto está na sala?”
2611 Humberto Fregni, Representante do Empreendedor: “Boa tarde. Estou na
2612 sala.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Senhor
2613 Humberto, o senhor tem até 5 minutos para se manifestar.” Humberto
2614 Fregni, Representante do Empreendedor: “Vocês me ouvem?” Presidente
2615 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Sim, escutamos.” Humberto Fregni,
2616 Representante do Empreendedor: “Meu nome é Humberto Fregni, sou
2617 representante da Vale. Estamos com o processo aí de supressão vegetal,
2618 regime emergencial, e estou à disposição para esclarecimentos que se
2619 fizerem necessários.” Leandro Nascimento Gonçalves, Representante do
2620 Empreendedor: “Eu voltei aqui, desculpa, tive um problema aqui no meu
2621 celular.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Nós vamos
2622 agradecer ao senhor Humberto, está à disposição para esclarecimentos e
2623 voltamos para o Leandro. Leandro, está tranquilo agora o áudio aí, o
2624 microfone?” Leandro Nascimento Gonçalves, Representante do
2625 Empreendedor: “Está. Eu peço desculpas, senhor Presidente. Deu um
2626 probleminha aqui no celular, não conseguia achar. Mas já consegui.”
2627 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Acontece. Essa forma
2628 de comunicação está sujeita a esse tipo de ocorrência. O senhor consegue
2629 se comunicar conosco, agora o senhor tem 5 minutos para se manifestar.”
2630 Leandro Nascimento Gonçalves, Representante do Empreendedor: “Oh
2631 senhor Presidente, até o meu conhecimento a gente não tem, a área não
2632 fica dentro da área de zona de amortecimento, tá? Eu vou pedir auxílio aí
2633 aos meus colegas da Vale para poder esclarecer isso melhor, mas, até o
2634 conhecimento, essa área não fica dentro de zona de amortecimento. Isso
2635 pode ter sido colocado ali por engano, tá? Peço aí auxílio a outras pessoas
2636 que estão aí na sala, por favor.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
2637 Aquino: “Está certo. Agradeço ao Leandro pela sua manifestação. Chamo
2638 o próximo inscrito, Isabel Roquetti.” Isabel Roquetti, Representante do
2639 Empreendedor: “Presidente.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
2640 Aquino: “Isabel, a senhora tem cinco minutos para se manifestar.” Isabel
2641 Roquetti, Representante do Empreendedor: “A equipe da Vale está aqui à
2642 disposição para tirar as dúvidas dos Conselheiros, tá? Nós estamos todos
2643 aqui à disposição se houver dúvidas. Em relação à zona de
2644 amortecimento, o empreendimento não está em zona de amortecimento
2645 de unidade de conservação.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
2646 Aquino: “Obrigado, Isabel. Então, Isabel, só tira uma dúvida para mim, nós
2647 temos aqui outros inscritos depois de você, o Flávio, o Bernardo, o Oziel, o
2648 Régis e o Leandro. Todas essas pessoas são inscritas apenas para

2649 prestar esclarecimento se necessário?” Isabel Roquetti, Representante do
2650 Empreendedor: “Sim, senhor, Presidente.” Presidente Suplente Elias
2651 Nascimento de Aquino: “Obrigado, Isabel.” Isabel Roquetti, Representante
2652 do Empreendedor: “Nada, Presidente.” Presidente Suplente Elias
2653 Nascimento de Aquino: “Senhores Conselheiros, nós não temos outros
2654 inscritos. Nós tínhamos também o Noris Albany Garcia (trecho
2655 incompreensível) para esse item, mas ele informou que não tinha mais
2656 interesse de se manifestar sobre esse item de pauta. Dito isso, eu solicito
2657 a equipe da URFBio Centro Sul, caso esteja presente, para nos prestar
2658 apoio para esclarecer dúvida apresentada pela Conselheira representante
2659 do Ministério Público.” Adenilson, URFBio Centro Sul: “Boa tarde,
2660 Presidente. Boa tarde, membros. Todos estão me ouvindo?” Presidente
2661 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Boa tarde, Adenilson. Nós estamos
2662 ouvindo, e a dúvida da Conselheira se refere a uma informação no item
2663 5.4 do parecer, sobre a localização em zona de amortecimento ou unidade
2664 de conservação.” Adenilson, URFBio Centro Sul: “Correto. No item 5.4, o
2665 imóvel se localiza, caso ele estivesse na zona de amortecimento, em uma
2666 proximidade de zona de conservação e seria marcado um x nesse
2667 pequeno quadrinho, nesse primeiro parêntese. E não se localiza, está
2668 marcado no segundo parêntese. Então, só recapitulando para (áudio ruim)
2669 que o imóvel, o empreendimento não se localiza em zona de
2670 amortecimento ou no entorno de unidade de conservação. Talvez é um
2671 erro – um erro não, na realidade é um mau posicionamento dos
2672 parênteses. Mas ele não se localiza, ok?” Presidente Suplente Elias
2673 Nascimento de Aquino: “Te agradeço, Adenilson. Então, Conselheira
2674 Hosana, é a questão de um formulário, talvez a impressão ou conversão
2675 em material físico tenha causado a impressão de que o parêntese
2676 selecionado fosse aquele que indique a existência de unidade de
2677 conservação ou zona de amortecimento. De acordo com as informações
2678 prestadas pelo analista responsável pelo parecer não estaria inserido em
2679 zona de amortecimento nem unidade de conservação. O esclarecimento
2680 atende à dúvida formulada pela senhora?” Conselheira Hosana Freitas:
2681 “Atende, Presidente. Muito obrigada.” Presidente Suplente Elias
2682 Nascimento de Aquino: Obrigado, Conselheira. Senhores, não havendo
2683 outras dúvidas em relação a esse item de pauta, eu solicito a Secretaria
2684 Executiva para disponibilizar o painel de votação. Nesse momento eu
2685 declaro em votação o item 7.1 da nossa pauta. Questiono ao Conselheiro
2686 Representante da SEAPA, como vota?” Conselheiro Ronald Hott de Paula:
2687 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
2688 “Conselheira representante da SEDE.” Conselheira Glaucia Machado
2689 Ferreira: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
2690 “Conselheira representante da Secretaria de Educação?” Conselheira
2691 Aureliana Manhani Rodrigues: “Favorável.” Presidente Suplente Elias
2692 Nascimento de Aquino: “Eu vou interromper a votação aqui e solicitar à
2693 Isabel que desative o seu microfone e, eventualmente, o pessoal que

2694 estava inscrito e que não precisa se manifestar, por gentileza, se retirar da
2695 sala de reunião virtual. Eu questiono como vota a SEINFRA.” Conselheiro
2696 Hudson Oliveira Leal: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento
2697 de Aquino: “Representante da EPAMIG?” Conselheiro Flávio Pereira: “Vota
2698 favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
2699 Flávio. Agência Regional Metropolitana do Vale do Aço?” Conselheira
2700 Fabiana Silva Souza: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento
2701 de Aquino: “Representante da Polícia Militar de Minas Gerais?”
2702 Conselheiro 1º Ten PM Lucas de Castro Teles: “Voto favorável.”
2703 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Representante do
2704 CREA Minas? Conselheiro representante do CREA Minas? Vamos seguir
2705 aqui, a gente volta no CREA mais à frente. Conselheira representante do
2706 Ministério Público.” Conselheira Hosana Regina Andrade de Freitas: “Eu
2707 vou justificar, como da outra vez, Elias. Obrigada.” Presidente Suplente
2708 Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheira. Representante do
2709 Ministério Público se abstém da votação em razão de orientação do
2710 Conselho Superior. Conselheiro representante da prefeitura de
2711 Valadares?” Conselheira Rosângela Gonçalves Coelho Villas Boas: “Eu
2712 voto favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
2713 “Conselheiro representante da FIEMG.” Conselheira Renata Medrado
2714 Malthik: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino:
2715 “Conselheiro representante da FAEMG. Conselheiro representante da
2716 FAEMG? Conselheiro representante da FEDERAMINAS.” Conselheiro
2717 Stéfano Couri de Carvalho: “Voto favorável.” Presidente Suplente Elias
2718 Nascimento de Aquino: “Conselheiro representante da ABRAGEL.”
2719 Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Favorável.” Presidente Suplente
2720 Elias Nascimento de Aquino: “Conselheiro representante da ADDAF.
2721 Conselheira representante da ADDAF? Conselheiro representante do
2722 movimento MPRTSM.” Conselheiro Luan Viana dos Santos: “Favorável.”
2723 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Conselheira
2724 representante do Instituto Terra. Conselheira representante do Instituto
2725 Terra. Como vota a Conselheira representante da FADIVALE? Como vota
2726 a Conselheira representante da Faculdade Pitágoras?” Conselheira
2727 Renata Oliveira Castro Faroni: “Favorável.” Presidente Suplente Elias
2728 Nascimento de Aquino: “Como vota o Conselheiro representante da
2729 OAB/MG?” Conselheiro Cristiano Lamas Pereira: “Vota favorável.”
2730 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheiro.
2731 Eu volto aqui nos Conselheiros que não foi possível verificar o voto.
2732 Conselheiros representantes do CREA? Ausente Conselheiro do CREA.
2733 Conselheiro representante da FAEMG? Ausente neste momento.
2734 Conselheira representante da ADDAF? Ausente neste momento.
2735 Conselheira representante do Instituto Terra? Ausente neste momento
2736 também. E Conselheira Paula, eu suponho que esteja ausente, até porque
2737 ela havia informado isso anteriormente. Então, senhores Conselheiros, eu
2738 proclamo o resultado aqui, declaro votos favoráveis, 14 votos de acordo

2739 com o parecer da URFBio Centro Sul, uma abstenção e cinco ausências
2740 neste momento. Portanto, aprovado o parecer da URFBio Centro Sul em
2741 relação ao item 7.1 da pauta. Passo agora ao item 8.1, no qual nós temos
2742 dois inscritos. No Conselho, primeiro o representante do Ministério Público,
2743 Hosana.” Conselheira Hosana Freitas: “Presidente, até coloquei no chat, a
2744 minha mão tinha ficado levantada da minha outra manifestação.
2745 Desculpa.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
2746 Conselheira.” Conselheira Hosana Freitas: “Obrigada você.” Presidente
2747 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Remanesce nesse caso a
2748 Conselheira representante da FIEMG.” Conselheira Renata Medrado
2749 Malthik: “Boa tarde. Boa tarde, Presidente. Não, minha dúvida é só quanto
2750 à questão de que eu fiz a leitura dos documentos e eu fiquei um pouco
2751 confusa, causou um pouco de confusão, assim, sobre o motivo do
2752 arquivamento. Sobretudo quando fiz a leitura do recurso, aí eu queria só
2753 que o analista fizesse rapidamente, bem suscito assim, qual foi o motivo
2754 do arquivamento, só para eu poder clarear um pouco a minha conclusão,
2755 por favor.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
2756 Conselheira. Vou chamar aqui o apoio do nosso colega Analista
2757 Ambiental, Clayton Macedo, do IEF. Você poderia, por favor, Cleiton,
2758 esclarecer os motivos do arquivamento do processo, para a Conselheira
2759 Renata?” Clayton Macedo, IEF/SEMAD: “Perfeitamente, senhor
2760 Presidente. Boa tarde, é sempre um prazer estar aqui na participação
2761 dessa sessão solene do COPAM aqui na URC Leste de Minas.
2762 Parabenizar mais uma vez vossa senhoria pelo comando e condução dos
2763 trabalhos. Não só o senhor, mas, como sua assessoria, que de forma
2764 brilhante conduz essa reunião para que o desiderato da gestão ambiental
2765 do Estado de Minas Gerais aqui no Leste Mineiro seja cada vez mais
2766 respeitado, ovacionado e que a questão ambiental continue sendo tratada
2767 da melhor forma possível e dentro dos ditames legais. Fica aqui o meu
2768 respeito e a minha admiração aos senhores Conselheiros também que nos
2769 concedem o seu precioso tempo para nos auxiliarem e auxiliar o Estado de
2770 Minas Gerais na resolução das questões ambientais. Fica aqui o nosso
2771 muito obrigado pela permanência e pela participação. Em resposta à
2772 Conselheira, em linhas muito rápidas, o que aconteceu para o
2773 arquivamento desse processo foi o seguinte: foram enviados três ofícios
2774 de informação complementar. Nesses três ofícios de informação
2775 complementar, eles não foram atendidos a contento, tanto pela parte
2776 técnica quanto pela parte de controle processual. Em relação à parte
2777 técnica, a descrição está no parecer, eu não vou adentrar. É tanto que o
2778 nosso colega, o nosso colega analista técnico está com problema e não
2779 tem como falar nessa sessão, ele está pedindo até, tentando entrar até
2780 pelo telefone. Então aí Vitor, se tiver algum pedido de Anderson para
2781 entrar no chat, por gentileza, conceder. Mas em questão documental na
2782 análise processual, foram solicitados três ofícios de informação
2783 complementar, e dentre eles, dentre os pedidos que foram vários não

2784 atendidos, existe um que se sobrepõe, que é a anuência de todos os
2785 coproprietários do imóvel, uma vez que esse imóvel, ele é um imóvel que
2786 está dentro do processo de inventário judicial, e esse pedido não foi aceito,
2787 o nosso pedido não encontrou acolhida pelo requerente, que se
2788 manifestou dizendo que não tem condição de colher a documentação de
2789 todos os herdeiros, bem como não tem condição de acolher a anuência de
2790 todos os herdeiros, e isso inviabiliza o deferimento do pedido, uma vez que
2791 o ofício de informação complementar não foi atendido. E como justificamos
2792 no parecer, na nossa manifestação de controle processual, o monte
2793 partilhável, a universalidade de bens deixados pelo decujos, pelo falecido,
2794 ela é regida pelas normas do condomínio, e uma vez regido pelas normas
2795 do condomínio, o inventariante, simplesmente ele não tem condição por si
2796 de representar a todos, porque ele é representante perante o judiciário,
2797 mas a disposição, uso e gozo e fruição dos bens do monte partilhável, eles
2798 dependem da autorização e da anuência e da comunicação de todos os
2799 coproprietários, que são os herdeiros e sub-herdeiros que estão
2800 constantes no processo. Essa documentação foi solicitada por três vezes,
2801 e por três vezes ela não foi apresentada. E por questões de (áudio ruim)
2802 constante no artigo 1314 do código de processo civil 1784 e 1791, que me
2803 permitam aqui uma breve leitura, diz o artigo 1784: 'Aberta a sucessão, a
2804 herança transmite-se desde logo aos herdeiros legítimos e testamentários'.
2805 A abertura da sucessão se dá com o falecimento, então uma vez que o
2806 senhor Anselmo Campos Rosa falecido, toda a propriedade rural na qual
2807 se requer a intervenção transmitiu-se, logo, aos seus herdeiros, como diz o
2808 artigo. Desde logo. O artigo 1791 assim diz: 'A herança refere-se como um
2809 todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros', ou seja, o monte é
2810 ainda impartilhável, não sofreu partilha. Parágrafo único: 'Até a partilha, o
2811 direito dos co-herdeiros quanto à propriedade, posse e herança é
2812 indivisível e regula-se pelas normas do condomínio', o artigo 1314 também
2813 do Código Civil diz o seguinte: 'A cada condômino pode usar da coisa
2814 conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis
2815 com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse, alhear a
2816 respectiva parte ideal, ou gravá-la'. O interessante que destina a esse
2817 processo é o parágrafo único, que tem a seguinte lição: 'Nenhum dos
2818 condôminos pode alterar a destinação de coisa comum e nem dar posse,
2819 uso ou gozo a dela estranhos sem o consenso dos outros', artigo 580
2820 também do Código Civil diz o seguinte: 'Todos os tutores, curadores e em
2821 geral os administradores de bens alheios não poderão dar em comodato
2822 sem autorização especial os bens confiados à sua guarda'. Dessa feita,
2823 sem autorização dos demais herdeiros, e em sendo essa autorização
2824 documento essencial à análise do processo, foi sugerido o arquivamento
2825 do mesmo, por infringência de lei civil que trata a matéria, e também de lei
2826 ambiental, bem como de regramento do processo administrativo de
2827 solicitação de intervenção ambiental. Obrigado, Senhor Presidente."
2828 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: "Agradeço ao Clayton

2829 pelas palavras de apreço e digo que a gente produz o trabalho de equipe,
2830 fico feliz que tenha sido visto dessa forma, Clayton. Eu questiono à
2831 Conselheira Renata se a dúvida relacionada ao motivo do arquivamento
2832 ficou claro. Aparentemente houve solicitação de informações
2833 complementares e o empreendedor não apresentou porque não detinha ou
2834 porque não quis. Mas, antes de ouvir a Renata sobre a suficiência da
2835 informação, eu vou chamar aqui para se manifestar o Conselheiro Flávio
2836 Pereira da Silva, da EPAMIG, que solicitou no chat aqui oportunidade de
2837 se manifestar. Senhor Flávio, o senhor está com a palavra.” Conselheiro
2838 Flávio Pereira da Silva: “Muito obrigado, Presidente. Eu sou o Flávio
2839 Pereira Silva, eu sou pesquisador da EPAMIG e eu estudei bem o
2840 processo, as colocações, as defesas, acusações, e ao colega Clayton, que
2841 fez a sua defesa, o seu papel como profissional do Instituto Estadual de
2842 Floresta, a quem eu tenho uma consideração muito grande, mas eu vejo
2843 aqui, meu prezado Clayton, sem nenhum demérito, que vossa excelência
2844 está aplicando um critério, o seguinte jargão: ‘A lei tem que ser justa e tão
2845 justa a ponto de cometer uma injustiça’. Ou seja, a pessoa, o proponente,
2846 ele alega que não teve condições de contactar todos os herdeiros e as
2847 pessoas envolvidas no processo, e você esqueceu que nós estamos
2848 vivendo em um momento de pandemia. Eu pergunto ao senhor, o senhor
2849 teria condição de deslocar até o estado do Paraná ou Santa Catarina, ou
2850 Ceará, ou a ambos, onde tenha parente, para coletar essas informações?
2851 E outra coisa, ao que me consta aqui, se eu não estou enganado, senhor
2852 Presidente, está pedindo o desarquivamento do processo. Então, já que foi
2853 feito uma justiça tão justa, a ponto de cometer uma injustiça arquivando o
2854 processo, a pessoa está pedindo o desarquivamento. Se eu estiver errado,
2855 por favor, me corrija. Então, o desarquivamento, como o senhor acabou de
2856 relatar aí, Clayton, o senhor já falou em exploração já da área de
2857 mineração de areia. Ao que me consta, ainda não estamos nessa fase,
2858 ainda estamos na fase de desarquivamento do processo para
2859 apresentação de documentos, argumentos, defesa, acusações e etc.
2860 Então eu acho que as colocações e a justificativa sua não foram
2861 pertinentes à situação que se encontra. É só isso, Presidente. Muito
2862 obrigado.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Conselheiro,
2863 só deixar claro o seguinte, a gente, os analistas que vêm aqui prestar as
2864 informações, eles vêm para tirar dúvida dos Conselheiros, não se trata de
2865 um embate ou de alguém fazer acusação ou defesa não. Só deixar claro
2866 que quando a gente pediu ao Clayton para se manifestar, é explicar
2867 porquê que o processo foi arquivado. A Conselheira Renata ficou na
2868 dúvida do motivo do arquivamento e o Clayton veio a nós e nos trouxe a
2869 informação de que foi arquivado, porque deixou de prestar uma
2870 informação complementar. Aí, como o senhor suscitou a questão da
2871 pandemia, eu só peço ao Clayton para esclarecer se essa questão da
2872 suspensão dos prazos processuais foi considerada em relação à
2873 informação complementar desse processo, ou se isso aconteceu antes da

2874 pandemia.” Clayton Macedo, IEF/SEMAD: “Perfeitamente, só um instante.
2875 Veja bem, a questão processual de primeira instância, solicitada,
2876 Conselheiro Flávio, foi solicitado antes da pandemia, porque o recurso
2877 dele foi protocolado em 30 de abril, então todo o desenrolar processual
2878 ocorreu antes da pandemia. A decisão da supervisora regional do IEF
2879 ocorreu antes da pandemia. As solicitações foram feitas antes da
2880 pandemia. As solicitações de informação complementar, elas vêm se
2881 desenrolando por anos nesse processo, e esse pedido foi feito por três
2882 vezes. Se o senhor analisou o processo, o senhor viu na petição inicial do
2883 processo de inventário do senhor Anselmo Campos Rosa que todos os
2884 herdeiros residem em Caratinga, que é o local da sede da empresa
2885 Padaria Ferreira, e foi justificado inclusive, que é uma das justificativas do
2886 recurso, da peça de resistência, é que eles não têm condição de conversar
2887 uns com os outros até mesmo por convivência. Não é questão de
2888 distância, é questão de convivência, porque o inventário judicial é um
2889 procedimento de jurisdição contenciosa. O que a gente chama de
2890 jurisdição contenciosa é quando não há acordo entre os herdeiros, é
2891 quando não há acordo entre as partes. E nesse processo, o que a lei
2892 busca resguardar, e nós aqui, respeitando a opinião do senhor, nós não
2893 cometemos injustiça, porque a administração pública, ela está fincada no
2894 princípio estrito da legalidade, como disse o ministro Luiz Fux, muito pouco
2895 tempo, atentando a uma reclamação nesse sentido. O que foi feito foi uma
2896 sugestão, por duas vezes, porque em primeira instância a decisão é da
2897 supervisora regional do IEF, em segunda instância a decisão é do
2898 COPAM. Essa decisão, essa sugestão foi acatada em primeira instância
2899 pela nossa supervisora regional, e aí foi feito a peça de irrisignação, que é
2900 o recurso que é um direito amparado para ser apreciado por vossas
2901 senhorias aqui nessa URC. Então, o que foi observado foi estritamente a
2902 lei, e não é praticando a injustiça, porque a lei está lá, ela justa ou não,
2903 não cabe a administração fazer esse juízo de valor. Esse juízo de valor,
2904 como foi dito recentemente pelo STF, a racionalidade do processo, tanto
2905 administrativo quanto judicial, ela é do judiciário. No caso do processo
2906 administrativo, ela é dos senhores que são julgadores. Mas o que nos
2907 salta aos olhos nesse processo é que a sócia administradora também é
2908 inventariante. E o inventariante não responde por todos os herdeiros, ele é
2909 a pessoa que vai conduzir o processo. Mas, como eu juntei aí julgados do
2910 Tribunal de Justiça de Minas Gerais, até mesmo para aceitar uma dívida
2911 dentro do inventário, todos os herdeiros têm que se manifestar para
2912 vender alguma coisa dentro do inventário, todos os herdeiros têm que se
2913 manifestar. O inventariante é a pessoa escolhida para tratar com o juiz. O
2914 senhor imagina, na minha vida de advogado eu tive um inventário que
2915 tinha 84 herdeiros. O senhor imagina se todos os 84 quisessem ter uma
2916 palavrinha com o doutor juiz? Então, eu quero deixar claro para o senhor
2917 que injustiça não foi cometida, o que foi feito foi uma aplicação da lei, e a
2918 nossa análise, ela tem força de opinião, apenas de opinião, mas é uma

2919 opinião que tem que ser montada dentro da legalidade estrita. E tudo que
2920 foi solicitado, foi solicitado anos antes da pandemia, uma vez que esse
2921 processo, ele já tem, data de... Só um instante, por gentileza. Ele já data
2922 de 2016. E uma informação que eu trago ao senhor Conselheiro é que
2923 esse processo de inventário, até hoje não terminou. Se o senhor consultar
2924 esse número que eu coloquei no parecer, no Tribunal de Justiça, o
2925 processo está reaberto desde março desse ano, ele estava arquivado, e
2926 até hoje não foi dado andamento, nós estamos em outubro. Então, de
2927 março a outubro ninguém falou nada no processo, o que prova que existe
2928 uma contenda dentro do processo. Agora, imagine o senhor herdeiro e
2929 descobre que alguém está usando a parte do senhor, indivisível, auferindo
2930 renda...” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Oh Clayton, eu
2931 acho que a informação sobre o momento da notificação, acho que já está
2932 esclarecido. Acho que a gente pode...” Clayton Macedo, IEF: “Eu também
2933 acredito que sim também, senhor Presidente. Se houver mais alguma
2934 explicação, estamos aqui.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
2935 Aquino: “Obrigado, Clayton. Aí eu questiono a Conselheira Renata se resta
2936 alguma dúvida sobre o motivo do arquivamento do processo.” Conselheira
2937 Renata: “Não, não resta. Eu agradeço ao Clayton. Obrigada.” Presidente
2938 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Senhores Conselheiros, eu
2939 questiono se ainda remanesce alguma dúvida em relação ao processo,
2940 para que a gente passe para julgamento. Não havendo dúvidas, de acordo
2941 com o painel aqui de presentes na reunião, eu peço à equipe da Secretaria
2942 Executiva para disponibilizar o painel de votação e eu declaro em votação
2943 o item 8.1 da nossa pauta e questiono como vota a SEAPA.” Conselheiro
2944 Ronald Hott de Paula: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento
2945 de Aquino: “Como vota a SEDE?” Conselheira Gláucia Machado Ferreira:
2946 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Vou
2947 perguntar *pro forma* para a Secretaria de Educação, mas a Conselheira
2948 informou no chat que estava de saída. Como vota a Secretaria de
2949 Educação? Como vota a SEINFRA?” Conselheiro Hudson Oliveira Leal:
2950 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Como vota
2951 a EPAMIG?” Conselheiro Flávio Pereira: “Senhor Presidente, depois dos
2952 esclarecimentos do Clayton, que alguma coisa permanecia ainda meio
2953 obscura, o meu voto é favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento
2954 de Aquino: “Obrigado, Conselheiro. Como vota a Agência da Região
2955 Metropolitana do Vale do Aço?” Conselheira Fabiana Silva Souza: “O voto
2956 é favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
2957 Conselheira. Como vota a polícia militar do Estado de Minas Gerais?”
2958 Conselheiro 1º Ten PM Lucas de Castro Teles: “O voto é favorável.”
2959 Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheiro.
2960 Como vota o CREA Minas?” Conselheiro Guilherme de Assis Gonçalves:
2961 “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado,
2962 Conselheiro. Como vota a Conselheira representante do Ministério
2963 Público?” Conselheira Hosana Regina Andrade de Freitas: “Vou justificar

2964 nos mesmos moldes, Elias. Obrigada.” Presidente Suplente Elias
2965 Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheira. Abstenção do Ministério
2966 Público em razão de orientação do Conselho Superior. Como vota a
2967 representante da prefeitura de Governador Valadares?” Conselheira
2968 Rosângela Gonçalves Coelho Villas Boas: “Voto favorável.” Presidente
2969 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheira. Como vota
2970 a FIEMG?” Conselheira Renata Medrado Malthik: “Favorável.” Presidente
2971 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Como vota a FAEMG? Registro
2972 ausência da FAEMG nesse momento. Como vota a FEDERAMINAS?”
2973 Conselheiro Stéfano Couri de Carvalho: “Favorável.” Presidente Suplente
2974 Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheiro. Como vota a
2975 Abragel?” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Favorável.” Presidente
2976 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Como vota a ADDAF? Como vota
2977 a ADDAF? Ausente a ADDAF. Como vota o Pró-Rio Todos os Santos e
2978 Mucuri?” Conselheiro Luan Viana dos Santos: “Favorável.” Presidente
2979 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Luan. Como vota a
2980 Conselheira representante do Instituto Terra? Como vota o Instituto Terra?
2981 Ausente a Conselheira representante do Instituto Terra nesse momento.
2982 Como vota a FADIVALE? Ausente nesse momento. Como vota a
2983 Conselheira representante da Pitágoras?” Conselheira Renata Oliveira
2984 Castro Faroni: “Favorável.” Presidente Suplente Elias Nascimento de
2985 Aquino: “Como vota o Conselheiro representante da OAB/MG?”
2986 Conselheiro Cristiano Lamas Pereira: “Vota favorável.” Presidente
2987 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Obrigado, Conselheiro. Proclamo,
2988 portanto a decisão da URC Leste em relação ao item 8.1, aprovado o
2989 parecer da URFBio Rio Doce por 14 votos, 1 abstenção e 5 ausências
2990 nesse momento, portanto, fica mantido o arquivado processo
2991 administrativo 04010001003/16.” **9. ENCERRAMENTO.** Presidente
2992 Suplente Elias Nascimento de Aquino: “Senhores Conselheiros, esgotada
2993 a nossa pauta de reunião, eu agradeço a presença de todos, agradeço a
2994 todos da Secretaria Executiva, todos do apoio operacional daqui da
2995 SUPRAM, os senhores Conselheiros por estarem conosco durante toda
2996 essa reunião e tornar possível que ela ocorresse. E não havendo mais
2997 nada por registrar, eu declaro encerrada a 125ª Reunião Extraordinária,
2998 agora às 18:18.”

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto